

**Fundação Oswaldo Cruz**  
**Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)**  
**CADERNOS CRIS 12-21**

**Informe quinzenal sobre**  
**Saúde Global e Diplomacia da Saúde**  
**01 a 14 de julho 2021**



**Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ**  
**Rio de Janeiro, 15 julho de 2021**



Ministério da Saúde

**FIOCRUZ**  
**Fundação Oswaldo Cruz**

Presidência  
Centro de Relações Internacionais em Saúde - CRIS



## SUMÁRIO

---

<b>PG.</b>	<b>Tema</b>	<b>Autores</b>
03	Apresentação	<i>Paulo M. Buss e Pedro Burger</i>
06	Nações Unidas, Saúde Global e Diplomacia da Saúde	<i>Santiago Alcázar</i>
11	Conselho de Direitos Humanos da ONU e Movimentos Sociais que atuam no âmbito da Saúde Global e Diplomacia da Saúde	<i>Armando De Negri Filho</i>
21	G77, MNA e cooperação sul-sul na Saúde Global e Diplomacia da Saúde	<i>Regina Ungerer</i>
29	Entre Matera e Veneza - Segurança Alimentar e Sanitária: O G-20 na Saúde Global e Diplomacia da Saúde	<i>Paulo Esteves, Pedro Burger e Thaiany Medeiros Cury</i>
33	Segurança Alimentar e Tributação na recuperação pós-Covid19: OCDE na Saúde Global e Diplomacia da Saúde	<i>Pedro Burger, Júlia Abbud e Lucca Rizzo</i>
35	Instituições Financeiras Multilaterais na Saúde Global e Diplomacia da Saúde	<i>Isis Pillar Cazumbá</i>
39	BRICS na Saúde Global e Diplomacia da Saúde	<i>Claudia Hoirsch</i>
40	América Latina e Caribe na Saúde Global e Diplomacia da Saúde	<i>Sebastián Tobar, Miryam Minayo e Carlos Linger</i>
51	Região Africana na Saúde Global e Diplomacia da Saúde	<i>Augusto Paulo Silva e Felix Rosenberg</i>
56	Goleada da variante Delta? A resposta da Europa à Covid-19	<i>Ana Helena Gigliotti de Luna Freire</i>
60	Ásia Sudeste, Pacífico Ocidental e Oriente Médio na Saúde Global e Diplomacia da Saúde	<i>Lúcia Marques</i>
70	Escolhendo sapatos: a China na Saúde Global e Diplomacia da Saúde	<i>André Lobato</i>
73	*Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS	
74	**Para citações, ver 'Ficha catalográfica'	

# RESPOSTA DA SAÚDE GLOBAL E DA DIPLOMACIA DA SAÚDE À COVID-19

## Uma visão do ponto de vista socioeconômico, diplomático e sanitário

### Sumário do CRIS-Fiocruz sobre diplomacia da saúde

01 a 14 de julho de 2021

#### Apresentação

A *Agenda 2030* em debate no Conselho Econômico e Social (ECOSOC) das Nações Unidas. Este é o destaque global nesta quinzena. Altos representantes dos Estados-membros debruçaram-se sobre um balanço de diversos ODS, inclusive o ODS 3, Saúde. A reunião teve inúmeros eventos paralelos e sessões específicas. A Declaração Ministerial aprovada será, como de praxe, encaminhada à Assembleia Geral das Nações Unidas. Tudo isso vem comentado por **Alcazar** no seu informe quinzenal sobre a diplomacia da saúde no âmbito da UN, que pode ser lido neste Informe.

A semana que passou marcou a quarta semana consecutiva de aumento de casos de COVID-19 em todo o mundo, com aumentos registrados em todas as seis regiões da OMS, exceto uma. Após 10 semanas de declínio, as mortes estão aumentando novamente. Quase 3 milhões de novos casos de COVID-19 foram notificados globalmente, mas com menos de 56 mil novas mortes; com isso, as mortes cumulativas registradas já ultrapassam 4 milhões. Todas as regiões, exceto a Região das Américas, relataram aumentos em novos casos na semana passada e o maior aumento em novas mortes foi observado na Região Africana.

Reforçando a ideia de que o mundo está efetivamente enfrentando uma *sindemia*, além de uma pandemia, e que a pandemia produz ‘estrágos’ adicionais nos sistemas de saúde, a OMS e o UNICEF alertaram que cerca de 23 milhões de crianças deixaram de ser vacinadas com as imprescindíveis vacinas infantis básicas, devido a plethora de demanda nos serviços de saúde de rotina em 2020, o maior número desde 2009, e 3,7 milhões a mais do que em 2019.

Nas próximas semanas define-se o Grupo de Trabalho no âmbito da OMS para preparar uma proposta sobre um tratado mundial sobre pandemia a ser apresentada à sessão especial da Assembleia Mundial da Saúde. Por esta razão, o CRIS antecipa o debate e realiza um *seminário avançado sobre ‘Tratado internacional sobre pandemias ou sobre saúde global?’*, no próximo dia 21 de julho, com personalidades de alto nível que acompanham os processos globais neste campo.

No foco dos interesses mais imediatos e quase ‘domésticos’ do Brasil, há que se destacar a **reunião de presidentes do Mercosul**, na qual o Brasil assumiu a presidência pró-tempore do bloco, e a marca foi a dissensão, o que deixa a América do Sul ainda mais acéfala quanto a coordenação e cooperação regional, num momento ainda crítico da pandemia na região. **Tobar, Minayo e Linger** analisam a agonia do multilateralismo na região no seu *capítulo* deste informe. Já **Augusto Paulo e Felix Rosenberg** tecem comentários sobre o outro processo ‘quase-doméstico’ para o Brasil, a *reunião de chefes de Estado e de governo da CPLP*, que se realiza em Angola e que conta com a presença do vice-presidente Mourão, diante da doença do presidente Bolsonaro.

Em 09 de julho concluiu-se a 47ª Sessão do **Conselho de Direitos Humanos da ONU**. O temário é amplíssimo e diverso. Cabe ao analista, no caso **Armando De Negri**, destacar alguns dos diversos informes que foram apresentados ao Conselho e confiar que o leitor destas notas se encoraje de adentrar a grande e fascinante complexidade do mesmo. Destaca ele o informe

do Grupo de Trabalho sobre a questão dos direitos humanos e as corporações transnacionais e outras empresas. A análise da implementação do Framework das Nações Unidas "*Proteger, Respeitar e Remediar*" identifica onde contribuiu para uma plataforma inovadora de ação comum e onde o ritmo de implementação por Estados, empresas e outros atores relevantes precisa acelerar na próxima década. O informe foi complementado com notícias sobre as barreiras e violências que ameaçam os que lutam pelos direitos humanos frente ao poder e impacto dos interesses econômicos e comerciais transnacionais, com destaque para os grandes conflitos na América Latina e Caribe. Este conjunto permite vislumbrar o terreno conflitivo para os que lutam para incidir na determinação social da saúde, o direito ao desenvolvimento e a materialidade da Agenda.

Ísis Kazumbá aponta em seu artigo que o **Banco Mundial** e o **FMI** se juntam mais uma vez e clamam por avanços na vacinação em países em vias de desenvolvimento. O **BID** e a sua agenda da *Visão 2025* começaram a desenvolver na prática projetos orientados pelos temas-chaves.

Segundo **Esteves, Burger e Cury**, o **G-20** tem debatido acerca da recuperação e preparação para futuras pandemias, defendendo um *acordo sobre Saúde Global*, e debruçou-se também sobre a retomada do objetivo de fome zero até 2030, com olhar especial para a África. O G-20 tem, também, trabalhado a inclusão do olhar de gênero no tratamento dos impactos da Covid-19.

Já a **OCDE**, conforme **Burger, Abbud e Rizzo**, continua preocupada sobre como será a recuperação econômica no período pós-Covid, com um olhar atento aos ODS 2030 e à segurança alimentar, em especial, em colaboração com a FAO. A Organização dedicou-se também à discussão global sobre uma forma mais equilibrada de tributação sobre as empresas multinacionais em especial as "Big Tech", para os países em que atuam.

Ísis Cazumbá aponta em seu artigo que o **Banco Mundial** e o **FMI** se juntam mais uma vez e clamam por avanços na vacinação em países em vias de desenvolvimento. O **BID** e a sua agenda da *Visão 2025* começaram a desenvolver na prática projetos orientados pelos temas-chaves.

A análise do **G-77, Movimento dos Não Alinhados e a cooperação Sul-Sul das Nações Unidas**, leva **Regina Ungerer** a destacar o *South-South Galaxy*, que atua como uma plataforma de soluções Sul-Sul consolidada para parceiros do Sul e o sistema da ONU, operando como um balcão único para ser utilizado por todos os parceiros. Destaca algumas organizações brasileiras que já fazem parte desta plataforma, contribuindo com inovações e soluções que podem ser aproveitadas por outros países. O G-77 e a China tiveram cinco participações importantes na AGNU, que a autora descreve com mais detalhes, mostrando as posições deste importante grupo de países, o maior dentro da constelação de arranjos multilaterais atuante no âmbito das Nações Unidas.

Os chanceleres de **BRICS** se reuniram em junho e endossaram a proposta da Índia e da África do Sul na OMC sobre suspensão de patentes das vacinas Covid-19. Entretanto, o que mais surpreende, segundo **Hoirisch**, é que três membros do grupo (China, Rússia e Índia), sendo eles próprios fabricantes de vacinas, nunca se apresentaram para compartilhar a fórmula ou renunciar aos regulamentos de propriedade intelectual em prol de outros membros do grupo. No que diz respeito às vacinas, a Índia acatará os dados dos testes clínicos da Rússia de sua vacina Sputnik-Light dose-única. A vacina foi registrada pela Rússia em maio e é 79,4% eficaz.

Por fim, foram apontados três Vice-Presidentes do Banco de Desenvolvimento BRICS, um representante da Rússia, outro chinês e um terceiro da África do Sul.

Na última quinzena, a região das Américas apresentou uma pequena redução nos números de novos casos e de mortes por COVID-19. No entanto, a região continua relatando mais da metade das mortes em todo o mundo. **Tobar, Minayo e Linger** apontam que o destaque desse período na **América Latina e Caribe** é a crise no Mercosul: parece haver uma ruptura do modelo vigente com Uruguai e Brasil liderando a posição de ampliar a flexibilidade do bloco e Argentina permanecendo o único país que se recusa a avançar na direção de uma maior abertura comercial. A CEPAL publicou dois novos relatórios. Destaca-se o que trata da recuperação econômica pós pandemia na América Latina e no Caribe e seu crescimento com persistentes problemas estruturais. Por fim, ressalta-se o início da vacinação na Venezuela com a vacina cubana *Abdala*, apesar de não ter recebido autorização de nenhuma agência reguladora.

A **África** registrou um aumento de 43% nas mortes por COVID-19, com internações hospitalares aumentando rapidamente e os países enfrentando escassez de oxigênio e leitos de terapia intensiva. É hoje a região que mais preocupa no mundo. Foram registradas 6273 mortes na última semana, contra 4384 na semana anterior. Segundo **Augusto Silva e Rosenberg**, a mistura de fadiga da população com as restrições e de novas variantes impulsiona a terceira vaga nos países africanos. A Diretora Regional da OMS para a África defende vacinação acelerada como única saída possível. O CDC África continua a excluir o português e a privilegiar o árabe, o francês e o inglês nas edições do *Outbreak Briefs*. De 14 a 17 de julho, realizam-se as reuniões presenciais da *Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)*, culminando com a XIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo, em Luanda, Angola, que assumirá o exercício da Presidência da Comunidade pelos próximos dois anos. Chama a atenção o recente acordo firmado entre a CPLP e a Organização dos Estados de África, Caribe e Pacífico (OEACP).

Após 10 semanas de queda, os novos casos também voltaram a subir na **Região Europeia** da OMS. A Eurocopa, acompanhada pelo afrouxamento das medidas não farmacológicas, são apontadas como responsáveis, num cenário de expansão da variante Delta, que se tornará dominante em agosto, segundo previsões de especialistas. A presidência rotativa da União Europeia passa a ser assumida pela Eslovênia, gerando tensão interna no bloco, que está dividido em relação às negociações do “IP Waiver” na OMC, com aprovação, pelo Parlamento, de resolução favorável à suspensão, é o que informa **Ana Helena Freire**.

Segundo a analista **Lúcia Marques**, entram em cena novos atores na geopolítica do **Oriente Médio**: Efeito Borboleta da saída das tropas americanas do Afeganistão, depois de 20 anos de ocupação. Irã consegue colocar autoridades de alto nível do governo afegão e do Talibã juntos para iniciar as negociações para um futuro governo conjunto. Mas a paz cobrará seu preço: o Talibã vai impor a Sharia, Lei Islâmica. Na **Ásia Pacífico**, a variante Delta se espalhou por todos os países, alguns registrando altas preocupantes. Apesar da Índia ainda ser o país com maior número de casos e óbitos, a Indonésia se tornou o novo foco global do vírus, depois de registrar alto índice de casos.

Desejamos a todos uma boa leitura e aguardamos seus comentários, sempre muito bem-vindos.

**Rio de Janeiro, Mangueiras, 15 de julho de 2021**

**Paulo M. Buss e Pedro Burger**  
**Coordenação do CRIS/Fiocruz**

## Nações Unidas, Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Santiago Alcázar

A 75ª sessão do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) acolhe o Foro Político de Alto Nível (HLPF, em suas siglas em inglês), que este ano se realiza de 6 a 16 de julho.

O ECOSOC, como se sabe, é a principal instância das Nações Unidas para a discussão e o acompanhamento dos temas econômicos, sociais e de meio ambiente. Os órgãos subsidiários do ECOSOC são as 5 Comissões Regionais: Comissão Econômica para África (CEA); Comissão Econômica para Europa (CEE); Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL); Comissão Econômica e Social para Ásia e o Pacífico (ESCAP); Comissão Econômica e Social para o Meio Oriente (ESCWA, com a observação que aquela região se denominava *Western Asia*).

Ademais das Comissões Regionais, o ECOSOC conta com o apoio de Comissões Funcionais, entre as que caberia mencionar, entre outras, a Comissão para o Desenvolvimento Social (CSocD), a Comissão de Estatística, a Comissão sobre o Status da Mulher, a Comissão sobre População e Desenvolvimento, a Comissão sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento. Há ainda distintos grupos de peritos, comitês permanentes (Comitê sobre Organização Não-Governamentais; Comitê sobre Programas Coordenação).

A estrutura do ECOSOC, como se pode ver, é de grande complexidade. Acrescente-se a essa estrutura institucional complexa a plataforma, única no mundo, que reúne políticos, acadêmicos, fundações, jovens, empresários e mais de 3.200 ONGs registradas e que podem, em concordância com a Resolução ECOSOC 1996/31, parágrafos 30 e 31<sup>1</sup>, apresentar as suas respectivas visões sobre assuntos das áreas de economia, social e de meio ambiente<sup>2</sup>.

O Segmento de Alto Nível (Ministerial) do HLPF, propriamente, que se reúne anualmente sob os auspícios do ECOSOC e tem como principal atribuição o acompanhamento da Agenda 2030 e do progresso alcançado com respeito aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) se estende de 13 a 16 de junho.

De 6 a 12 de junho realizaram-se a abertura do HLPF e as seguintes sessões:

- 1) *Os ODS em tempo de crise: uma retomada sustentável, inclusiva e resiliente da crise da Covid-19 e oportunidade para implementar os ODS.* A sessão tratou da necessidade de resiliência dos sistemas de saúde, acesso equitativo aos mesmos e medidas emergenciais de proteção social.
- 2) *Assegurando que ninguém seja deixado para trás/como podemos proteger os mais pobres e mais vulneráveis da crise e empoderá-los para realizarem os ODS.* Esta sessão contou com a participação do economista Fabio Veras, do IPEA. O impacto da pandemia deixa claro a falta de proteção social e as falhas de acesso a serviços de saúde. O resultado tem sido um aumento das inequidades no plano global. Ademais da inequidade com respeito ao acesso a diagnósticos, medicamento e vacinas para a Covid-19, deve-se também incluir a falta de acesso aos serviços de saúde para outros agravos. A sessão passou em revista as novas

<sup>1</sup> A Resolução "Consultative Relationship between the United Nations and non-governmental organizations" pode ser acessada em:

<https://www.un.org/ecosoc/sites/www.un.org.ecosoc/files/documents/2020/resolution-1996-31.pdf>

<sup>2</sup> Para se ter uma ideia da variedade de segmentos da sociedade civil, bem como de suas declarações ver <https://www.un.org/ecosoc/sites/www.un.org.ecosoc/files/files/en/2021doc/2021-ECOSOC-HLS-Written-Statements-by-NGOS-in-ECOSOC-Consultative-Status.pdf>

dimensões dos compromissos globais relativos ao princípio de não deixar ninguém para trás, bem como os desafios de proteger e empoderar os grupos mais vulneráveis.

- 3) *Construindo resiliência contra futuros choques por meio de mudanças estruturais e investimento em infraestrutura sustentável.* Esta sessão focou em 2 importantes dimensões de reformas necessárias: reformar os sistemas de proteção social, de modo a incluir o efeito da Covid-19; mobilizar investimentos em infraestrutura sustentável, incluindo infraestrutura social.
- 4) *Como voltamos à trilha para erradicar a pobreza e a fome e fazer as transformações necessárias para termos uma economia inclusiva e sustentável?* Esta sessão discutiu os desafios e as oportunidades para erradicar a pobreza e a fome, bem como a transformação para uma fazer uma economia inclusiva e sustentável. Registro nesta sessão, a participação de Lassané Kabore, Ministro da Economia de Burkina Faso e de Silvana Eugenia Vargas Winstanley, Ministra do Desenvolvimento e Inclusão Social do Peru.
- 5) *ODS em foco: a) Como renovamos e transformamos o consumo e a produção; e como consideramos e mitigamos a mudança climática, com foco nos ODS 12, 13 e 17; b) Como voltamos à trilha para construir sociedades mais pacíficas, iguais e inclusivas, com foco nos ODS 3, 10, 16 e 17.*
- 6) *Atuando localmente: Como apoiamos as autoridades locais para implementação dos ODS, e como podemos melhor construir sobre as revisões voluntárias.*
- 7) *Repensando as condições para o progresso dos ODS em países africanos, LDC e países sem litoral.*
- 8) *Unindo para auxiliar países-ilhas em desenvolvimento.*
- 9) *Mobilizando ciência, tecnologia e inovação em prol do desenvolvimento sustentável.*
- 10) *Visão e prioridades da sociedade civil, o setor privado e outros grupos interessados: levando adiante os ODS durante a recuperação da Covid.*
- 11) Financiamento dos ODS<sup>3</sup>.

Com respeito à mobilização da ciência, tecnologia e inovação cabe deixar registro de que o texto da Agenda 2030 anuncia o lançamento do Mecanismo de Facilitação Tecnológica (TFM, nas siglas em inglês), com vistas a apoiar a implementação dos ODS, por meio da colaboração e parceria para o compartilhamento de informação, experiências e boas práticas entre os Estados membros, a sociedade civil, o setor privado e a comunidade acadêmica, as entidades do sistema Nações Unidas e outros entes interessados.

O TFM é integrado por uma agência (IATT – United Nations Interagency Task Team on Science, Technology and Innovation for the SDGs); um grupo de peritos (10-Member Group, de que faz parte o físico brasileiro Carlos Henrique de Brito Cruz, da Universidade de Campinas, e Paulo Gadelha, ex-presidente da Fiocruz)<sup>4</sup>; um foro (STI Forum); e, por último, uma plataforma on-line (2030 Connect).

---

<sup>3</sup> O programa comentado do HLPF pode ser acessado em [https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/282962021\\_HLPF\\_and\\_HLS\\_Annotated\\_Programme\\_with\\_speakers.pdf](https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/282962021_HLPF_and_HLS_Annotated_Programme_with_speakers.pdf)

<sup>4</sup> A atual composição do grupo pode ser conhecida em <https://sdgs.un.org/tfm/ten-member-group>

O TFM terá a sua agenda própria, mas seria crucial que incluísse entre os seus assuntos prioritários a questão da produção local de vacinas. Como se sabe, a imunização extensiva, reconhecida internacionalmente como um bem público global, é um tema que vem ganhando tração. A demora na distribuição de vacinas para a Covid-19 revela uma falha moral, sem dúvida, mas também uma séria limitação da capacidade de produção das mesmas.

Ademais da questão moral e da violação de um direito humano fundamental, o atraso na entrega de diagnósticos, medicamentos e vacinas preocupa aos chefes das quatro principais instituições mundiais de saúde, comércio e finanças: a OMS, a OMC, o FMI e o Banco Mundial. Em nota publicada no dia 1º de junho, aqueles quatro chefes instam os líderes mundiais a financiar com US\$ 50 bilhões a OMS e a COVAX Facility, de modo a acelerar a produção e a entrega nos países em desenvolvimento daqueles insumos de e para a saúde. A nota conjunta recorda que inicialmente a OMS e a COVAX haviam estimado que seria possível vacinar 30% da população mundial até o final de 2021. Os quatro mandatários creem que é possível aumentar a ambição e vacinar 40% da população mundial até o final de 2021 e 60% até o final do primeiro semestre de 2022<sup>5</sup>. A reunião de Cúpula do G-7, realizada de 11 a 13 de junho em Carbis Bay, ignorou o apelo daqueles 4 chefes.

Os líderes das agências não se deram por vencidos e voltaram ao ataque em 30 de junho, com nova nota conjunta, na qual repetem os argumentos levantados na primeira nota e criam uma Força Tarefa para acelerar a produção e entrega de diagnósticos, medicamentos e vacinas para países em desenvolvimento. Os 4 chefes não mais se dirigem aos líderes mundiais em abstrato, mas ao G-20. Com efeito, os 4 chefes instam o G-20 a abraçar a ideia de imunizar 40% da população mundial até o final de 2021 e 60% até o final do primeiro semestre de 2022. O recado é claro. Os US\$ 50 bilhões necessários para aquela missão representam uma gota no oceano de US\$ 9 trilhões que a economia poderia perder, segundo relatório do FMI<sup>6</sup>.

A produção local de vacinas, ademais de diagnósticos e medicamentos específicos para o tratamento da Covid-19, pode ser uma solução para contornar os problemas com atrasos e esgotamento de capacidade de produção.

Em 25 de junho, a OMS realizou o primeiro foro mundial sobre produção local. Examinaram-se a possibilidade de aumentar a capacidade mundial como uma questão de segurança global. Também examinaram o caso específico da produção de vacinas em países em desenvolvimento, transferência de tecnologia e licenciamentos, o papel dos governos, das agências reguladoras, entre outros<sup>7</sup>.

A produção regional de vacinas havia sido antecipada na X Cúpula do BRICS, em julho de 2018, em Joanesburgo, antes da pandemia da Covid-19 e reafirmada na XII Cúpula, em novembro de 2020, em Moscou, em plena crise sanitária. A proposta original de Joanesburgo é um compromisso claro: “Assumimos o compromisso de fortalecer a coordenação e a cooperação para pesquisa e desenvolvimento de vacinas no âmbito do BRICS e acolhemos

---

<sup>5</sup> Ver a nota conjunta em: <https://www.who.int/news/item/01-06-2021-new-50-billion-health-trade-and-finance-roadmap-to-end-the-pandemic-and-secure-a-global-recovery>

<sup>6</sup> A segunda nota conjunta dos 4 chefes pode ser lida em <https://www.who.int/news/item/30-06-2021-first-meeting-of-the-task-force-on-covid-19-vaccines-therapeutics-and-diagnostics-for-developing-countries>

<sup>7</sup> As conclusões e recomendações do foro podem ser acessadas em <https://www.who.int/news/item/25-06-2021-at-local-production-forum-who-and-partners-highlight-key-steps-to-improve-access-to-health-technologies>

favoravelmente a proposta de estabelecer um Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Vacinas do BRICS”<sup>8</sup>.

A Declaração da XII Cúpula dos BRICS recorda a proposta e estimula a sua operacionalização: “(...) recordamos a decisão da Declaração de Joanesburgo (2018) de estabelecer o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas do BRICS, e incentivamos a sua operacionalização oportuna e efetiva”<sup>9</sup>.

A Declaração da reunião de Chanceleres dos BRICS, realizada em 1 de junho confirma a ideia de levar a diante aquele centro: “ (os chanceleres) defenderam oportuno estabelecimento e operacionalização do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas do BRICS”<sup>10</sup>.

Voltando ao HLPF é importante sublinhar que de 13 a 16 de ocorre o Segmento de Alto Nível do HLPF, reunião de nível ministerial que, entre outros assuntos, terá que considerar o projeto de Declaração Ministerial que se encontra sobre a mesa. Não se sabe como ficará a redação final do texto da Declaração Final. São os seguintes os pontos fundamentais, que já podem ser lidos:

1. Reafirmação do compromisso para implementar a Agenda 2030;
2. Reafirmação de que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões constitui o maior desafio global;
3. Reconhecimento de que a crise causada pela Covid deixou à mostra e exacerbou vulnerabilidades e inequidades;
4. Reafirmação dos princípios reconhecidos na Agenda 2030, *não deixar ninguém para trás*. Reconhecimento das sinergias entre a Agenda 2030 e o Acordo de Paris;
5. Reconhecimento de que a Covid teve e tem um impacto sobre vários ODS;
6. Como se sabe, no centro de uma recuperação global está o acesso equitativo a diagnósticos, medicamento e vacinas. Sublinha-se, portanto, a necessidade para desenvolver parcerias internacionais com vistas a aumentar a capacidade de produção e distribuição daqueles produtos e se reconhece que a imunização extensiva é um bem público global para a saúde, na prevenção, contenção e interrupção da transmissão, de maneira a pôr um fim à pandemia. Aqui há uma aproximação com a ideia da produção local e regional;
7. Aumentar a capacidade de produção por meio de disseminação apropriada de tecnologia e know-how, com respeito às regras da OMC. A vinculação com os debates em andamento na OMC é óbvia. Preocupa, no entanto, o esclarecimento de que as regras da OMC devem ser preservadas como tábuas divinas. É notável a diferença entre o espírito de vanguarda dos 4

---

<sup>8</sup> Ver o parágrafo 90 da Declaração de Joanesburgo em: [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/x-cupula-dos-brics-declaracao-de-joanesburgo-27-de-julho-de-2018-ingles](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/x-cupula-dos-brics-declaracao-de-joanesburgo-27-de-julho-de-2018-ingles)

<sup>9</sup> Ver parágrafo 74 da Declaração em: <https://www.gov.br/mre/en/contact-us/press-area/press-releases/xii-brics-summit-moscow-declaration>

<sup>10</sup> Ver parágrafo 4 da Declaração de chanceleres em: [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/reuniao-de-ministros-das-relacoes-exteriores-relacoes-internacionais-do-brics-comunicado-de-imprensa](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/reuniao-de-ministros-das-relacoes-exteriores-relacoes-internacionais-do-brics-comunicado-de-imprensa)

chefes, que adotam um discurso fora da curva e estes negociadores que temem qualquer desvio que possa ferir as sensibilidades do lobby das farmacêuticas;

8. Assegurar o direito humano à água potável, limpa, bem como facilidade para lavar as mãos e higienização
9. Reconhecer a contribuição do relatório do SG com relação ao progresso dos ODS;
10. Agradecimento aos países que submeteram as suas respectivas revisões voluntárias nacionais;
11. Reafirma-se a importância de assegurar oportunidades iguais para reduzir as desigualdades, incluindo a eliminação de leis e políticas e práticas de discriminação.

Dizem que o diabo está nos detalhes. É possível, mas também em outros lugares. Na alma mesquinha de lobistas e negociadores que parecem não entender que a pandemia reclama sacrifícios e uma atitude de generosa solidariedade. A conferir.

## **Informe sobre as atividades do Conselho de Direitos Humanos da ONU e dos Movimentos Sociais que atuam no âmbito da Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

**Armando De Negri Filho**

O destaque do período foi a conclusão da 47ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU (realizada de 21 de junho a 09 de julho de 2021). Como ainda não temos a publicação oficial das resoluções adotadas, fixamos nossa atenção nos informes apresentados e em intervenções da sociedade civil presente nos debates que se relacionam diretamente ou concorrem com temas de interesse da Saúde Global e da Diplomacia em Saúde.

Destacamos o conjunto dos informes relacionados com o Grupo de Trabalho sobre a questão dos Direitos Humanos e corporações transnacionais e outras empresas, pela importância evidente deste debate em relação aos produtos e serviços de interesse para a saúde e o papel protagônico das transnacionais do setor farmacêutico e de equipamentos médicos e de saúde, conforme observamos no atual conflito sobre a desigualdade do acesso às vacinas no Mundo. O informe geral do Grupo de Trabalho, [A/HRC/47/39 - E - A/HRC/47/39 -Desktop \(undocs.org\)](#), o qual relembra os 10 anos do GT e a Implementação do Framework das Nações Unidas "Proteger, Respeitar e Remediar", identifica onde o Grupo contribuiu para uma inovadora plataforma de ação comum e onde o ritmo de implementação por Estados, empresas e outros atores relevantes precisa aumentar urgentemente na próxima década. Em complemento ao informe geral, se destacam os seguintes informes relacionados sobretudo com as barreiras e as violências que ameaçam os que lutam pelos Direitos Humanos frente ao poder e impacto dos interesses econômicos e comerciais transnacionais, com destaque para os grandes conflitos na América Latina e no Caribe: Papel das instituições nacionais de direitos humanos na facilitação do acesso a remédios para abusos de direitos humanos relacionados a negócios [A/HRC/47/39/Add.3 - E - A/HRC/47/39/Add.3 -Desktop \(undocs.org\)](#); Os Princípios Orientadores sobre Negócios e Direitos Humanos: orientação sobre a garantia do respeito aos defensores dos Direitos Humanos [A/HRC/47/39/Add.2 - E - A/HRC/47/39/Add.2 -Desktop \(undocs.org\)](#); Quinto Fórum Regional da América Latina e do Caribe sobre Empresas e Direitos Humanos - Setembro de 2020 [A/HRC/47/39/Add.4 - S - A/HRC/47/39/Add.4 -Desktop \(undocs.org\)](#). O conjunto dos informes permite vislumbrar o terreno conflitivo para os que lutam para afetar a determinação social da saúde, o Direito ao Desenvolvimento e a materialidade da Agenda 2030. O que nos permite voltar a sublinhar a necessidade de estabelecer clareza sobre os conflitos como categorias centrais do Político e que necessitam tratamento de democracia agonista na Política, sob pena de ao não resolver conflitos em seu choque de interesses, racionalidades e paixões, terminemos por destruir a própria democracia.

Também digno de nota o Informe sobre a proposta de criação do Fundo Global de Proteção Social - solidariedade internacional a serviço da erradicação da pobreza por parte do Relator Especial sobre Extrema Pobreza e Direitos Humanos, Olivier De Schutter [A/HRC/47/36 - E - A/HRC/47/36 -Desktop \(undocs.org\)](#). Este Informe se alinha com a reiterada insistência do Relator em colocar em destaque a necessidade de assumir, no contexto pandêmico e no marco de uma crise econômica e social cada vez mais severa, a necessidade de um sistema de proteções sociais de alcance mundial em que cada País assegure o piso das proteções sociais, porém com o amparo de um Fundo Global de Solidariedade capaz de amparar os países com limitações em seus meios. De Schutter vem chamando a atenção para a profunda discriminação contra os empobrecidos do Mundo, o que os torna invisíveis, descartáveis, racializados e colonizados em suas representações de direitos e em suas aspirações de soberania. A equidade

em saúde depende profundamente da resposta que se possa dar a esta demanda de sistemas de proteções sociais integrais e amparados no Dever de Cooperar por parte dos Países mais ricos e da necessidade de taxar as grandes acumulações de capital e propriedades em escala global. O mesmo Relator Especial realizou visita à União Europeia e em seu informe [A/HRC/47/36/Add.1 - E - A/HRC/47/36/Add.1 -Desktop \(undocs.org\)](#) expos as desigualdades crescentes naquela Comunidade de Nações e a forma assimétrica em que são tratados os interesses econômicos e os interesses sociais, demonstrando a natureza hoje dominante na EU e tornando preocupantes as aspirações da EU em liderar os debates da Saúde Global, tendo como referência sua própria incapacidade ou desinteresse em enfrentar as desigualdades em seu próprio território. Interessante ler a resposta da União Europeia ao Informe do Relator Especial [A/HRC/47/36/Add.2 - E - A/HRC/47/36/Add.2 -Desktop \(undocs.org\)](#) – respostas protocolares e formais a um debate complexo e sem soluções no Horizonte cada vez mais denso das políticas de austeridade e insolidariedade mesmo em tempos de Pandemia . Na mesma perspectiva desafiante das proteções sociais se situa o “Estudo analítico sobre a promoção e proteção dos direitos das pessoas idosas no contexto da mudança climática” - Relatório do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos [A/HRC/47/46 - E - A/HRC/47/46 -Desktop \(undocs.org\)](#), ilustrando o potencial de produção de desproteções gerado pela sinergia entre o desamparo de populações que envelhecem e as mudanças climáticas e busca destacar as soluções necessárias e as iniciativas promissoras.

Destacamos as seguintes manifestações por escrito, apresentadas por organizações da sociedade civil durante a 47ª Sessão do CDR: 1- Medidas Coercitivas Unilaterais (UCM)s: Uma forma moderna de Medidas Coercitivas Unilaterais de Genocídio (UCM)s pode facilmente agir como armas de destruição em massa e levar a morte lenta coletiva e dolorosa de civis através da privação de alimentos e medicamentos [G2114111.pdf \(un.org\)](#); 2- O impacto de gênero da última escalada da violência de Israel sobre mulheres e meninas palestinas [G2116236.pdf \(un.org\)](#); 3. Negócios e Direitos Humanos: Décimo aniversário dos Princípios Orientadores das Nações Unidas e a importância da adoção de um Tratado sobre o Tema [G2116649.pdf \(un.org\)](#) ; 4- O impacto da pandemia COVID-19 nos LDCs [G2112280.pdf \(un.org\)](#) ; 5- Implementação do Princípio de Não Punição para Vítimas de Tráfico na Pandemia COVID-19 [G2115445.pdf \(un.org\)](#) ; 6- Hipocrisia do governo indiano e padrões duplos são muito evidentes durante a pandemia COVID [G2114188.pdf \(un.org\)](#) .

No âmbito da Sociedade Civil Global gostaríamos de destacar a necessidade do debate sobre as dimensões econômicas da Pandemia sob o prisma de um olhar para além da hegemonia neoliberal e a possibilidade de assunção de um neo-keynesianismo, como ilustrado na entrevista <https://outline.com/ZuSK9d> com 5 Perguntas sobre a Pandemia para o Economista Jan Kregel.

Por outro lado o debate sobre a Ética da e pela Vida ou sua ausência apareceram nas importantes manifestações de Riccardo Petrella através do Manifesto pela Ágora dos Habitantes da Terra <https://ilmanifesto.it/lettere/abbiamo-tutti-il-diritto-alla-vita-nessuno-puo-arrogarsi-il-potere-di-violarlo/> “ Temos todos o Direito à Vida e ninguém pode avocar-se o direito de violá-lo”. O qual encontra ressonâncias no expresso por Judith Butler ao abordar as vidas descartáveis segundo a hegemonia neoliberal <https://brasil.elpais.com/babelia/2020-07-10/judith-butler-de-quem-sao-as-vidas-consideradas-choraveis-em-nosso-mundo-publico.html> e ao explorar o seu conceito de violência como supressão do outro e a necessidade de uma política de não-violência para fazer-lhe frente.

<https://blogdaboitempo.com.br/2021/05/28/judith-butler-o-futuro-da-pandemia/> .

Na mesma perspectiva foi publicado o importante editorial do British Medical Journal <https://gh.bmj.com/content/6/6/e006504> - "Global vaccine equity demands reparative justice — not charity" "A equidade global em vacinas demanda Justiça Reparativa e não Caridade", o que dá o tom de uma crescente indignação frente à forma como os poderosos vem lidando com a Pandemia.

Finalmente vale a pena referenciar a movimentação dos movimentos populares, reunidos na primeira parte do IV Encontro Mundial de Movimentos Populares, o qual terminou com um diálogo aberto sobre os dilemas da humanidade e cujo documento final será entregue ao Papa Francisco em setembro. <https://mst.org.br/2021/07/11/movimentos-populares-compartilharao-com-opapa-francisco-uma-alternativa-para-os-dilemas-da-humanidade/>

E o Papa Francisco, operado em Roma, fez um apelo por sistemas de saúde gratuitos e acessíveis o que também está contido na mensagem para o Dia Mundial do Enfermo deste ano: "A atual pandemia colocou em evidência tantas insuficiências dos sistemas sanitários e carências na assistência às pessoas doentes. Viu-se que, aos idosos, aos mais frágeis e vulneráveis, nem sempre é garantido o acesso aos cuidados médicos, ou não o é sempre de forma equitativa. Isto depende das opções políticas."

<https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2021-07/papa-francisco-saudeacessivel-a-todos-bem-primario-angelus.html>

Com o convite realizado pelo Diretor Geral da OMS para uma maior participação do Papa na Assembleia Mundial da Saúde, espera-se que esta manifestação encontre ressonância entre os Estados Membros e também na própria rede de instituições católicas de saúde pelo Mundo.

### **Extratos dos Informes e artigos em outras línguas, traduzidos ao Português**

1. *Princípios Orientadores sobre Negócios e Direitos Humanos nos seus 10 Anos: fazendo um balanço da primeira década.* Relatório do Grupo de Trabalho sobre a questão dos direitos humanos e das corporações transnacionais e outras empresas empresariais. [A/HRC/47/39 - E - A/HRC/47/39 -Desktop \(undocs.org\)](#)

No presente relatório, o Grupo de Trabalho sobre a questão dos direitos humanos e das corporações transnacionais e outras empresas empresariais faz um balanço de uma década de implementação dos Princípios Orientadores sobre Negócios e Direitos Humanos : Implementação do Quadro das Nações Unidas "Proteja, Respeite e Remediar", identificando onde eles contribuíram para uma inovadora plataforma comum de ação e onde o ritmo de implementação por Estados, empresas e outros atores relevantes precisa aumentar urgentemente na próxima década

2. *Papel das instituições nacionais de direitos humanos na facilitação do acesso a remédios para abusos de direitos humanos relacionados a negócios* [A/HRC/47/39/Add.3 - E - A/HRC/47/39/Add.3 -Desktop \(undocs.org\)](#)

Este relatório do Grupo de Trabalho sobre a questão dos direitos humanos e das corporações transnacionais e outras empresas empresariais elabora várias formas (diretas, indiretas e fundamentais) nas quais as instituições nacionais de direitos humanos (NHRIs) poderiam facilitar o acesso a remédios para os abusos relacionados aos direitos humanos relacionados aos negócios. Também destaca o papel crítico das NHRIs nas três áreas ilustrativas: colaboração com outros mecanismos de reparação judicial e não judicial, cooperação entre NHRIs em casos transfronteiriços e transnacionais e proteção de organizações da sociedade civil

e defensores dos direitos humanos. Além disso, como as NHRIs poderiam facilitar o acesso à solução apenas no cenário mais amplo dos direitos humanos a nível nacional, regional e internacional, este relatório também articula um papel mais holístico para as NHRIs no campo dos negócios e dos direitos humanos.

3. *Os Princípios Orientadores sobre Negócios e Direitos Humanos: orientação sobre a garantia do respeito aos defensores dos direitos humanos* [A/HRC/47/39/Add.2 - E - A/HRC/47/39/Add.2 -Desktop \(undocs.org\)](#)

Os Princípios Orientadores sobre Negócios e Direitos Humanos: orientação sobre a garantia do respeito aos defensores dos direitos humanos Relatório do Grupo de Trabalho sobre a questão dos direitos humanos e das corporações transnacionais e outras empresas. Resumo: No presente relatório, submetido ao Conselho de Direitos Humanos nos termos de suas resoluções 17/4, 26/22, 35/7 e 44/15, o Grupo de Trabalho sobre a questão dos direitos humanos e das corporações transnacionais e outras empresas empresariais destaca a necessidade de abordar o impacto adverso das atividades empresariais sobre os defensores dos direitos humanos. Descompacta para Estados e empresas as implicações normativas e práticas dos Princípios Orientadores sobre Negócios e Direitos Humanos em relação à proteção e respeito ao trabalho vital dos defensores dos direitos humanos.

4. *Quinto Fórum Regional da América Latina e do Caribe sobre Empresas e Direitos Humanos - Setembro de 2020.*

[A/HRC/47/39/Add.4 - S - A/HRC/47/39/Add.4 -Desktop \(undocs.org\)](#);

O Quinto Fórum Regional para a América Latina e o Caribe sobre Negócios e Direitos Humanos – "Realizar condutas comerciais responsáveis em tempos difíceis: transformar desafios em oportunidades" foi realizado praticamente entre 7 e 11 de setembro de 2021. 1 O Fórum Regional foi organizado pelo Escritório Regional para a América Central do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR) e pelo Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre a questão dos direitos humanos e das corporações transnacionais e outras empresas empresariais (Grupo de Trabalho), em cooperação com a União Europeia, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) no âmbito do projeto financiado pela UE sobre Responsabilidade e Business Conduct na América Latina e Caribe (RBCLAC)<sup>2</sup>. O Fórum Multi-stakeholder, realizado praticamente devido à pandemia COVID-19, sediou 43 sessões temáticas e atraiu a participação de 4.450 participantes inscritos de 54 países.

O Fórum mais uma vez foi altamente bem-sucedido em promover o diálogo multi-stakeholder, a troca de práticas e incentivar o desenvolvimento para promover a prática responsável de conduta empresarial na região. Além disso, as discussões do Fórum Regional ajudaram a fazer um balanço da implementação dos Princípios Norteadores das Nações Unidas sobre Negócios e Direitos Humanos, no contexto de seu 10º aniversário em 2021 e contribuir para um projeto do Grupo de Trabalho que visa fazer um balanço dos primeiros 10 anos dos Princípios Orientadores e desenvolver um roteiro para a próxima década - o projeto UNGPs 10+. Algumas das principais conclusões dessas discussões são brevemente destacadas. Os Governos representados no Fórum demonstraram avanços significativos em termos de políticas públicas para fortalecer a conduta empresarial responsável e o respeito aos direitos humanos, em especial através do desenvolvimento de Planos de Ação Nacional sobre Negócios e Direitos Humanos (NAPs). No entanto, mais esforços devem ser feitos para garantir a participação multi-

stakeholders no desenvolvimento dessas políticas, bem como para melhorar a transparência dos processos.

Ações claras e mensuráveis devem ser definidas nestes NAPs, com recursos suficientes e responsabilidades claras identificadas. Houve também um apelo para que essas ações fossem informadas por uma avaliação nacional da linha de base que incluísse a opinião das partes interessadas. Dado que as micro, pequenas e médias empresas (MSMEs) são o motor econômico da região e que a informalidade econômica continua sendo uma realidade e desafio generalizado na região, sugeriu-se a inclusão de ações específicas sobre ASE e para combater integralmente a informalidade. Também foi solicitado pelos participantes do Fórum que as perspectivas de gênero fossem integradas aos NAPs. Em relação ao mix inteligente de medidas voluntárias e obrigatórias, houve um apelo ao desenvolvimento regulatório na área de due diligence. A diligência obrigatória e a ratificação do acordo de Escazu foram identificadas como ferramentas relevantes para fortalecer a segurança jurídica e nivelar o campo de jogo. Também foi ressaltada a importância do fortalecimento da coerência de políticas públicas, inclusive em relação a outras agendas nacionais e regionais críticas, como o combate à corrupção, as mudanças climáticas e os esforços para alcançar os ODS. Foi incentivada a colaboração aprimorada entre as instituições públicas. Em relação à recuperação socioeconômica da pandemia, os participantes destacaram a importância de colocar as pessoas e o planeta no centro das respostas governamentais. Concluíram que os Estados deveriam adotar políticas para estimular o trabalho decente e proteger os trabalhadores, na economia formal e informal, por meio de sistemas de proteção social e capacitação; e fornecer apoio a empresas, incluindo MSMEs, que são mais propensas a criar valor econômico, social e ambiental. Os Estados também devem evitar medidas para flexibilizar as salvaguardas socioambientais e devem reforçar a exigência de consulta gratuita, prévia e informada (FPIC) no âmbito de projetos de desenvolvimento econômico, bem como fortalecer mecanismos de proteção dos defensores dos direitos humanos.

Durante as discussões do Fórum, os participantes destacaram as situações profundamente preocupantes vivenciadas por determinados grupos populacionais no contexto das atividades empresariais da região: como comunidades rurais, incluindo povos indígenas e afrodescendentes; mulheres, pessoas LGBTIQ, crianças, defensores dos direitos humanos e trabalhadores em situação de vulnerabilidade. Observou-se que a transição para a energia sustentável implica impactos sociais e ambientais para as comunidades de LAC que devem ser considerados e mitigados. Essas situações de vulnerabilidade e a falta de respostas para prevenir, mitigar e remediar os impactos sobre seus direitos humanos, têm alimentado conflitos na região e exacerbado a desconfiança entre diferentes atores.

O apelo mais recorrente dos participantes foi para um diálogo contínuo e significativo entre governos, empresas, sociedade civil, trabalhadores e comunidades afetadas. O diálogo e a participação significativos exigem transparência, informação prévia e capacitação. Além disso, garantir o direito ao consentimento livre, prévio e informado, inclusive por meio de consultas a comunidades significativa e potencialmente afetadas, antes da concepção e execução de atividades empresariais, ainda está longe de ser uma realidade na região. Foi feito um apelo aos governos para que não visem o direito à consulta dos povos indígenas como mero direito de se envolverem ou de terem suas opiniões ouvidas, para realizar seu direito de autodeterminação, dar ou reter seu consentimento ao projeto em questão, ou negociar as condições sob as quais o projeto será desenhado, implementado, monitorado e avaliado”.

5. *Fundo Global de Proteção Social: solidariedade internacional a serviço da erradicação da pobreza* Relatório do Relator Especial sobre pobreza extrema e direitos humanos, Olivier De Schutter. [A/HRC/47/36 - E - A/HRC/47/36 -Desktop \(undocs.org\)](#)

O Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e a Recomendação dos Pisos de Proteção Social, 2012 (nº 202) da Organização Internacional do Trabalho, bem como as metas 1.3 e 3.8 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, exigem que todos os indivíduos estejam protegidos contra a extrema pobreza, sendo protegidos por uma segurança de renda quando não possam obter uma renda suficiente para levar uma vida decente como trabalhadores assalariados ou autoempregados. Eles também exigem que essa segurança de renda seja garantida na forma de direitos garantidos na legislação interna que os indivíduos podem reivindicar perante órgãos independentes quando lhe é negado apoio. A atual crise econômica e social destaca ainda a urgência de concretizar o direito à seguridade social.

6. *Visit to the European Union Report of the Special Rapporteur on extreme poverty and human rights, Olivier De Schutter\**, \*\* [A/HRC/47/36/Add.1 - E - A/HRC/47/36/Add.1 -Desktop \(undocs.org\)](#) visita à União Europeia.

"Convergência macroeconômica: 74. As regras de convergência da política macroeconômica na União Europeia e, em particular, na zona do euro, ainda representam um obstáculo na luta contra a pobreza a nível dos Estados-membros. 75. O Pacto de Estabilidade e Crescimento, inicialmente adotado em 1997 como parte do caminho para a União Monetária, proibiu, de fato, os Estados-membros que aderiram à moeda única de depender do crescimento orientado pela demanda. O Tratado de Estabilidade, Coordenação e Governança da União Econômica e Monetária fortaleceu ainda mais as restrições. Os Estados-Membros que são partes do Tratado comprometeram-se, em princípio, a adotar orçamentos equilibrados, com um desvio máximo de 0,5%. Comprometeram-se ainda mais a reduzir a dívida pública superior ao limite de 60% do PIB em 1/20 a cada ano e incluir tais disciplinas em regras de uma posição constitucional na ordem jurídica doméstica.

Além disso, a nova governança social e econômica estabelecida na União Europeia após a crise da dívida pública de 2009 a 2012, a princípio, ignorou inteiramente os impactos das medidas fiscais e orçamentárias sobre os direitos sociais. Inicialmente, os direitos sociais não desempenharam um papel no Semestre Europeu,<sup>85</sup> na implementação do Tratado de Estabilidade Fiscal,<sup>86</sup> no procedimento de "vigilância reforçada" para estados ameaçados por graves dificuldades econômicas e orçamentárias, ou no funcionamento do Mecanismo Europeu de Estabilidade, estabelecido em 2012 para garantir a estabilidade financeira dentro da União Europeia.<sup>88</sup> Essa negligência dos direitos sociais explica por que, após as reformas previstas no memorando de entendimento de 2010 entre a Grécia e seus credores, o Comitê Europeu de Direitos Sociais adotou uma série de decisões que constataram várias violações da Carta Social Europeia.

7. *Relatório do Relator Especial sobre a pobreza extrema e os direitos humanos em sua visita à União Europeia: Comentários do Estado / EU* [A/HRC/47/36/Add.2 - E - A/HRC/47/36/Add.2 - Desktop \(undocs.org\)](#)

A nova meta de redução da pobreza, endossada pelos líderes da UE na Cúpula Social do Porto<sup>18</sup>, soma-se aos progressos alcançados na última década na UE27 (quase 12 milhões de pessoas a menos em risco de pobreza ou exclusão social em 2019, em comparação com 2008) e

levaria a um declínio total de pelo menos 27 milhões de pessoas até 2030 em comparação com 2008. A nova meta é acompanhada por uma meta complementar à pobreza infantil (dos 15 milhões de pessoas a serem retiradas da pobreza ou exclusão social, pelo menos 5 milhões devem ser crianças). 17. Embora a meta de redução da pobreza da UE estabeleça uma ambição comum para a UE como um todo, os desenvolvimentos nacionais nos Estados-Membros serão essenciais. 18. A implementação do Pilar será apoiada e monitorada pela revisão do Placar Social<sup>19</sup>, permitindo um acompanhamento objetivo das tendências e desempenhos dos Estados-Membros por meio de uma grande série de indicadores de qualidade. Foi assegurado um foco específico na pobreza infantil, bem como no custo de moradia sobrecarregado ou no déficit de emprego por incapacidade. Um conjunto muito maior de indicadores detalhados, como a lacuna de pobreza que monitora a profundidade da pobreza, também são atualmente utilizados no contexto de exercícios anuais de monitoramento, como o Relatório Anual do Comitê de Proteção Social<sup>20</sup> e o Relatório Conjunto de Emprego no semestre europeu<sup>21</sup> ... 21. O Compromisso Social do Porto e a Declaração do Porto pelos Chefes de Estado e de Governo da UE, aprovada na Cúpula Social em maio de 2021, conduzirão a implementação do Pilar e do seu Plano de Ação nos próximos meses e anos. Em particular, a Declaração afirma que "Estamos comprometidos em reduzir as desigualdades, defender salários justos, combater a exclusão social e combater a pobreza, assumir o objetivo de combater a pobreza infantil e abordar os riscos de exclusão para grupos sociais particularmente vulneráveis, como os desempregados de longo prazo, os idosos, as pessoas com deficiência e os sem-teto."

8. *Estudo analítico sobre a promoção e proteção dos direitos das pessoas idosas no contexto da mudança climática* - Relatório do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos [A/HRC/47/46 - E - A/HRC/47/46 -Desktop \(undocs.org\)](#)

No estudo, a OHCHR examina os impactos dos direitos humanos das mudanças climáticas sobre as pessoas idosas e os compromissos e obrigações legais e políticas relacionadas dos Estados. Também destaca o potencial da ação climática baseada em direitos humanos das pessoas idosas e fornece exemplos de práticas promissoras. O estudo conclui com recomendações concretas para o cumprimento das obrigações de direitos humanos relacionadas aos direitos humanos das pessoas idosas no contexto das mudanças climáticas.

9. [G2114111.pdf \(un.org\)](#) *Declaração por escrito conjunta\** apresentada pela Organização para a Defesa das Vítimas de Violência, Asociación Cubana de las Naciones Unidas (Associação Cubana das Nações Unidas), Fundación Latinoamericana por los Derechos Humanos y el Desarrollo Social, organizações não governamentais em status consultivo especial. 25 May 2021 A/HRC/47/NGO/17

Medidas Coercitivas Unilaterais (UCM)s: Uma forma moderna de Medidas Coercitivas Unilaterais de Genocídio (UCM)s pode facilmente agir como armas de destruição em massa e levar a morte lenta coletiva e dolorosa de civis através da privação de alimentos e medicamentos. Nos últimos anos, algumas figuras políticas e documentos oficiais anunciaram sua opinião de que as sanções unilaterais podem equivaler a genocídio nos países-alvo. Em sua contribuição ao Relatório do Secretário-Geral sobre a Resolução 74/7, intitulada "Necessidade de acabar com o embargo econômico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos da América contra Cuba" (A/75/81), Cuba denunciou este embargo como "'um ato de genocídio sob a Convenção sobre a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio'", bem como "uma violação maciça, flagrante e sistemática dos direitos humanos de todos os cubanos".' O relatório reitera ainda que "A natureza genocida desta política foi reforçada na luta contra o novo coronavírus, uma vez que o Governo dos Estados Unidos ... deliberadamente... privar o povo

cubano de... itens necessários para o manejo da doença." Em março de 2020, houve anúncios públicos que consideravam sanções unilaterais contra a República Bolivariana da Venezuela como "absurda" e "selvagem" e um "instrumento de genocídio" em um momento em que o mundo une esforços para combater o coronavírus 1. Antes do início da pandemia, um estudo comprovou que 4.000 pessoas morreram na Venezuela<sup>2</sup> como resultado de sanções, em um ano e o Covid-19 aumentou consideravelmente as complicações que os países sancionados estão experimentando, impedindo-os de acessar itens fundamentais, incluindo kits de teste, medicamentos, cuidados médicos, alimentos e vacinas. O mesmo caso se aplica à República Islâmica do Irã, entre outros países alvo de sanções, onde efeitos extraterritoriais das UCMs deliberadamente limitam o acesso das pessoas a todos os itens necessários, bem como a medicina que salva vidas e a vacina Covid-19 que pode ameaçar muitas vidas durante o surto da pandemia. Embora os repetidos apelos aos Estados Unidos para a remoção unilateral das sanções sob a emergência do Covid-19 só levaram ao aumento em vez da diminuição das sanções, o mundo está testemunhando o assassinato em massa sistemático contínuo de grupos vulneráveis nos países alvo das UCM através de sanções mesmo sob a emergência do Covid-19. Por isso, nossas organizações solicitam ao Relator Especial sobre a Prevenção do Genocídio que estude a natureza genocida das sanções econômicas unilaterais ou medidas coercitivas unilaterais e reportam as conclusões ao Conselho de Direitos Humanos. Além disso, exortamos o Conselheiro Especial a oferecer recomendações aos Estados membros das Nações Unidas e ao Conselho de Direitos Humanos da ONU sobre como prevenir essa forma de genocídio.

10. [G2116236.pdf \(un.org\)](#) *Declaração por escrito conjunta\** apresentada pelo Women's Centre for Legal Aid and Counseling, Iniciativa Palestina para a Promoção do Diálogo Global e democracia (MIFTAH), organizações não governamentais em status consultivo especial [31 May 2021] A/HRC/47/NGO/203 2

O impacto de gênero da mais recente escalada da violência de Israel sobre mulheres e meninas palestinas Introdução No contexto de 73 anos de regime institucionalizado israelense de dominação e opressão sobre o povo palestino como um todo, palestinos de ambos os lados da Linha Verde, refugiados e exilados tomaram as ruas para protestar contra a limpeza étnica em curso de Israel. As políticas israelenses que vitimizam e discriminam o povo palestino têm um claro impacto de gênero à medida que isolam as mulheres palestinas. As violações israelenses do direito internacional impactam desproporcionalmente as mulheres palestinas devido ao seu papel como prestadoras de cuidados para a família e dentro da família. A anexação tem enormes efeitos sobre o status e os direitos legais, sociais, educacionais, econômicos e políticos das mulheres, bem como seu acesso a serviços, especialmente para sobreviventes de violência de gênero. Nesta apresentação, a WCLAC insta o Conselho a tomar medidas imediatas cumprindo suas obrigações legais e morais para proteger o povo palestino como um todo. Assim, a WCLAC reitera aos membros do Conselho que apoiem e facilitem o processo de investigação da Comissão de Inquérito em todas as violações do DIH e da DIHRL de Israel sobre os palestinos de ambos os lados da Linha Verde. A investigação deve adotar uma abordagem responsiva de gênero em todas as deliberações sobre os territórios palestinos ocupados para abordar explicitamente os impactos de gênero da ocupação em todas as resoluções relevantes, com especial atenção à promoção e proteção dos direitos humanos das mulheres e meninas palestinas, e tomar medidas para enfrentar as repercussões da ocupação.

11. [G2116649.pdf \(un.org\)](#) *Written statement\** submitted by Associazione Comunita Papa Giovanni XXIII, a non-governmental organization in special consultative status United Nations A/HRC/47/NGO/219 General Assembly Distr.: General 29 June 2021 English

“Olhando para as lições aprendidas nesta primeira década da UNGP, vemos como uma questão de fato que "abordagens voluntárias por si só não são suficientes", como sublinha o Grupo de Trabalho na conclusão de seu relatório. Consequentemente, juntamos-nos às muitas vozes de organizações e comunidades da sociedade civil na vanguarda da proteção dos direitos humanos, que pedem um compromisso mais amplo e mais forte no avanço do processo de elaboração e a adoção de um instrumento legalmente vinculativo internacional "para regular as atividades de corporações transnacionais e outras empresas empresariais", de acordo com a resolução 26/9 do Conselho de Direitos Humanos. Um resultado bem-sucedido das negociações em curso para um tratado vinculativo seria crucial para definir normas legais universalmente aplicáveis e mecanismos de prestação de contas confiáveis, que são fortemente necessários, e convocamos todos os Estados-Membros a se envolverem ativamente neste processo.

12. [G2112280.pdf \(un.org\)](#) *Declaração escrita\** enviada pela Organização Internacional pour les pays les moins avancés (OIPMA), uma organização não governamental em estado consultivo especial A/HRC/47/NGO/44 General Assembly A/HRC/47/NGO/44 2 O impacto da pandemia COVID-19 nos LDCs.

A pandemia COVID-19 levou a perdas imensuráveis de vidas humanas em todo o mundo e apresenta um desafio sem precedentes à saúde pública, ao setor comercial e ao mercado de trabalho. A ruptura econômica e social causada pela pandemia tem sido devastadora, particularmente para países mais vulneráveis a choques econômicos externos, desastres naturais e artificiais e doenças transmissíveis, como os Países Menos Desenvolvidos (LDCs). O Conselho Econômico e Social em sua Resolução 2020/10 (E/RES/2020/10) reconheceu que o COVID-19 afetou severamente as LDCs, incluindo as que se formaram nessa categoria, e provavelmente terá impacto em suas trajetórias de desenvolvimento sustentável. Dada a sua maior exposição aos efeitos da pandemia COVID-19, a Organização Internacional para os Países Menos Desenvolvidos (IOLDCs) chama, portanto, a atenção da comunidade internacional para as necessidades dos LCDs durante a crise da COVID19. De acordo com o The Least Developed Countries Report 2020 (UNCTAD/LDC/2020), os impactos na saúde da pandemia COVID-19 em LDCs não têm sido tão graves quanto se temia inicialmente. No geral, o vírus tem se espalhado menos rapidamente e menos severamente nesses países do que no resto do mundo. Os desfechos de saúde da pandemia em LDCs em 2020 contrastavam com os de outros países em desenvolvimento e desenvolvidos, com este último apresentando uma taxa de mortalidade COVID-19 maior do que a média das LDCs. Conforme ilustrado pelo Relatório, em agosto de 2020, a taxa de mortalidade de LDCs COVID-19 correspondeu a 13% da taxa de outros países em desenvolvimento e 3% dos países desenvolvidos. No entanto, o fato de que os impactos diretos à saúde da pandemia nas LDCs foram menos graves do que o esperado inicialmente não significa que não tenha afetado seriamente e enfraquecido indiretamente os sistemas de saúde das LDCs. As interrupções nos serviços de saúde devido ao COVID-19 já foram observadas em várias LDCs, particularmente na prestação e utilização de serviços de saúde reprodutiva, materna e infantil. Consequentemente, espera-se que a pandemia reverta décadas de melhoria nos desfechos em saúde, faça progressos em alcançar o ODS3 e alcançar a realização progressiva do direito aos mais altos padrões de saúde em LDCs. Impactos econômicos. Por outro lado, as consequências econômicas pandêmicas têm sido muito mais devastadoras para as LDCs do que os impactos à saúde. Segundo a UNCTAD, "em 2020, a pandemia COVID-19 levou as LDCs a sofrerem seu choque econômico mais forte em várias décadas, resultando em uma forte crise econômica,

devido aos efeitos combinados de uma profunda recessão econômica mundial, e as consequências das medidas de contenção doméstica adotadas pelos governos das LDCs."

13. [G2115445.pdf \(un.org\)](#) *Declaração escrita\** enviada pela Commonwealth Human Rights Initiative, uma organização não-governamental em status consultivo especial. 31 May 2021 A/HRC/47/NGO/146.

Implementação do Princípio de Não Punição para Vítimas de Tráfico na Pandemia COVID-19. A Commonwealth Human Rights Initiative (CHRI) saúda o primeiro relatório da senhora deputada Siobhán Mullally, Relatora Especial sobre o tráfico de pessoas, especialmente mulheres e crianças, a ser apresentado durante a 47ª Sessão Ordinária do Conselho de Direitos Humanos da ONU (UNHRC), abordando a importância de implementar o princípio da não punição para proteger as vítimas do tráfico humano. O recente relatório do CHRI, *Eradicando a Escravidão Moderna: Uma avaliação do progresso dos governos da Comunidade em alcançar a Meta 8.71 do ODS* - descreve lacunas nas respostas do governo ao tráfico humano e à escravidão moderna. A pandemia COVID-19 e a crescente desigualdade econômica ameaçam minar ainda mais os esforços e desfazer os já lentos progressos feitos até agora. Os Estados-Membros devem tomar medidas proativas para proteger as vítimas do tráfico humano e as mais vulneráveis ao tráfico.

14. [G2114188.pdf \(un.org\)](#) *Declaração escrita\** enviada pela Global Welfare Association, uma organização não-governamental em estado consultivo especial. [30 May 2021] A/HRC/47/NGO/96. Hipocrisia do governo indiano e padrões duplos são muito evidentes durante a hipocrisia do governo indiano covid e padrões duplos são muito evidentes durante a pandemia. Igrejas, Mesquitas, Gurdwaras, Escolas, faculdades estão fechadas. O toque de recolher noturno está ligado. As lojas ficam abertas apenas por algumas horas. Há restrições ao casamento, serviços funerários. Nossa organização gostaria de compartilhar que o Kumbh Mela, ou festival de jarros, é uma das peregrinações mais sagradas do Hinduísmo. O primeiro-ministro Narendra Modi e seu Partido Hindunacionalista Bharatiya Janata permitiram o processo do festival em um momento em que as infecções estão aumentando porque o governo não está disposto a irritar os hindus, que são os maiores apoiadores do partido. Mais de nove milhões de peregrinos participaram do festival em Haridwar em abril de 2021. Devido a este festival, as pessoas que foram infectadas retomaram esse vírus com eles, não se limitando à própria Índia, mas a outros países também. Os grupos minoritários da Índia estão acusando o governo de um duplo padrão. Isso significa dar prioridade à vacinação aos hindus, e permitir que milhões de peregrinos hindus participem de grandes cerimônias como Khumbh Mela, enquanto impõem estritamente regras COVID-19 sobre a adoração de minorias religiosas. Na esteira deste festival, as novas infecções do COVID-19 da Índia quebraram o recorde global, com mais de 400.000 casos registrados por dia, além de quase 4.000 a 5.000 mil mortes por dia. Hospitais e necrotérios estão lotados, com pessoas morrendo nas calçadas por escassez de oxigênio, e crematórios e cemitérios transbordando de corpos. Devido à priorização aos hindus, muitos cristãos, sikhs e hindus de baixa casta, como Dalits, morrem em suas casas enquanto tentam fazer o teste. O governo e as autoridades locais são acusados de desenfrear o erro de contagem, encobrir e ofuscar o verdadeiro número de mortos em seus estados.

## **G77, MNA e cooperação Sul-Sul na Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

**Regina Ungerer**

### **Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)**

O UNOSSC oferece um fórum para os Diretores-Gerais das agências de cooperação técnica dos governos nacionais do Sul e do Norte, bem como para outros parceiros e facilita a troca de experiências na resposta aos desafios de políticas, estratégias e arranjos de financiamento para a cooperação Sul-Sul e triangular.

Existem algumas definições de Cooperação Sul-Sul, mas o UNOSSC, a define como uma troca de conhecimentos e recursos político, econômico, social, cultural, ambiental ou técnico entre países em desenvolvimento. Pode ocorrer em uma base bilateral, regional, sub-regional ou inter-regional e pode envolver dois ou mais países em desenvolvimento.

A cooperação triangular, por sua vez, envolve dois ou mais países em desenvolvimento em colaboração com um terceiro, normalmente um governo de país desenvolvido ou uma organização multilateral, contribuindo para os intercâmbios com seus próprios conhecimentos e recursos.

A cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular tornaram-se amplamente reconhecidas por seus benefícios estratégicos no compartilhamento de conhecimento.

### ***Destaque do UNOSSC neste informe***

#### ***South-South Galaxy<sup>11</sup>***

Já mencionado anteriormente no informe 7 de 2021, o South-South Galaxy é uma plataforma global de intercâmbio de conhecimento e de parcerias, apoiada pelo UNOSSC, agências da ONU e parceiros para o desenvolvimento. Atua como uma plataforma de soluções Sul-Sul consolidada para parceiros do Sul e o sistema da ONU, e opera como um balcão único para ser utilizado por todos os parceiros.

O South-South Galaxy conecta todas as plataformas existentes de compartilhamento de conhecimento Sul-Sul, tornando mais fácil para os parceiros do Sul acessar, navegar e encontrar soluções e experiências relevantes para serem utilizadas. Permite que os usuários acessem uma ampla gama de iniciativas, conhecimentos, soluções, pesquisa, parceiros e capacitação.

Com esta plataforma, os parceiros do sul são capazes de publicar suas soluções e necessidades de desenvolvimento, trocar conhecimento, promover parcerias, acessar pesquisas de ponta, apresentar e se envolver em iniciativas de capacitação e conectar o sistema das Nações Unidas com os parceiros Sul-Sul.

O South-South Galaxy também conecta os parceiros do sul com mecanismos de financiamento e, o mais importante, contribui com serviços de consultoria, conectando os parceiros do sul com especialistas temáticos de agências da ONU para fornecer apoio à implementação, quando solicitado.

---

<sup>11</sup> Brochura sobre o South-South Galaxy: <https://www.southsouth-galaxy.org/wp-content/uploads/2019/10/South-South-Galaxy-Brochure-1-6-Web-Version.pdf>

Atualmente, o South-South Galaxy apresenta centenas de soluções inovadoras de parceiros, incluindo agências da ONU, Estados Membros, organizações regionais e inter-regionais, ONGs, Organizações da Sociedade Civil entre outros parceiros de desenvolvimento. Este banco de dados de Soluções tem como objetivo servir como um repositório de conhecimento, facilitando a troca de experiências entre as partes interessadas do Sul e criando oportunidades de parcerias com o objetivo de enfrentar desafios comuns para o desenvolvimento no Sul Global.

Quanto à pesquisa, o UNOSSC e o PNUD vêm apoiando a formação dos Pensadores Globais Sul-Sul (*Think Tankers*), uma coalizão global de redes de grupos de reflexão para a cooperação Sul-Sul. Este é um esforço conjunto para aproveitar a experiência destas redes e grupos de reflexão e institutos de pesquisa e para desenvolver uma plataforma de pesquisa de cooperação Sul-Sul e intercâmbio de conhecimento. Até o momento, os Pensadores Globais Sul-Sul reúnem mais de 200 grupos de reflexão de todas as regiões do mundo permitindo o desenvolvimento de pesquisas conjuntas e a troca de conhecimentos que visam manter os diálogos políticos e o estabelecimento de agendas sobre a cooperação Sul-Sul.

Cinco exemplos de Organizações do Brasil que contribuem para a plataforma South-South Galaxy.

**Articulação SUL:** A missão do Articulação SUL é promover e apoiar iniciativas de cooperação Sul-Sul que visem a construção de sociedades mais justas, igualitárias e sustentáveis e contribuir para um sistema internacional comprometido com a diversidade dos povos que permita a emergência de paradigmas alternativos de desenvolvimento. O Articulação SUL se estrutura a partir de três áreas de atuação que buscam aprimorar o diálogo entre prática, pesquisa e políticas públicas

**Instituto Brasil África (IBRAF)** é uma organização sem fins lucrativos que visa promover a cooperação e o engajamento internacional entre o Brasil e o continente africano, defendendo o desenvolvimento social e econômico dos países, potencializando a convergência das agendas dos governos com os interesses do setor privado, e o fortalecimento das relações multilaterais. O IBRAF é um facilitador de boas práticas.

**Agencia Brasileira de Cooperação (ABC)**

**Centro de Estudos e Pesquisas BRICS:** vinculado ao [Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio](#) é um centro de reflexão independente, não partidário e sem fins lucrativos. Sua missão é contribuir para o avanço de uma agenda de desenvolvimento, ampliação de direitos e promoção da igualdade nos países do sul global, por meio da produção de conhecimento crítico e relevante para o debate público acerca das transformações em curso no sistema internacional e seus desdobramentos nos planos local, nacional e regional.

**Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)**

**Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA):** fundação pública federal vinculada ao Ministério da Economia do Brasil. Suas atividades de pesquisa fornecem suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros. Os trabalhos do IPEA são disponibilizados para a sociedade por meio de inúmeras e regulares publicações eletrônicas, impressas e eventos.

Existem inúmeras outras instituições brasileiras que disponibilizam soluções e contribuem para o desenvolvimento do Sul Global. Para explorar mais, basta clicar em: <https://my.southsouth-galaxy.org/en/data>

### **Evento paralelo ao Fórum Político de Alto Nível para o Desenvolvimento Sustentável (*High Level Political Forum on Sustainable Development – HLPF*)**

Entre 6 e 15 de julho de 2021 ocorre o HLPF na sede das Nações Unidas em Nova York.

Durante o evento, o UNOSSC em colaboração com o Escritório do Alto Representante para os Países Menos Desenvolvidos, Países em Desenvolvimento Sem Litoral e Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (UN-OHRLS) promoveram o lançamento da publicação temática “Boas Práticas em Cooperação Sul-Sul e Triangular para o Desenvolvimento Sustentável em pequenos estados insulares: avançando o caminho de SAMOA e alcançando a recuperação sustentável”, em evento paralelo à 07 de julho de 2021.

O relatório ilustra os princípios centrais da cooperação Sul-Sul e triangular eficaz; para enfrentar os desafios do desenvolvimento transnacional; destacam as soluções que foram testadas e ampliadas demonstrando resultados tangíveis. O relatório contribui para os ODS, bem como para as áreas prioritárias do Caminho para SAMOA (Modalidades de Ação Aceleradas de Pequenos Estados insulares em desenvolvimento), incluindo esforços relevantes e escaláveis no contexto da recuperação da pandemia do COVID-19, destacando o papel da cooperação Sul-Sul no apoio ao desenvolvimento sustentável.

Após o lançamento formal da publicação, representantes de governos de Países Menos Desenvolvidos, Países em Desenvolvimento Sem Litoral e Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) apresentaram suas “boas práticas” e compartilharam suas histórias e experiências de sucesso. O objetivo do evento foi facilitar e promover a aprendizagem entre pares e destacar os esforços coletivos entre os SIDS e seus parceiros de desenvolvimento para enfrentar seus desafios e construir resiliência.

### **UNOSSC em parceria com a União Internacional de Telecomunicações (ITU) promovem um desafio para expandir a inovação digital em resposta ao COVID-19 no Sul Global**

Considerando que a crise do COVID-19 teve um impacto sem precedentes em nossa sociedade e apesar das especulações sobre o que será o “novo normal”, ninguém tem certeza sobre o que o futuro nos reserva. A crise expôs a fragilidade do funcionamento do sistema atual em todo o mundo e abriu o caminho para examinar as condições paralelas que levaram a essa fragilidade. Ressaltou ainda as lacunas nas questões econômicas e sociais atuais, proporcionando uma oportunidade de melhorar a resiliência econômica e as questões relacionadas.

A Cooperação Sul-Sul, com novas e inovadoras abordagens, apresenta uma oportunidade para responder à atual emergência sanitária e os efeitos socioeconômicos adversos de longo prazo. A inovação digital contribui fortemente para a redução dos custos de informação, melhora a prestação de serviços, cria novos empregos, gera novos fluxos de receita e ajuda a conservar recursos.

O Desafio de Inovação Digital em resposta ao COVID-19 é coorganizado pela União Internacional de Telecomunicações (UIT) e o Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC). Espera-se identificar soluções digitais inovadoras e replicáveis que permitirão que os países, sociedades, comunidades, instituições e indivíduos do Sul Global lidem com os

efeitos “em cascata” da pandemia em tópicos como governança, economia, e questões sociais e do bem-estar contribuindo para que o foco seja na cooperação Sul-Sul e nas tecnologias digitais.

O objetivo do Desafio é promover a cooperação Sul-Sul replicando ou ampliando as inovações existentes com um potencial parceiro ou país no sul. Pretende orientar e ampliar o potencial e as capacidades propostas pelas equipes selecionadas para expandir as inovações nos países em desenvolvimento.

O desafio será apoiado pelo Centro de Desenvolvimento Sul-Sul Global (GSSDC) em conjunto pelo UNOSSC e o Centro Internacional para Intercâmbios Econômicos e Técnicos da China (CICETE), com financiamento do Governo da China para o Fundo das Nações Unidas para o Sul Cooperação Sul.

Prazo para inscrição para o desafio até o dia 15 de julho de 2021 no site: <https://cocreate.itu.int/hubhub/communitypage/120093>

### **Grupo do G-77**

O Grupo dos 77 (G-77) foi criado em 15 de junho de 1964 por setenta e sete países em desenvolvimento. Atualmente o G-77 é composto de 134 países, mas manteve o nome original devido ao seu significado histórico. O Grupo dos 77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas.

Sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e assim aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

O G-77 se tornou o interlocutor do Sul em todos os fóruns relevantes da ONU e seus associados. É importante ressaltar que a China normalmente endossa as posições do grupo, de modo que as decisões geralmente são emitidas em nome do G-77 + China.

A República da Guiné assumiu a presidência do G-77 em janeiro de 2021, por um período de um ano.

Entre 25 e 30 de junho de 2021, o G-77 e a China tiveram cinco participações em Assembleias da ONU.

### ***Declaração do G-77 e China no dia 25 de junho de 2021***

Declaração feita por Sua Excelência o Embaixador Boubacar Diallo, coordenador da missão permanente da República da Guiné junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre a adoção das resoluções sobre “Processo de Revisão da Implementação da resolução da AGNU 67/290 e 70/299 sobre o seguimento e análise da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável em nível global e resolução 72/305 sobre o fortalecimento do Conselho Econômico e Social (ECOSOC)”

Considerando as dificuldades em unir diferentes pontos de vista e posições dos países, em particular à luz das implicações relevantes da revisão sobre o seguimento e análise da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável em nível global, para moldar o trabalho do G-77 e da China nos próximos anos, inclusive na última parte do documento que trata das discussões sobre a resolução sobre o *High Level Political Forum* (HLPF) embora ainda houvesse

várias propostas naquele projeto de resolução com as quais o Grupo não se sentia confortável, o Grupo aderiu ao consenso.

No entanto, o G-77 e a China não foram capazes de mostrar o mesmo grau de flexibilidade em três parágrafos da resolução sobre a Revisão do ECOSOC e seu anexo. Desde o início do processo declaramos ser importante não reescrever a Agenda 2030 nem discutir os mandatos, atribuições e escopo do HLPF e do ECOSOC de outra forma que não fosse holística, equilibrada e abrangente.

Acreditamos que em futuras revisões do ECOSOC e do HLPF, deve-se ampliar o diálogo sobre o que não está funcionando, por que não está funcionando e como podemos ajustar ou consertar o que não está funcionando antes de tomar a decisão de realizar mudanças drásticas. Concordamos que muitos dos segmentos do ECOSOC necessitam de ajustes para que possam produzir um tipo de contribuição que resultará em um ECOSOC de sucesso que atenda às expectativas da agenda de desenvolvimento. Por isso lamentamos o fato de não termos conseguido encontrar um consenso.

Continuamos a insistir que as Revisões Nacionais Voluntárias devam ser conduzidas pelo país e que não devam ser estruturadas de uma forma que constitua um impedimento para que os países possam trabalhar livremente em suas Agendas 2030, levando em consideração as diferentes realidades, capacidades e níveis de desenvolvimento nacionais e respeitando o espaço e as prioridades políticas, dando a outros a chance de ganhar ou compartilhar suas experiências, desafios, lacunas e conquistas.

Acreditamos que a participação de grandes grupos, universidades, setor privado e outras partes interessadas relevantes agregam valores e suas participações devam ser pautadas pelas disposições do ECOSOC.

#### ***Declaração do G-77 e China no dia 25 de junho de 2021***

Explicação feita pela República da Guiné em nome do G-77 e da China sobre adoção da resolução “Fortalecimento da Coordenação da Assistência Humanitária de Emergência das Nações Unidas” durante o Segmento de Assuntos Humanitários do ECOSOC de 2021

Apesar das circunstâncias extremamente desafiadoras, conseguiu-se chegar a um consenso sobre todos, exceto um parágrafo - parágrafo preambular seis durante o ECOSOC-HAS (*Humanitarian Affairs Segment*<sup>12</sup> - Segmento de Assuntos Humanitários) deste ano.

Embora o texto final reflita uma abordagem equilibrada e adequada do impacto do COVID-19 no campo humanitário, as linhas finais do referido parágrafo levantam preocupações significativas para o Grupo.

Durante as negociações, o G-77 e a China destacaram a natureza essencial dessas disposições, que, entre outras, constituem uma estrutura básica para a cooperação entre atores humanitários e de desenvolvimento. Infelizmente, esses elementos foram omitidos na proposta dos co-facilitadores, desviando-se da linguagem previamente acordada e do paradigma estabelecido nas citadas resoluções.

---

<sup>12</sup> Desde 1998, o Segmento de Assuntos Humanitários do ECOSOC (HAS) tem sido uma plataforma essencial para a discussão das atividades e questões relacionadas ao fortalecimento da coordenação e eficácia da assistência humanitária das Nações Unidas.

Ressalta-se que a resolução adotada durante o ECOSOC-HAS (*Humanitarian Affairs Segment* - Segmento de Assuntos Humanitários) e a resolução da AGNU sobre assuntos humanitários se complementam e constituem os dois textos mais importantes adotados na esfera humanitária.

Essas preocupações foram documentadas em uma carta para o Presidente do ECOSOC, que foi incluída na documentação oficial do segmento deste ano. Ao aderir ao consenso, o Grupo deseja reafirmar que não considera a última parte deste parágrafo, pois não inclui a linguagem acordada previamente.

#### ***Declaração do G-77 e China no dia 29 de junho de 2021***

Declaração feita pela segunda secretária da missão permanente da República da Guiné junto às Nações Unidas, Sra Masseni Kana Saleh em nome do G-77 e da China durante o encerramento da segunda parte da retomada da 75ª sessão do 5º Comitê<sup>13</sup> da Assembleia Geral das Nações Unidas

O G-77 e a China ficaram satisfeitos com a conclusão da sessão evitando com sucesso o encerramento das missões de paz. No entanto, o Comitê foi novamente incapaz de adotar uma resolução transversal.

Missões de paz são a maior e mais visível representação do trabalho das Nações Unidas. O G-77 e a China reafirmam que as missões de manutenção da paz devem ter recursos adequados para o cumprimento eficaz de seu mandato. Não compactuamos com o corte de custos generalizados e arbitrários que não levem em consideração a situação real no terreno.

Reconhece-se também a ajuda inestimável dos países que contribuem com tropas e policiais para a manutenção da paz e da segurança internacionais. Enfatizamos a importância de consultas contínuas e estreitas entre o Secretário-Geral e os países contribuintes de tropas e policiais em todos os assuntos relacionados com as operações de manutenção da paz.

Embora tenha-se alcançado um consenso em todos os itens, este resultado só foi possível com um compromisso extremo. Acredita-se que se poderia ter obtido resultados mais satisfatórios nas missões de paz já encerradas e lamenta-se que ainda existam compromissos financeiros a pagar aos países contribuintes com tropas e policiais, mesmo após mais de uma década. Não se pode esperar que os países contribuintes com tropas e policiais suportem encargos financeiros adicionais, enquanto colocam em risco a vida e o sustento de seu pessoal. Este Comitê deve fazer mais do que simplesmente declarar seu compromisso de resolver a questão. Esperamos discussões mais substantivas e produtivas sobre essa questão no próximo ano.

#### ***Declaração do G-77 e China no dia 29 de junho de 2021***

Declaração feita por Sua Excelência o Embaixador Boubacar Diallo, coordenador da missão permanente da República da Guiné junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China durante o segundo diálogo virtual informal para explorar possíveis alternativas para a Conferência de doadores (*pledging conference* – empenho financeiro) das Nações Unidas para atividades de desenvolvimento.

---

<sup>13</sup> Este Comitê é também conhecido como Comitê Administrativo e Orçamentário ou C5. É um dos seis principais comitês da Assembleia Geral das Nações Unidas. Trata de assuntos administrativos e orçamentários internos da ONU.

Declaramos que esses diálogos informais são bastante oportunos, pois há uma necessidade de planejamento estratégico de longo prazo para gerar recursos estáveis, adequados e previsíveis para atividades de desenvolvimento, a fim de cumprir com as aspirações da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e apoiar os esforços dos países para sua reconstrução depois da pandemia do COVID-19 durante esta década de ação.

Gostaríamos de reafirmar que todo o processo de captação de recursos deve ser aberto, transparente, inclusivo e orientado por um Estado Membro, à luz da importância primordial dos assuntos em discussão.

Notamos também que dentro do processo paralelo no sistema de revisão dos Coordenadores Residentes, existem algumas propostas relativas ao financiamento do Sistema de Coordenadores Residentes que estão pendentes em nossas decisões relacionadas à conferência de doadores para atividades de desenvolvimento. A este respeito, ponderamos e destacamos a necessidade de manter a necessária independência e respectivos mandatos de cada processo, evitando antecipar os respectivos resultados e não precipitando as nossas deliberações relacionadas com a Conferência de doadores, de forma para concluir qualquer outro processo.

O Grupo ainda considera qual deveria ser o melhor momento para convocar, no futuro, a Conferência de Doadores. Uma mudança de data pode contribuir para aumentar seu impacto, contribuição e visibilidade e, portanto, estamos abertos para explorar diferentes alternativas, que disponibilizaremos em tempo hábil.

Acreditamos que se poderia explorar uma abordagem abrangente para aumentar a visibilidade das contribuições, que pode ser importante para garantir que todos os parceiros envolvidos sejam devidamente reconhecidos e desta forma, estimule contribuições adicionais.

Considera-se relevante a opção de estimular possíveis contribuições voltadas para financiamento de atividades de todo o sistema em torno de resultados coletivos, seja em nível global, regional ou nacional. Isso poderia complementar e ampliar as áreas de financiamento já existentes.

Para que a Conferência forneça uma plataforma robusta para estimular um diálogo estruturado baseado em um ou mais desafios comuns, oportunidades ou questões emergentes relacionadas ao financiamento do sistema de desenvolvimento das Nações Unidas; o Grupo, apesar de ainda estar considerando esta proposta, reitera seu possível potencial e impacto direcionado para a obtenção de financiamento adicional. No entanto, também se considera que em qualquer deliberação futura sobre o assunto, deve haver clareza de que a decisão deva ser orientada pelos Estados Membros de forma aberta, transparente e inclusiva.

O G-77 e a China reiteram as preocupações levantadas em torno do desequilíbrio dos recursos obrigatórios e não obrigatórios, particularmente no contexto da resposta à pandemia COVID-19, onde foi sublinhada a necessidade de maior flexibilidade na utilização do financiamento.

#### ***Declaração do G-77 e China no dia 30 de junho de 2021***

Declaração feita por Sua Excelência o Embaixador Aly Diane, representante permanente da República da Guiné junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China durante a reunião plenária do segundo comitê da Assembleia Geral da ONU sobre a revitalização de seu trabalho.

O G-77 e a China consideram de vital importância à revitalização dos trabalhos do Segundo Comitê<sup>14</sup>. Continuaremos a nos engajar de forma construtiva neste item, para assegurar que os trabalhos do Segundo Comitê sejam conduzidos de forma a dar maior impacto e relevância ao objetivo pretendido.

Temos a firme convicção de que a revitalização do trabalho do Segundo Comitê visa fortalecer seu trabalho, melhorar o desenvolvimento internacional e acelerar a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. A implementação plena e efetiva da Agenda 2030 em sua totalidade é de extrema importância para o nosso trabalho no Comitê, com foco principal na erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões.

Além disso, o Grupo acredita que a solidariedade e uma abordagem multilateral centrada nas Nações Unidas são essenciais para nossos esforços coletivos.

Nesse sentido, observamos com grande preocupação que a pandemia do COVID-19 trouxe graves perturbações às sociedades e economias, com impactos devastadores em vidas e meios de subsistência. Já reverteu os ganhos de desenvolvimento alcançados ao longo de décadas, enfrentando desafios crescentes e imprevistos em todos os países em desenvolvimento, incluindo os países mais vulneráveis e aqueles que enfrentam desafios específicos. O impacto total da pandemia ainda não está claro, mas suas consequências socioeconômicas influenciarão diretamente o trabalho do Comitê, no contexto dos próximos anos da Década de Ação e na prestação de serviços.

O G-77 e a China reiteram, que assim que o protocolo médico permita, deve-se dar continuidade aos trabalhos deste Comitê, nos moldes existentes antes da pandemia.

É importante que as delegações possam se pronunciar no debate geral e nas discussões dos temas individuais da agenda, já que o enfoque dessas intervenções é diferente e complementar e de grande importância para os países em desenvolvimento. É direito inalienável de todas as delegações de introduzir novas propostas e itens adicionais na agenda, ou novos projetos de resolução em itens já existentes, sendo estes, elementos fundamentais na discussão da revitalização dos trabalhos do Segundo Comitê.

Da mesma forma, é relevante que o trabalho do C2 e da ONU se estenda para além da Agenda 2030. Qualquer tentativa de concentrar o trabalho do Segundo Comitê apenas em torno da Agenda 2030 representa uma perspectiva estreita e uma grave interpretação errônea dos objetivos pretendidos do Segundo Comitê.

### **Movimento dos Não Alinhados**

O MNA é um fórum político formado por um grupo de países que não se alinham oficialmente com qualquer bloco de poder ou grupo de países. É a maior coligação de países depois das Nações Unidas, composta por 120 Estados Membros de todas as partes do mundo. Dezessete Estados e 10 organizações internacionais tem status de observador. De 2019 a 2022, a presidência do MNA está a cargo do Azerbaijão, por meio de seu presidente. A Delegação do Azerbaijão representa o Presidente na ONU.

### **Não houve eventos ou participações do MNA no período.**

---

<sup>14</sup> O Segundo Comitê da Assembleia Geral das Nações Unidas, também conhecido como Comitê Econômico e Financeiro ou ECOFIN ou C2, é um dos seis principais comitês da AGNU. Lida com finanças globais e questões econômicas.

## Entre Matera e Veneza - Segurança Alimentar e Sanitária: O G-20 na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Paulo Esteves, Pedro Burger e Thaiany Medeiros Cury

### 29/7 - Reunião Ministerial Conjunta de Relações Exteriores e Desenvolvimento



#### [Foreign Ministerial Meeting and Joint Foreign and Development Ministerial Meeting | G20](#)

A Reunião dos Ministros das Relações Exteriores do G20 foi realizada esta manhã em Matera, Itália, seguida de uma reunião conjunta dos Ministros das Relações Exteriores e do Desenvolvimento. A governança global e o desenvolvimento sustentável do continente africano estiveram no centro da Reunião Ministerial de Relações Exteriores.

Os ministros destacaram a necessidade de evitar a "nacionalização" das intervenções e desenvolver respostas coordenadas a grandes desafios globais, como a recuperação pós-pandemia, o comércio internacional, a ação climática, bem como as transições ecológicas e digitais. Em consonância com a atenção da Itália ao continente africano, os ministros reiteraram a importância de apoiar a África no combate à desigualdade, no aprimoramento do empreendedorismo das mulheres e na juventude e no fomento das transições verde e digital.

A primeira reunião conjunta dos Ministros das Relações Exteriores e do Desenvolvimento terminou com a adoção da "[Declaração de Matera](#)", que convoca a comunidade internacional a construir cadeias alimentares inclusivas e resilientes e garantir uma nutrição adequada para todos, em consonância com a meta de "Fome Zero" estabelecida para 2030. Isso inclui um apelo para que todas as partes interessadas se juntem à Coalizão Alimentar como forma de implementar as prioridades da Declaração de Matera. Nesse contexto, a FAO lançou uma "[Coalizão Alimentar – Chamada para Propostas](#)".

### 01/07 – Grupo do G20 busca recolocar o gênero no centro das Políticas Globais de Saúde e Desenvolvimento

Fonte: <https://www.g20.org/placing-gender-back-at-the-centre-of-global-health-and-development-policies-high-level-parliamentary-consultation.html>

O Grupo Informal de Parlamentares "Global Health Women's Rights", junto a colaboradores, organizou a Consulta Parlamentar de Alto Nível (HLPC) para desenvolver em conjunto recomendações sobre como meninas e mulheres podem estar no centro dos futuros planos de recuperação da Covid-19. O evento aconteceu em dois webinars, nos dias 22 e 25 de Junho.

As conclusões e resultados do HLPC convergirão documento final focado em 3 temas: Direitos das mulheres, uma vez que a pandemia corre o risco de fazer recuar décadas de progresso em matéria de igualdade de gênero; Saúde global, que a pandemia trouxe como um bem comum e não pode deixar de incluir a promoção da saúde sexual e reprodutiva de meninas e mulheres e definir um compromisso para combater todas as formas de violência de gênero; e Desenvolvimento sustentável, que a emergência do Covid-19 minou e que necessita de financiamento seguro e sustentável, pensando em políticas urbanas que considerem as demandas de mulheres.

Foi também ressaltada a importância em combater os estereótipos de gênero, lançar programas para a educação desde a escola primária até à universidade, bem como pensar o papel das mulheres no processo de digitalização. Além de garantir recursos financeiros para promover a igualdade de gênero como objetivo principal dos programas e projetos em todos os países e através de fundos públicos de ajuda ao desenvolvimento. Por fim, os governos devem adotar políticas públicas que aliviem as mulheres da distribuição desigual e injusta do trabalho de prestação de cuidados e promovam seu empoderamento econômico, uma vez que estas se encontram entre as mais afetadas pela pandemia. A importância da participação das mulheres nos processos de tomada de decisão foi também um tema-chave.

#### **01/07 - Reunião dos Ministros das Finanças e Governadores dos Bancos Centrais em Veneza e eventos paralelos no âmbito do G-20**

**Fonte:** <https://www.g20.org/g20-finance-ministers-and-central-bank-governors-venice-meeting-and-side-events.html>



A 9 e 10 de Julho de 2021, os Ministros das Finanças do G20 e os Governadores dos Bancos Centrais (FMCBG) se reuniram pela terceira vez sob a Presidência italiana do G-20, desta vez presencialmente. No mesmo período eventos paralelos tiveram espaço por ocasião da reunião, como a Conferência Anual do Fórum Global sobre Produtividade, o Simpósio de Alto Nível Fiscal do G-20 e a Conferência Internacional de Veneza sobre o Clima. A agenda pode ser vista no link fonte deste informe.

Os membros do G20 trataram de avançar as suas discussões relacionadas com a economia internacional e a saúde global, e sobre os esforços orientados para a recuperação econômica e a promoção de um crescimento mais sustentável. Ministros e Governadores abordaram também a ligação entre a revolução digital e a produtividade, o apoio aos países

mais vulneráveis, as questões fiscais internacionais, as questões do setor financeiro, e o financiamento da transição verde.

As duas reuniões anteriores aconteceram nos dias 26 de fevereiro e 07 de abril de 2021 quando, nesse segundo encontro, emitiram um comunicado oficial detalhado em que acordam uma série de compromissos<sup>15</sup>.

### **09/07 - Painel Independente de Alto Nível insiste que o G-20 lance um "acordo global" para evitar custos catastróficos de futuras pandemias**

**Fonte:** <https://www.g20.org/high-level-independent-panel-urges-the-g20-to-launch-a-global-deal-to-prevent-catastrophic-costs-of-future-pandemics.html>



Nesta sexta, o Painel Independente de Alto Nível do G-20 apresenta seu relatório oficial, “*A Global Deal for Our Pandemic Age*”<sup>16</sup>, aos Ministros das Finanças e Governadores dos Bancos Centrais do G-20 no âmbito da FMCBG Veneza, objetivando alertar a urgência de investimentos e reformas para reforçar a capacidade global e nacional de preparação e resposta rápida a pandemias. O G-20 irá analisá-lo, pensando na próxima reunião do FMCBG, em outubro.

O Painel apela a um aumento do financiamento público internacional de pelo menos US\$ 75 bilhões nos próximos cinco anos, ou US\$ 15 bilhões por ano, para resolver as lacunas na prevenção e preparação para pandemias — duplicando os atuais níveis de despesa. As quatro lacunas urgentes identificadas são: vigilância das doenças infecciosas, resiliência dos sistemas nacionais de saúde, capacidade global de fornecimento e entrega de vacinas e outras medidas preventivas, e governança global.

Está incluída a proposta de um novo Fundo de Ameaças Globais à Saúde e o aumento do financiamento das instituições internacionais, como a Organização Mundial de Saúde (OMS), e criar oportunidades de financiamento dedicadas ao tema na Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA) do Banco Mundial e nos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (MDBs). O Painel apela também à criação de um novo Conselho de Ameaças Globais à Saúde para fornecer supervisão financeira sistêmica e assegurar recursos e coordenação antecipados e eficazes para mitigar as ameaças pandêmicas.

<sup>15</sup> Disponível na íntegra em: <https://www.g20.org/wp-content/uploads/2021/04/Communique-Second-G20-Finance-Ministers-and-Central-Bank-Governors-Meeting-7-April-2021.pdf>

<sup>16</sup> Disponível na íntegra em: <https://www.g20.org/wp-content/uploads/2021/07/G20-HLIP-Report.pdf>

O Painel pontuou, por fim, a necessidade das nações de darem prioridade aos investimentos domésticos na preparação para pandemias a longo prazo. Os países de rendimento baixo e médio teriam que acrescentar cerca de 1% do Produto Interno Bruto à despesa pública com a saúde nos próximos cinco anos, complementado por um maior apoio de parceiros de financiamento multilaterais e bilaterais.

## Segurança Alimentar e Tributação na recuperação pós-Covid19: OCDE na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Pedro Burger, Júlia Abbud e Lucca Rizzo

**09 de julho de 2021** – A OCDE dá destaque à resiliência das economias pós- COVID, para aumentar a confiança da população, através de transparência e ataque à desinformação.

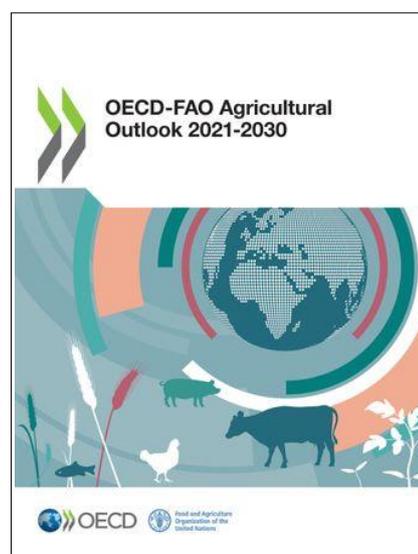
<https://www.oecd.org/newsroom/post-covid-19-building-resilience-to-crises-and-regaining-citizens-trust-should-be-a-priority-for-governments-says-oecd.htm>

**07 de julho de 2021** - Foi ressaltado pela organização que a manutenção de empregos deve ser priorizada na recuperação pós- Covid. Tendo em vista as constatações anteriores da OCDE sobre manutenção de renda mínima para manutenção de padrão de vida em famílias e a perda de empregos maciça (22 milhões de empregos perdidos apenas em países que integram a OCDE e 114 milhões nos demais países) que houve durante o auge da pandemia, segue o entendimento da organização sobre a manutenção de desenvolvimento através de aumento de prosperidade.

Entre as soluções propostas estão as políticas de fomento ao empreendedorismo, aumento de capacitação da força de trabalho, criação de empregos e investimentos de negócios. Houve também a ressalva para que governos continuem a prover suporte para as famílias afetadas pelas perdas de empregos e renda.

<https://www.oecd.org/newsroom/jobs-must-be-at-heart-of-recovery-to-avoid-deep-scars-in-economy-and-society-says-oecd.htm>

**05 de julho de 2021** – A OCDE apresentou em conjunto com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) um panorama e sugestões de implementação de políticas sobre desdobramentos envolvendo agricultura, sistemas agrícolas e como atingir as metas estabelecidas nos ODS 2030, que envolvem a erradicação da fome, segurança alimentar e sustentabilidade agrícola. É de especial interesse a perspectiva de uma possibilidade de utilizar a pandemia de COVID-19 como um “reinício” para estabelecer novas práticas sustentáveis como paradigma na agricultura e pecuária. Também foi destacada a importância das relações comerciais para sustentar o caminho até as metas de 2030.



<https://www.oecd.org/newsroom/oecd-fao-agricultural-outlook-presents-production-consumption-trade-and-price-trends-for-the-coming-decade.htm>

Relatório: [https://www.oecd-ilibrary.org/agriculture-and-food/oecd-fao-agricultural-outlook\\_19991142?\\_ga=2.207457427.148075616.1625852742-1301343045.1622226136](https://www.oecd-ilibrary.org/agriculture-and-food/oecd-fao-agricultural-outlook_19991142?_ga=2.207457427.148075616.1625852742-1301343045.1622226136)

**01 de julho de 2021** – Ressalva para a reforma tributária coletiva negociada por 130 países, tendo em vista mudanças no mundo globalizado e digitalizado. Houve uma declaração conjunta onde foram esclarecidos os pilares que motivaram as reformas, sendo os principais pontos: a tentativa de eliminar a taxa dupla de multinacionais, previsibilidade na cobrança de tributos e implementação através de instrumentos multilaterais. O primeiro pilar tem como objetivo a

taxação das multinacionais, principalmente onde elas operam e auferem seus lucros. Já o segundo pilar tem como objetivo diminuir a competição sobre impostos que recaem sobre lucros das empresas, com a introdução de um patamar mínimo de taxas.

<https://www.oecd.org/newsroom/130-countries-and-jurisdictions-join-bold-new-framework-for-international-tax-reform.htm>

Declaração sobre uma solução de dois pilares para enfrentar os desafios fiscais decorrentes da digitalização da economia: <https://www.oecd.org/tax/beps/statement-on-a-two-pillar-solution-to-address-the-tax-challenges-arising-from-the-digitalisation-of-the-economy-july-2021.pdf>

**01 de julho de 2021** – Preocupação da OCDE com o bem-estar de crianças, tendo em vista os benefícios sociais como um todo provenientes desse bem-estar infantil, assim como aumento de prosperidade em países. Há uma série de sugestões de políticas públicas atacando as principais dificuldades encontradas frente a disparidades encontradas em crianças migrantes, entre sexo e nível de vida.

<https://www.oecd.org/newsroom/better-measures-of-well-being-needed-for-effective-child-policies.htm>

**30 de junho de 2021** – Destaque para o fortalecimento de políticas de combate à corrupção e de governança como pilar para recuperação econômica pós-Covid-19. Esta constatação se deu após a publicação de um relatório sobre recuperação econômica e mercado de capitais, dado que recursos financeiros expressivos serão necessários para a recuperação econômica global, e boa parte desse capital é proveniente de empresas de alcance global e mercado de capitais.

<https://www.oecd.org/newsroom/strengthening-corporate-governance-should-be-a-priority-to-boost-economic-recovery-says-oecd.htm>

Report: <https://www.oecd-ilibrary.org/sites/efb2013c-en/index.html?itemId=/content/publication/efb2013c-em>

## **Instituições Financeiras Multilaterais, Saúde Global e a Diplomacia da Saúde**

**Isis Pillar Cazumbá**

### **Declaração Conjunta sobre vacinas, terapêuticas e diagnósticos para países em desenvolvimento**

Os chefes do BM, FMI, OMS e OMC convocaram no dia 30 de junho de 2021 a primeira reunião da Força-Tarefa sobre Vacinas, Terapêuticas e Diagnósticos COVID-19 para países em desenvolvimento. Nesta reunião, compreendeu-se que, como muitos países estão lutando com novas variantes e uma terceira onda de infecções por COVID-19, acelerar o acesso às vacinas torna-se ainda mais crítico para acabar com a pandemia em todos os lugares.

David Malpass, do BM, Kristalina Georgieva do FMI, Tedros Adhanom Ghebreyesus da OMS e Ngozi Okonjo-Iweala da OMC, juntos emitiram uma Declaração conjunta sobre a reunião:

Como muitos países estão lutando com novas variantes e uma terceira onda de infecções pela COVID-19, acelerar o acesso às vacinas torna-se ainda mais crítico para acabar com a pandemia em todos os lugares e alcançar um crescimento amplo. Estamos profundamente preocupados com as vacinas limitadas, terapêuticas, diagnósticos e suporte para entregas disponíveis para os países em desenvolvimento. Ações urgentes são necessárias agora para prender o aumento do pedágio humano devido à pandemia, e para deter novas divergências na recuperação econômica entre as economias avançadas e o resto.

Formamos uma Força Tarefa, como uma "sala de guerra" para ajudar a rastrear, coordenar e avançar a entrega de ferramentas de saúde COVID-19 aos países em desenvolvimento e mobilizar partes interessadas e líderes nacionais relevantes para remover bloqueios críticos — em apoio às prioridades estabelecidas pelo Grupo Banco Mundial, FMI, OMS e OMC, incluindo nas declarações conjuntas de 1º de junho e 3 de junho, e na proposta de US\$ 50 bilhões do pessoal do FMI.

Na primeira reunião de hoje, discutimos a urgência de aumentar o fornecimento de vacinas, terapêuticas e diagnósticos para os países em desenvolvimento. Também analisamos formas práticas e eficazes de rastrear, coordenar e avançar a entrega de vacinas COVID-19 aos países em desenvolvimento.

Como primeiro passo urgente, estamos convocando os países do G20 a (1) adotar a meta de pelo menos 40% em todos os países até o final de 2021, e pelo menos 60% até o primeiro semestre de 2022, (2) compartilhar mais doses de vacina agora, incluindo garantir que pelo menos 1 bilhão de doses sejam compartilhadas com países em desenvolvimento em 2021 a partir de 2021, começando imediatamente, (3) fornecer financiamento, incluindo subvenções e financiamento suplementar, para fechar as lacunas residuais, inclusive para o ACT-Accelerator, e (4) remover todas as barreiras à exportação de insumos e vacinas acabadas, e outras barreiras às operações da cadeia de suprimentos.

Além disso, para aumentar a transparência, concordamos em compilar dados sobre solicitações de doses (por tipo e quantidade), contratos, entregas (inclusive por meio de doações) e implantações de vacinas COVID-19 para países de baixa e média renda — e disponibilizá-los como parte de um painel

compartilhado de nível nacional. Também concordamos em tomar medidas para lidar com a hesitação e coordenar esforços para resolver lacunas de prontidão, para que os países estejam posicionados para receber, implantar e administrar vacinas.

Disponível em: [Joint Statement by the Heads of the World Bank Group, International Monetary Fund, World Health Organization, and World Trade Organization on the First Meeting of the Task Force on COVID-19 Vaccines, Therapeutics and Diagnostics for Developing Countries](#)

[Um novo compromisso para a equidade de vacinas e derrotando a pandemia \(imf.org\)](#)

### **Iniciativas**

O BM aprovou US\$ 6 milhões em financiamento adicional para o Projeto de Resposta a Emergências da **Guiana** COVID-19 para apoiar o acesso acessível e equitativo às vacinas COVID-19 e garantir a implantação eficaz de vacinas na Guiana. O projeto também apoiará o fortalecimento geral da preparação, da resiliência e do fortalecimento geral do sistema de saúde.

Disponível em: [World Bank Approves US\\$6 Million in Additional Financing for COVID-19 Response and Vaccines in Guyana](#)

BM aprovou dois financiamentos adicionais separados de US\$ 50 milhões cada para apoiar a implementação do principal Programa de Desenvolvimento do Setor Escolar do governo e melhorar a eficiência nos sistemas de gestão de recursos públicos do setor de saúde do **Nepal**.

Disponível em: [World Bank Approves \\$100 Million Additional Financing to Strengthen Nepal's School and Health Sectors](#)

Uma remessa de vacinas da Pfizer chegou a Colombo, no **Sri Lanka**. Um total de cinco milhões de vacinas financiadas por meio do Projeto de Resposta de Emergência e Preparação do Sistema de Saúde do Sri Lanka COVID-19 do BM serão fornecidas até dezembro de 2021.

Disponível em: [Sri Lanka Gets First Batch of World Bank-financed COVID-19 Vaccines](#)

### **Fundo Monetário Internacional – FMI**

#### **Plano de Acesso a vacinas unem FMI, OMC e OMS**

Em uma conferência realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) no dia 10 de julho de 2021, Kristalina Georgieva do FMI, Tedros Adhanom Ghebreyesus da OMS e Ngozi Okonjo-Iweala da OMC reforçaram a defesa por um plano para ampliar aos países considerados mais pobres o acesso as vacinas.

Durante a reunião, Georgieva, alertou para uma perda na luta contra a pobreza e completou que os países com vacinação mais lenta e espaço fiscal limitado diminuem o seu poder de recuperação.

Disponível em: [OMS, OMC e FMI vão à ONU por plano de acesso universal a vacinas contra covid](#)

### **Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID**

#### **Visão 2025**

Conforme visto no informe 4 (página 14, link: [ARCA: Cadernos CRIS - Fiocruz: Saúde Global e Diplomacia da Saúde - Informe 4 - Março - 2021](#)), a iniciativa Visão 2025 foi aprovada

na 61ª Reunião Anual do BID e da 35ª Reunião Anual do BID Invest, em março deste ano. A agenda se concentrou em temas-chave como: o impacto da pandemia COVID-19, mudanças climáticas, empoderamento econômico feminino, inovação, necessidades de saúde e o papel do setor privado.

Agora, após alguns meses, a agenda começa a ser concretizada através de projetos, como podemos ver a seguir:

O BID aprovou um projeto de US\$ 200 milhões para a **Argentina** garantir, por meio de transferências de dinheiro, uma renda mínima para mais de dois milhões de pessoas afetadas pelo impacto da pandemia.

O projeto ajudará a implementar a ampliação dos benefícios do cartão Alimentar para famílias com crianças de até 14 anos, e garantirá níveis mínimos de renda para gestantes e pessoas com deficiência dos grupos mais vulneráveis, além de melhorar a efetividade desse benefício.

O projeto responde ao pilar gênero e diversidade da **Visão 2025** do Grupo BID, oferecendo soluções inclusivas que garantam o acesso aos serviços de proteção social das populações mais vulneráveis. Por meio de transferências de dinheiro, a operação beneficiará diretamente mais de dois milhões de pessoas para atingir níveis mínimos de bem-estar.

Disponível em: [Argentina aumentará a segurança alimentar para população vulnerável com apoio do BID | BID \(iadb.org\)](#)

Para as **Bahamas**, o BID aprovou US\$ 40 milhões para fortalecer o sistema de saúde com ênfase na melhoria do acesso dos moradores às ilhas menores do país.

Os principais objetivos desse financiamento é aumentar a capacidade de prover cuidados de saúde primária, reforçar as instalações médicas e fornecer novos equipamentos médicos, o que facilitará o acesso e a melhoria dos serviços para aproximadamente 60.000 pessoas que vivem em nove Ilhas da Família.

Outros objetivos seriam as melhorias na prestação do modelo de atenção primária à saúde e serviços hospitalares e a introdução de sistemas digitais de informação em saúde, incluindo telemedicina e prontuários eletrônicos de saúde em 54 clínicas, que juntas melhorarão o acesso e a qualidade da atenção à saúde. Essas medidas beneficiarão diretamente cerca de 40% da população das Bahamas.

A operação está alinhada com as prioridades de digitalização, mudanças climáticas e gênero e diversidade da **Visão 2025** do BID, o projeto do Banco para a recuperação e crescimento inclusivo e sustentável na América Latina e no Caribe. Faz isso oferecendo soluções tecnológicas que possibilitem a prestação de serviços de saúde mais inclusivos, com especial atenção ao fortalecimento da resiliência das clínicas aos perigos naturais e às mudanças climáticas, ao mesmo tempo em que implementa inovações na área da saúde para vítimas de violência de gênero.

A aprovação do empréstimo segue um empréstimo separado de US\$ 5 milhões do braço do setor privado do Banco, o BID Invest, aprovado em 30 de abril. Beneficiará o Médicos Do Hospital De Saúde Limited (DHHS), o maior hospital privado das Bahamas, em resposta às necessidades de saúde em evolução da população das Bahamas, especialmente relacionadas ao COVID-19.

Disponível em: [Bahamas fortalece sistema de saúde com us\\$ 40 milhões de apoio ao BID | BID \(iadb.org\)](https://www.iadb.org/en/news/press-releases/2020/09/2020-09-15-bahamas-fortalece-sistema-de-saude-com-us-40-milhoes-de-apoio-ao-bid)

**Honduras** também teve um projeto aprovado pelo que visa apoiar os níveis mínimos de renda e ajudar a qualidade de vida das pessoas vulneráveis afetadas pela pandemia COVID-19 e pelos efeitos dos furacões Eta e Iota em novembro passado.

Apesar de uma economia relativamente dinâmica antes da crise, **Honduras** mantém um alto nível de pobreza extrema e uma das maiores taxas de informalidade da região, com apenas 17% da população contribuindo para a seguridade social, cenário que piorou como resultado da pandemia.

Para ajudar o país a responder a essas necessidades, a operação aprovada apoiará a implementação do principal programa de proteção social em Honduras, o Programa de Transferência de Dinheiro Bono de Vida Mejor (PBMV), que tem como alvo famílias em situação de extrema pobreza. O empréstimo garantirá o financiamento de 25% das famílias rurais do programa. Além disso, o projeto fortalecerá a plataforma de pagamento G2P (governo para pessoas) do governo hondurenho, implementada pelo Banco Hondurenho de Produção e Habitação (BANHPROVI), ajudando a ampliar sua cobertura e facilitar o pagamento da transferência de dinheiro *Bono de Vida Mejor* em áreas rurais.

O projeto também ampliará o Programa Cuídate, que promove a saúde sexual e reprodutiva, ações de promoção das relações de gênero equitativas em casa, bem como a prevenção da violência de gênero. Além disso, ampliará o Programa Emprendiendo una Vida Mejor, que acompanha a transferência de renda da PBVM com treinamento em empreendedorismo e educação financeira, para ajudar a aumentar o consumo e a poupança das famílias rurais mais pobres, geração de renda durante o período de recuperação da pandemia.

A operação busca beneficiar diretamente 72 mil domicílios rurais em situação de extrema pobreza com a transferência de dinheiro *Bono de Vida Mejor*, 2.000 casais com o Programa Cuídate e 1.000 domicílios com o *Programa Emprendiendo una Vida Mejor*.

O projeto responde à economia digital e aos pilares de gênero e diversidade da **Visão 2025** do Grupo BID, bem como ao roteiro para a recuperação econômica da América Latina e do Caribe, oferecendo soluções tecnológicas que permitam a entrega de serviços e programas sociais mais inclusivos com especial atenção às meninas e mulheres afetadas pela pandemia.

Disponível em: [Honduras busca melhorar a qualidade de vida da população mais pobre com apoio do BID | BID \(iadb.org\)](https://www.iadb.org/en/news/press-releases/2020/09/2020-09-15-honduras-busca-melhorar-a-qualidade-de-vida-da-populacao-mais-pobre-com-apoio-do-bid)

## BRICS, Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Claudia Hoirsch

### Reunião dos Chanceleres do BRICS e apoio à renúncia de patentes: posições da China, Índia e Rússia (CIR)

Os chanceleres do BRICS se reuniram em junho sob a presidência indiana onde a pandemia e seus resultados catastróficos constavam do topo da agenda. Endossaram a proposta da Índia e da África do Sul na OMC de renunciar as patentes das vacinas Covid-19. Persistem dúvidas quanto à renúncia, visto que o lobby global da indústria farmacêutica não apoia tal movimento, entretanto o que mais surpreende é que três membros do BRICS, China e Rússia e Índia, sejam eles próprios fabricantes de vacinas, mas nunca se apresentaram para compartilhar a fórmula ou renunciar aos regulamentos de DPI em prol de outros membros do grupo. Nesse contexto, os comentários do chanceler chinês, Wang Yi, expressando solidariedade para a Índia soam como mera retórica. “Deixe-me começar expressando minha solidariedade à Índia sobre o grave impacto da nova onda de infecções por Covid-19. Nestes tempos difíceis, a China é solidária com a Índia e todos os países do BRICS”, disse ele. [BRICS foreign ministers hold virtual meeting; discuss Covid-19 challenge | India News, The Indian Express](#)

### NBD: escritório regional em SP e nomeação de três vice-presidentes

O NBD desempenhou um papel fundamental no apoio ao BRICS durante a pandemia e se espera que os projetos estejam alinhados aos objetivos e estratégias de desenvolvimento do próprio país.

Em julho de 2020, o Senado autorizou a criação de escritório regional do Banco dos BRICS em São Paulo, abrindo caminho para o aumento do financiamento de projetos locais. O banco está sediado em Xangai, em 2017 foi criado o 1º escritório regional em Joanesburgo e o de São Paulo será o segundo.

Em 2020, o Brasil recebeu um empréstimo de US\$ 1 bilhão para apoiar programas do governo federal (Min. da Cidadania) para combater os efeitos da pandemia COVID-19, permitindo que os trabalhadores informais tivessem uma renda e ficassem em casa mantendo o distanciamento social. O Programa também ajudou as famílias mais pobres a obter acesso a alimentos e medicamentos e produtos de higiene pessoal. <https://www.ndb.int/emergency-assistance-program-in-combating-covid-19-brazil/>

Devido à distância física com relação à sede do banco e à pouca familiaridade de seus funcionários com o arcabouço regulatório e federativo do Brasil, poucos têm sido os projetos do país aprovados, quando comparados aos demais membros do NDB.

O Conselho de governantes apontou em julho três vice-presidentes: um representante da Rússia, outro chinês e um terceiro da África do Sul.

## América Latina e Caribe na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Sebastián Tobar, Miryam Minayo e Carlos Linger

Até o dia 11 de Júlio de 2021, foram registrados 73,87 milhões de casos positivos e 1,94 milhões de óbitos nas Américas. De acordo com a última entrevista coletiva da OPAS<sup>17</sup>, na semana passada, 1,1 milhão de novos casos de COVID-19 foram notificados na Região das Américas, o que representa uma pequena redução em comparação com a semana anterior. Embora a mortalidade também tenha diminuído, nossa Região continua relatando mais da metade das mortes em todo o mundo.

Este é um sinal claro de que a pandemia continua a devastar famílias e comunidades na Região, embora alguns países estejam experimentando algum alívio.

Na **América do Norte**, embora a tendência geral seja de queda, há locais onde a transmissão continua aumentando, como na Baja Califórnia do Sul, no México, e na província de Yukon, no Canadá.

Na **América Central**, o número total de casos está aumentando em Belize, El Salvador, Honduras e Panamá, bem como em algumas áreas da Guatemala.

Na **América do Sul**, Brasil, Colômbia e Equador continuam relatando um alto número de novos casos, enquanto a incidência diminuiu no Peru e na Bolívia. É encorajador ver que os quatro países do Cone Sul relataram menos casos nas últimas duas semanas.

No **Caribe**, Cuba está relatando o maior número de novos casos por semana desde o início da pandemia e, em Trinidad e Tobago, a mortalidade por COVID-19 aumentou.

A diversidade e a desigualdade de nossa Região continuam a se refletir não apenas nas tendências da pandemia, mas também na capacidade dos países de ter acesso às vacinas. Haiti tem recebido apoio da OPAS para começar sua campanha de vacinação, mais ainda nenhum cidadão do país tomou a vacina.

A vacinação está progredindo na Região das Américas, embora, infelizmente, não para todas.

Uma em cada quatro pessoas foi totalmente vacinada e mais de 600 milhões de doses foram administradas na Região (Vide o quadro embaixo). No entanto, mais da metade dessas doses foram administradas em um único país, os Estados Unidos.

Na América do Sul, Brasil tem sido o país que mais vacinas tem ministrado a sua população, com mais de 104 milhões, misturando uma estratégia de produção local a través da FIOCRUZ e Butantã e pela compra ao COVAX e as produtoras internacionais. Outros países do Cone Sul têm avançado muito na imunização de suas populações atingindo uma queda na curva dos casos positivos e da mortalidade.

---

<sup>17</sup> <https://www.paho.org/es/medios/rueda-prensa-semanal-sobre-situacion-covid-19-region-americas>

Quadro Nº 1: América Latina: Casos Confirmados e Falecimentos á 11 de Júlio de 2021

	País	Casos Confirmados	Óbitos	Vacinas		População em Milhares
				Total Doses	COVAX	
Norte América	Canadá	1.420.278	26.428	41.699.050	---	38.067.913
	Estados Unidos	33.506.722	602.867	338.073.080	---	332.915.074
	México	2.586.721	234.907	49.202.252	3.304.800	130.262.074
<b>Total Norte América</b>		<b>37.513.721</b>	<b>863.202</b>	<b>428.974.382</b>	<b>3.304.800</b>	<b>501.245.061</b>
Sul América	Argentina	4.639.098	98.501	23.722.105	1.944.000	45.605.823
	Bolívia	453.595	17.200	3.035.042	1.429.050	11.832.936
	Brasil	19.069.003	532.893	104.414.089	5.916.000	213.993.441
	Chile	1.587.478	33.877	23.452.473	489.600	19.212.362
	Colômbia	4.492.537	112.298	20.198.661	3.276.180	51.265.841
	Equador	468.346	13.867	4.958.392	756.000	17.888.474
	Paraguai	436.624	13.867	1.048.575	304.800	7.219.641
	Peru	2.078.815	194.249	8.696.298	1.614.390	33.359.416
	Uruguai	376.281	5.807	4.246.995	98.400	3.485.152
Venezuela	283.742	3.278	1.446.988	---	28.704.947	
<b>Total Sul América</b>		<b>33.885.519</b>	<b>1.033.800</b>	<b>195.219.618</b>	<b>15.828.420</b>	<b>432.568.033</b>
Centro América	Belize	13.518	330	136.169	67.200	404.915
	Costa Rica	380.482	4.773	2.531.846	172.950	5.139.053
	El Salvador	80.482	2.445	3.136.924	1.917.580	6.518.500
	Guatemala	317.311	9.688	1.002.959	724.899	18.249.869
	Honduras	273.702	7.250	980.363	2.137.740 <sup>18</sup>	10.062.994
	Nicarágua	6.819	192	167.500	135.000	6.702.379
	Panamá	414.647	6.627	1.664.002	110.400	4.381.583
<b>Total Centro América</b>		<b>1.487.411</b>	<b>31.305</b>	<b>9.619.763</b>		<b>51.459.293</b>
Caribe e Islãs do Oceano Atlântico	Cuba	238.491	1.537	---	---	11.351.786
	Haiti	19.220	471	---	---	11.543.315
	República Dominicana	333.681	3.891	8.635.022	278.400	10.953.714
	Resto dos Países do Caribe Islãs y Territórios	398.382	7.063	6.462.193	590.400	11.584.655
<b>Total Caribe e Islãs do Oceano Atlântico</b>		<b>989.774</b>	<b>12.962</b>	<b>15.097.215</b>	<b>868.800</b>	<b>45.433.470</b>
<b>TOTAL DE LA REGION DAS AMERICAS</b>		<b>73.876.425</b>	<b>1.941.269</b>	<b>648.910.978</b>	<b>25.361.290</b>	<b>1.030.705.857</b>

Fonte: <https://ais.paho.org/phip/viz/COVID19Table.asp> e [https://ais.paho.org/imm/IM\\_DosisAdmin-Vacunacion.asp](https://ais.paho.org/imm/IM_DosisAdmin-Vacunacion.asp) Acesso 28 de junho de 2021

<sup>18</sup> Embora tenha recebido pelo COVAX um grande número de vacinas, ainda não tem sido ministrado à população



Choquehuanca; e para a Colômbia, a diretora do Convênio e Mecanismo de Integração, Adela Maestre.

Antes da Cúpula, o Governo do Uruguai informou formalmente aos países do bloco, em reunião de chanceleres, que começará a negociar acordos comerciais fora do MERCOSUL. O Brasil também levantou a necessidade de maior flexibilidade. Assim, a Argentina<sup>21</sup> é o único Estado Parte que se recusa a avançar na direção de uma maior abertura comercial.

A decisão do Uruguai, apoiada pelo Brasil, propõe a abertura e o favorecimento do intercâmbio, modernizando o bloco por meio de “uma agenda de negociações externas substantivas, ágeis, dinâmicas, flexíveis e permanentes”.

A Resolução do Grupo Mercado Comum N<sup>o</sup>32/2000 afirmou que nenhum país poderia conduzir negociações bilaterais fora do Bloco MERCOSUL. Mais esta normativa MERCOSUL não foi internalizada pelos Estados Partes, portanto não está em vigor<sup>22</sup>. Nesse sentido, o Uruguai aproveitou essa armadilha legal para iniciar negociações econômicas com outros países. Diante disso, o Presidente da Argentina fez um discurso dizendo que “ninguém se salva sozinho”.

Bolsonaro disse que a presidência da Argentina foi ineficiente e que teve uma administração ideológica, deixando a Argentina cada vez mais isolada.

Em seu discurso, Fernandez<sup>23</sup> usou a palavra “consenso” dez vezes e Bolsonaro disse que “consenso” não pode ser entendido como um veto para impedir que o MERCOSUL avance.

Vale ressaltar que havia em negociações propostas para reduzir as tarifas de forma mais moderada e propondo uma solução que pudesse ser mais criativa para que o bloco não ficasse tão estressado, que foram ignoradas pela Argentina.

Após a Cúpula de Presidentes, o Brasil assumiu a Presidência pro tempore, com grandes expectativas de que as tensões entre os Estados membros sejam superadas ou se avance para uma maior fragilidade e possível processo de dissolução do Bloco.

### **CEPAL - Relatório: O paradoxo da recuperação na América Latina e no Caribe: crescimento com persistentes problemas estruturais: desigualdade, pobreza, pouco investimento e baixa produtividade<sup>24</sup>**

Em um relatório especial divulgado em 8 de julho, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) elevou sua estimativa de crescimento médio da região em 2021 para 5,2%, valor que denota uma recuperação da profunda contração de 6,8% registrada em 2020

---

<sup>21</sup> Já durante a comemoração dos 30 anos do MERCOSUL, havia tensões entre o presidente Lacalle Pou e o presidente Fernandez, onde Uruguai e Brasil pediam mais flexibilidade ao bloco, enquanto o Paraguai permanecia em uma posição intransigente. O Presidente da Argentina, declarou, nessa ocasião: “Se nos tornamos um fardo, sinto muito. Não queríamos ser um fardo para ninguém. Vamos acabar com essas ideias que tão pouco ajudam a unidade. Não queremos ser de ninguém fardo. Sim. somos um fardo, deixem-nos levar outro navio. Não somos um fardo para ninguém, é uma honra fazer parte do MERCOSUL” Disponível em: <https://www.telam.com.ar/notas/202103/548735-alberto-fernandez-lacalle-pou-mercosur-lastre.html>. Acesso 11 de Júlio de 2021.

<sup>22</sup> No Mercosul para que uma norma entre em vigor tem que ser incorporada ao ordenamento jurídico nacional dos quatro Estados Parte.

<sup>23</sup> <https://cancilleria.gob.ar/es/actualidad/noticias/es-traves-de-mas-integracion-regional-que-estaremos-en-mejores-condiciones-de>

<sup>24</sup> <https://www.cepal.org/es/publicaciones/47043-la-paradoja-la-recuperacion-america-latina-caribe-crecimiento-persistentes>

em decorrência dos efeitos adversos produzido pela pandemia COVID-19. Essa expansão não será suficiente para garantir o crescimento sustentado, já que os impactos sociais da crise e os problemas estruturais na região se agravaram e continuarão na fase de recuperação.

De acordo com as novas projeções da CEPAL, em 2022 a América Latina e o Caribe crescerão 2,9% em média, o que implica uma desaceleração em relação à retomada de 2021. Não há nada que preveja que a baixa dinâmica de crescimento anterior a 2020 mude. Os problemas estruturais que limitavam o crescimento da região antes da pandemia se agravaram e terão um impacto negativo na recuperação da atividade econômica e nos mercados de trabalho além da retomada do crescimento de 2021 e 2022. Em termos de renda per capita, a região continua uma trajetória que leva a uma década perdida, alerta o relatório.

O documento explica que o atual ritmo de crescimento não é sustentável e corre-se o risco de voltar a trajetórias medíocres, com investimento e emprego insuficientes, e maior deterioração ambiental. A crise derivada da pandemia aumentou a desigualdade e a pobreza, afetando principalmente mulheres, crianças em idade escolar e idosos. Também veio em um momento em que a região estava estagnada, sem enfrentar a crise de longo prazo de investimento, emprego e diversificação produtiva sustentável. Também reconhece que as medidas fiscais adotadas pelos países têm sido importantes, mas insuficientes em montante e duração.

Até 30 de junho, a região acumulava mais de 1.260.000 mortes devido ao COVID-19 (32% do total mundial, apesar de sua população representar 8,4% globalmente) e apresentar grandes lacunas na vacinação em relação aos países desenvolvidos. Fechá-los requer cooperação e integração. Na América Latina e no Caribe (30 países), o percentual da população total com esquema vacinal completo chega a apenas 13,6%, enquanto na União Europeia é de 34,9% e na América do Norte 46,3%.

No último ano, a taxa de extrema pobreza teria atingido 12,5% e a de pobreza 33,7%. As transferências de emergência para os setores mais vulneráveis permitiram mitigar o aumento da pobreza na região em 2020 (passou de 189 milhões em 2019 para 209 milhões, que poderia ter sido 230 milhões, e de 70 milhões em 2019 para 78 milhões, que poderia ter sido de 98 milhões no caso de pobreza extrema). Essas transferências beneficiaram 326 milhões de pessoas, 49,4% da população. No entanto, a desigualdade na distribuição de renda aumentou (2,9% do índice de Gini). Enquanto isso, a insegurança alimentar moderada ou grave atingiu 40,4% da população em 2020, 6,5 pontos percentuais a mais do que em 2019. Isso significa que havia mais 44 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar moderada ou grave na região e 21 milhões ficaram com insegurança alimentar grave.

O relatório indica que no período de janeiro a abril de 2021, 20 países anunciaram ou prorrogaram transferências emergenciais por 10 bilhões de dólares (0,26% do PIB em 2020). Se esse nível de gastos se mantivesse nos oito meses restantes de 2021, os gastos com transferências anuais seriam de apenas 0,78% do PIB de 2020, ou seja, metade dos gastos de 2020: 1,55% do PIB. Dessa forma, a cobertura seria bem menor e alcançaria 60 milhões de domicílios (231 milhões de pessoas e 29% da população, ante os 326 milhões e 49,4% da população atingida em 2020).

Por outro lado, a CEPAL indica que a pandemia deixa 2021 em um estado ambiental pior e difícil de reverter. Embora tenha havido melhorias temporárias na qualidade do ar e reduções nas emissões de gases de efeito estufa, as emissões se recuperariam 5% este ano, enquanto 11

países da região viram uma queda de 35% no orçamento ou gastos com proteção ambiental em 2019-2020.

Em matéria de financiamento, o relatório da CEPAL assinala que a América Latina é a região com maior peso da dívida externa no PIB (56,3%) e com maior serviço da dívida externa em termos de exportações de bens e serviços (59%). Esses níveis de endividamento reduzem o espaço fiscal e colocam em risco o crescimento e a recuperação futuros. No caso dos pequenos Estados insulares do Caribe (SIDS), a situação é ainda mais insustentável, pois em alguns países o nível de dívida pública ultrapassa 100% do PIB.

“Diante de todos esses desafios, uma nova arquitetura financeira internacional é necessária para responder à emergência e ao desenvolvimento da região”, Alicia Bárcena enfatizou. Ela indicou que um fórum multilateral é necessário para discutir as condições para a emissão de nova dívida e reestruturação da dívida, uma agência de classificação de crédito multilateral, a inclusão de países de renda média em todas as iniciativas de alívio e acesso a liquidez concessional e não concessional, a implementação de instrumentos de financiamento inovadores, como títulos verdes e títulos SDG, a capitalização e fortalecimento de bancos de desenvolvimento em todos os níveis, acesso a mecanismos multilaterais para a aplicação de impostos globais, eliminação de evasão, evasão e fluxos ilícitos e repensando o sistema de cooperação para alcançar uma medição multidimensional além do PIB per capita.

Em matéria fiscal, o estudo da CEPAL reafirma que é fundamental manter políticas fiscais de apoio às transferências sociais emergenciais, aos setores produtivos e reverter a queda persistente do investimento para continuar mitigando os efeitos da pandemia e avançar para uma recuperação transformadora com igualdade. Além disso, as políticas fiscais devem ter um enfoque de gênero em todo o ciclo fiscal. “O espaço fiscal deve ser ampliado por meio do aumento da arrecadação tributária e da redução de despesas desnecessárias. É também necessário consolidar os impostos sobre o rendimento, alargar o âmbito dos impostos sobre a propriedade e o patrimônio (patrimônio), rever e atualizar progressivamente os royalties pela exploração dos recursos não renováveis, e considerar os impostos sobre a economia digital, ambientais e públicos saúde”, especifica o relatório.

### **Seminário CEPAL: Integração Regional para a Recuperação Econômica<sup>25</sup>**

Especialistas de alto nível de organizações internacionais e mecanismos de integração regional fizeram hoje um apelo urgente para revigorar a integração regional para alcançar uma recuperação pós-pandêmica transformadora, durante um evento organizado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), no âmbito do Mês de Desenvolvimento em Transição: Diálogos para traçar novos caminhos para a América Latina e o Caribe.

Na abertura do evento, Mario Castillo afirmou que o colapso do comércio intrarregional desde 2014 envolveu a perda de capacidades produtivas, principalmente industriais, menos oportunidades de internacionalização para as pequenas e médias empresas (PME) e maior vulnerabilidade a interrupções externas de abastecimento e um ambiente internacional mais incerto e protecionista.

O responsável da CEPAL acrescentou que a integração regional pode ser um grande motor de crescimento e mudança estrutural, reduzindo a vulnerabilidade aos preços das

<sup>25</sup>

<https://www.cepal.org/es/noticias/es-urgente-revigorizar-la-integracion-regional-lograr-recuperacion-transformadora>

matérias-primas e as condições de mudança nos mercados externos. “Porém, em um mundo que caminha para uma maior regionalização, a América Latina parece estar caminhando na direção oposta”, alertou.

Durante a sua intervenção, Castillo destacou que em 2020 o comércio internacional foi fortemente atingido pela pandemia, enquanto para 2021 se espera uma recuperação significativa das exportações, da ordem de 22%, motivada pela subida dos preços e um aumento modesto do volume. Ele especificou que, apesar da recuperação em curso do comércio intra-regional, ele permanecerá bem abaixo de seus máximos históricos: as exportações para a região representariam 12% do total das exportações em 2021, ante um máximo de 21% obtido no início dos anos 2000. Acrescentou que os vínculos produtivos intrarregionais estão concentrados em alguns países (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México) e especificou que um dos elementos positivos do comércio intrarregional na América Latina e no Caribe é a significativa participação das empresas de micro, médio e pequeno porte. (MPMEs).

Por fim, frisou que existe uma agenda em debate político e técnico para enfrentar os desafios da integração regional, que inclui fortalecer os mecanismos de integração, aumentar os níveis de investimento para favorecer a integração regional, apoiar iniciativas de convergência entre os mecanismos de integração e buscar uma maior demanda integrada. no setor empresarial.

No âmbito do diálogo regional, os especialistas participantes destacaram os impactos positivos do Desenvolvimento em Transição para a cooperação regional e internacional e como isso se traduz no fortalecimento das novas agendas de integração dos países da América Latina e do Caribe. O seminário Integração Regional para a Recuperação Econômica é um dos quatro eventos organizados pela CEPAL no âmbito dos Diálogos sobre o Desenvolvimento em Transição, convocados pela Comissão Regional das Nações Unidas, a Comissão Européia e o Centro para o Desenvolvimento da OCDE.

Próximos eventos: terça-feira, 13 de julho: seminário sobre Políticas Fiscais para mitigar os efeitos da pandemia e promover investimentos para uma recuperação sustentável e outro que abordará a autonomia das mulheres e a economia do cuidado no marco de uma recuperação transformadora e sustentável com igualdade.

Quarta-feira, dia 14: evento Estratos de renda média, COVID-19 e os desafios da proteção social.

**Publicação CEPAL e ISM: Experiências de avaliação da cooperação Sul-Sul no MERCOSUL – os casos do Paraguai e Uruguai<sup>26</sup>**

---

<sup>26</sup> <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/46991>

O documento destaca que a cooperação Sul-Sul é uma manifestação de solidariedade entre povos e países do Sul, cujo propósito é contribuir para o cumprimento dos objetivos de desenvolvimento e que tem na América Latina e no Caribe pelo menos quatro décadas de intenso progresso. “Na América Latina e no Caribe, como é o caso da sub-região sul-americana, uma parte importante das iniciativas de cooperação Sul-Sul e triangular são desenvolvidas e implementadas graças à história e cultura compartilhadas, bem como à proximidade geográfica e socioeconômica complementaridades. As esferas sub-regionais e regionais são um importante espaço de reflexão, diálogo e coordenação de políticas, estabelecimento de agendas, desenho e implementação de programas, projetos e atividades, entre outros”, mencionam na introdução os coordenadores do trabalho, Oviedo e Oddone.



A publicação possui três capítulos. O primeiro, em que são apresentados os antecedentes da cooperação internacional para o desenvolvimento, e os outros dois, em que são apresentados cada um dos casos.

O caso do Paraguai destaca que, no país, o apoio internacional mais significativo é recente e por isso a cooperação internacional está em processo de consolidação “como um passo preliminar para a adoção de uma definição teórica e operacional multidimensional que permita sua valorização”. Segundo os coordenadores, o Uruguai é o país que mais avançou na reflexão e implantação de um sistema de avaliação da Cooperação Sul-Sul. Ressaltam que, como grande parte da região, o país tem sido crítico em aderir a um sistema tradicional de valorização da cooperação cujo critério é a quantificação dos recursos econômicos envolvidos, sustentando que o fundamental é seu valor agregado a uma agenda inclusiva e inovadora.

“Diante dos desafios globais de desenvolvimento e da reconfiguração da cooperação no sistema internacional e na América Latina, é importante reafirmar o valor de processos de integração regional como o MERCOSUL. Esse espaço de integração dos países de renda média conta com instituições e instrumentos técnicos que podem ser mobilizados para promover ações e respostas coordenadas aos problemas globais por meio da cooperação Sul-Sul”, destacam Oviedo e Oddone ao final.

### **VACINA CUBANA: Venezuela começa a imunização com a Abdala<sup>27</sup>**

A Venezuela se tornou esta semana o segundo país das Américas - depois de Cuba - a começar a usar uma vacina que ainda não foi aprovada. O governo de Caracas recebeu de Havana e passou a administrar em áreas da capital a primeira remessa de *Abdala*, vacina desenvolvida por cientistas cubanos que ainda não possui autorização emergencial de nenhuma entidade médica reguladora.

A chegada dos primeiros lotes (serão recebidas cerca de 12 milhões de doses) ocorreu poucos dias depois que autoridades da indústria farmacêutica cubana apresentaram os resultados da terceira fase de estudo de duas de suas vacinas mais avançadas.

<sup>27</sup> <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-57646920>

Como garantiram, o Soberana 02, teria uma eficácia de 62%, com duas doses, enquanto Abdala – que chegou à Venezuela, com três doses passaria de 92%, o que o tornaria um dos imunizantes mais eficazes desenvolvidos até agora contra o coronavírus.

Esses resultados de eficácia, no entanto, não foram validados por nenhuma agência reguladora, não foram publicados em uma revista científica endossada por pares ou receberam a aprovação de qualquer organização de saúde internacional ou regional.

Tal fato tem causado grande controvérsia. A Academia Venezuelana de Medicina, a ONG Médicos Unidos pela Venezuela e a Associação de Pesquisadores do Instituto Venezuelano de Pesquisa Científica (AsoInVIC) expressaram preocupação com o que consideram produtos de duvidosa credibilidade científica.

“O que aconteceu com as vacinas do sistema COVAX? Agora os venezuelanos estão totalmente indefesos e sem possibilidade de escolha diante da imposição do produto biológico Abdala sem a aprovação da OMS. Exigimos vacinas aprovadas para todos”, escreveu o Centro de Comunicação no Twitter Nacional, o relato da “presidência” do líder opositor Juan Guaidó.

O governo venezuelano, por sua vez, considerou que o recebimento das doses cubanas foi um momento histórico e anunciou que Abdala se somaria às demais doses utilizadas em seu esquema de vacinação contra o coronavírus.

*O que se sabe sobre Abdala?*

Cuba tem uma vasta experiência no desenvolvimento de vacinas e, há mais de três décadas, criou grande parte das imunizações que usa para sua população.

No início da pandemia, o governo cubano decidiu não participar do mecanismo Covax, que visa levar vacinas aprovadas às nações mais pobres, mas optou por desenvolver suas próprias doses.

Até o momento, as autoridades médicas cubanas afirmam estar desenvolvendo cinco vacinas contra o coronavírus, das quais Soberana 02 e Abdala, como disseram, são as mais avançadas.

A imunização foi desenvolvida por cientistas do Centro de Engenharia Genética e Biotecnologia (CIGB) e leva o nome de um poema escrito em sua juventude pelo escritor cubano e herói nacional José Martí. Cuba afirmou que, tanto para Soberana 02 quanto para Abdala, eles usaram uma tecnologia conhecida como “vacina de subunidade”, na qual proteínas derivadas do vírus conjugadas a outras proteínas transportadoras são utilizadas para desencadear uma resposta imunológica.

As autoridades sanitárias cubanas recomendam para Abdala um esquema de imunização de três doses (o maior número de doses entre as vacinas existentes), administradas em um período de 14 dias. Como já foi dito, como são três doses, com esse candidato a maior proteção é alcançada aos 42 dias (na maioria das vacinas aprovadas internacionalmente ocorre duas semanas após a segunda dose).

## **DESTAQUES NACIONAIS**

## República Dominicana fecha as suas fronteiras com Haiti<sup>28</sup>

No dia 7 de julho, o governo da República Dominicana ordenou o fechamento imediato de seus 380 Km de fronteiras em face do assassinato do Presidente do Haiti, Jovenel Moisel. O país teme as ondas de migrações de população haitiana.

O Presidente Dominicano, Luis Abinader<sup>29</sup> expressou as suas condolências pelo Twitter e convocou com urgência o Conselho de Defesa e Segurança Nacional, composto pelo alto comando militar e oficiais de segurança civil, para discutir a situação e acionou um plano de emergência, que inclui reforços militares na fronteira.

Nos últimos meses<sup>30</sup>, os militares dominicanos vêm construindo mais quilômetros de cercas de fronteira, na tentativa de controlar a imigração irregular, conter o contrabando e impedir o tráfico de armas e drogas.

## Cubanos Saem às ruas sob gritos de “abaixo a ditadura”

Grupos de manifestantes cubanos saíram às ruas, com os slogans de “liberdade”, “abaixo a ditadura” no domingo, 11 de julho.

A manifestação foi mencionada por alguns meios de comunicação como a maior de sua história recente. Os cubanos têm saído às ruas para protestar<sup>31</sup> contra a mistura explosiva da falta de alimentos e da falta de vacinas contra os cobiçosos. A crise econômica que a ilha sofre há anos foi agravada pela pandemia que atingiu gravemente o sector do turismo (contração de 11% da economia).

Os protestos parecem ser o resultado do esgotamento da longa crise econômica e de saúde, uma das piores da ilha, desde o “Maleconazo” de 1994, durante o chamado Período Especial, após a queda da URSS, quando centenas de cubanos saiu para protestar, devido à situação precária às vésperas da eclosão da crise do caibro. A ilha, que conseguiu manter o controle da pandemia em 2020 (contabilizou apenas 1.500 mortes) e liderou a criação de uma vacina própria (embora com má distribuição), tem visto nas últimas semanas um recrudescimento da doença que a coloca entre o mais perigoso da América Latina. No domingo, as autoridades informaram que houve 7.000 casos e 31 mortes, embora a oposição afirme que os dados reais são muito piores e que muitas áreas estão à beira de um colapso sanitário.

Dada a magnitude das manifestações, o presidente Miguel Díaz-Canel apareceu em rede nacional de televisão para convocar seus seguidores a saírem às ruas para “enfrentar” os manifestantes. “A ordem do combate está dada: os revolucionários vão para as ruas”, disse o presidente, que atribuiu a atual crise que atravessa a ilha ao embargo dos Estados Unidos e às medidas adotadas pelo governo de Donald Trump.

---

<sup>28</sup> <https://www.jornada.com.mx/sin-fronteras/2021/07/07/republica-dominicana-decreta-cierre-de-fronteras-con-haiti-ante-temor-a-oleada-de-migrantes-5419.html>

<sup>29</sup> <https://www.rfi.fr/es/programas/noticias-de-america/20210708-dominicana-ordena-cierre-inmediato-y-refuerzo-de-su-frontera-con-hait%C3%AD-tras-magnicidio>

<sup>30</sup> <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-57750241>

<sup>31</sup> <https://elpais.com/internacional/2021-07-12/protestas-en-cuba-seis-claves-para-entender-las-manifestaciones-contras-el-gobierno.html>

O Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA)<sup>32</sup>, Luis Almagro, expressou neste domingo sua condenação ao "regime ditatorial" de Cuba por "convocar os civis à repressão" e por promover o confronto contra os que lideram os protestos contra os Governo.

O presidente de Cuba, Miguel Díaz-Canel, assegurou que os protestos massivos de domingo buscavam "fraturar a unidade" do povo cubano. Nesse sentido, afirmou que as manifestações são para desacreditar "o trabalho do governo e da revolução". Também afirmou que havia "bandidos" nas manifestações. "Tem um setor que comete crimes. Ontem vimos bandidos. Ontem a proposta não foi pacífica, houve vandalismo (...) apedrejaram policiais, viraram carros. Um comportamento totalmente vulgar, indecente, delinquente", insistiu<sup>33</sup>. "Não apelamos ao povo para confrontar o povo. Apelamos ao povo para defender a revolução, para defender os seus direitos. E o povo apoiou".

### **Primeira semana de funcionamento da convenção constituinte chilena**

Os 155 convencionais assumiram seus cargos no dia 11 de julho, em uma cerimônia que foi suspensa por algumas horas devido a conflitos nas ruas, e tiveram 48 horas de atraso no início dos trabalhos por falta de suporte técnico no prédio do centro de Santiago.

Elisa Loncón<sup>34</sup>, 58, que é acadêmica, política, lingüista e ativista mapuche, foi eleita por seus pares com 96 votos em 155 possíveis para presidir a Convenção Constituinte.

O Governo de Sebastián Piñera, encarregado por lei de "dar o apoio técnico, administrativo e financeiro necessário à instalação e funcionamento da convenção", substituiu o secretário executivo Francisco Encina, que tinha meses para ter tudo pronto para o início da o órgão. Os constituintes só puderam se reunir na quarta-feira, em salas diferentes, para respeitar a lotação máxima devido à crise sanitária do covid-19.

Os constituintes convencionais são a maioria da oposição, partidos de esquerda e até representantes da população Mapuche original. Um dos conflitos ocorre, a partir de uma declaração que pede o perdão dos detidos no marco das revoltas sociais de outubro de 2019 e dos "presos políticos Mapuche" desde 2001, presos no marco do conflito de terras em a região de Araucanía. Os membros terão nove meses para redigir a Constituição chilena, prorrogável por três meses apenas uma vez, e então o presidente da república pedirá um "plebiscito de saída" que aprovará ou rejeitará a nova constituição.

Se aprovado, acabará com a Constituição chilena de 1980, elaborada durante a ditadura de Pinochet, mas se o novo texto for rejeitado, continuará em vigor.

---

<sup>32</sup> [https://www.clarin.com/mundo/oea-condeno-gobierno-cuba-llamar-civiles-reprimir-argentina-tomo-posicion\\_0\\_aFY7t5ZW.html](https://www.clarin.com/mundo/oea-condeno-gobierno-cuba-llamar-civiles-reprimir-argentina-tomo-posicion_0_aFY7t5ZW.html)

<sup>33</sup> <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-57808259>

<sup>34</sup> Loncón havia dito à CNN Chile que "a nação Mapuche convoca todos os povos do Chile a um ato de reconhecimento, para mudar a história e se expressar na eleição de uma mulher Mapuche constituinte" "A Mulher Mapuche foi excluída, estivemos sem voz, não fomos reconhecidas no cenário político, mas as mulheres mapuches defenderam as terras, a água, o conhecimento, a língua e tivemos um espaço social, público e muita força espiritual para acompanhar a luta do nossos povos " Vide: [https://twitter.com/CNNChile/status/1411766967120322564/photo/1?ref\\_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1411766967120322564%7Ctwgr%5E%7Ctwcon%5Es1\\_%ref\\_url=https%3A%2F%2Fwww.telam.com.ar%2Fnotas%2F202107%2F560098-suspenden-momentaneamente-convencion-constituyente-en-chile-por-incidentes.html](https://twitter.com/CNNChile/status/1411766967120322564/photo/1?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1411766967120322564%7Ctwgr%5E%7Ctwcon%5Es1_%ref_url=https%3A%2F%2Fwww.telam.com.ar%2Fnotas%2F202107%2F560098-suspenden-momentaneamente-convencion-constituyente-en-chile-por-incidentes.html). Acesso 12 de Júlio de 2021.

---

### OMS/AFRO e as lições aprendidas com a vacinação

A partir das estações de vacinação em massa, em de Angola, passando pela complexa logística da cadeia de frio, no Ruanda, até ao modelo de comunicação para elevar a confiança nas vacinas no Gana, a Organização Mundial de Saúde (OMS) está muito empenhada em documentar as principais lições tiradas dessas campanhas de vacinação contra a Covid-19 em África.

Denominada “Equipa da Agenda de Aprendizagem de Vacinas” (*The Vaccines Learning Agenda Team*), esta está a construir uma base de dados dinâmica de informação valiosa para os Estados-Membros e a preparar estudos de caso sobre uma série de experiências positivas com vacinas para superar riscos e desafios. Até à data, oito países africanos partilharam experiências em webinars regionais para partilhar conhecimentos e melhores práticas além-fronteiras.

De acordo com a responsável da *The Vaccines Learning Agenda Team*, à medida que os Estados-Membros se preparam para receber os próximos lotes de vacinas da Covid-19, as ferramentas e intercâmbios promovidos pela Agenda de Aprendizagem ajudarão os países a partilhar o que funciona e o porquê, bem como a documentar lições cruciais para o futuro. Por isso, todos os Ministérios da Saúde são sensibilizados a partilharem as suas experiências com o objetivo final de salvar mais vidas por via da vacinação.

As lições benéficas identificadas até agora são de quatro áreas: planeamento em tempo oportuno, entrega de vacinas, plataformas digitais e estratégias de comunicação de risco. Os principais desafios descritos incluem a interrupção da imunização de rotina, a hesitação em obter a vacina entre os trabalhadores da saúde e as comunidades e a identificação de populações prioritárias para a vacinação.

Foram desenvolvidos formulários electrónicos de recolha de dados numa base de dados dinâmica para ajudar a registar e consolidar as lições aprendidas e as melhores práticas de grupos específicos, estando também a ser desenvolvido um portal de acesso aberto para divulgar amplamente todas as informações obtidas pela iniciativa.

<https://www.afro.who.int/news/leveraging-lessons-africas-covid-19-vaccine-rollout>

### A abundância de variantes alimenta a onda crescente de Covid-19

À medida que os números de casos em África sobem mais rapidamente do que todos os picos anteriores, novas e mais rápidas variantes estão a alimentar a terceira onda no continente.

Os casos aumentaram durante seis semanas consecutivas 25%, semana após semana, para quase 202 000 na semana que terminou em 27 de junho, atingindo nove décimos do recorde anterior do continente de 224 000 novos casos. As mortes aumentaram 15% em 38 Estados-Membros para quase 3000 no mesmo período.

Com o número de casos a duplicar de três em três semanas, a variante Delta está a alastrar a um número crescente de países. Foi detectado em 16 Estados-Membros, incluindo nove com casos crescentes. Encontra-se em três dos cinco países que notificam o maior número de casos para a semana que termina a 27 de junho. É dominante na África do Sul, responsável por mais de metade dos casos de África no mesmo período. De acordo com os últimos relatórios

nacionais, a variante Delta foi detectada em 97% das amostras sequenciadas no Uganda e 79% das amostras sequenciadas na República Democrática do Congo.

*"A velocidade e a escala da terceira vaga de África é como nada que já tenhamos visto antes. A propagação desenfreada de variantes mais contagiosas empurra a ameaça para África para um nível completamente novo. Mais transmissão significa mais doenças graves e mais mortes, pelo que todos devem agir agora e reforçar as medidas de prevenção para impedir que uma emergência se torne uma tragédia",* disse a Diretora Regional da OMS para a África, Matshidiso Moeti.

No Uganda, 66% das doenças graves em pessoas com idade inferior a 45 anos são atribuídas à variante Delta. Com o aumento do número de casos e hospitalizações em todo o continente, a OMS estima que a procura de oxigénio em África é agora 50% maior do que durante o pico da primeira vaga há um ano. A variante Alfa foi detectada na maioria dos países da África do Norte, Ocidental e Central. A variante Beta está mais difundida na África Austral.

Com o apoio da OMS, a vigilância genômica para acompanhar a propagação das variantes em África está a aumentar, com o objetivo de aumentar a amostragem para sequenciação em oito a dez vezes durante os próximos seis meses em cinco laboratórios que cobrem 14 países da África Austral. Uma melhor compreensão da evolução molecular das variantes ajudará também os países a tomarem decisões rápidas em torno das vacinas a utilizar.

Embora oito vacinas tenham demonstrado ser seguras e eficazes e tenham recebido autorização de utilização de emergência pela OMS, os fornecimentos para África diminuíram. Apenas 15 milhões de pessoas – somente 1,2% da população africana - estão totalmente vacinadas.

A OMS criou a Rede Africana para a Eficácia da Vacina para documentar a eficácia das vacinas disponíveis quando utilizadas no contexto africano. Estes estudos avaliam a eficácia de cada vacina contra as variantes que circulam na região.

<https://www.afro.who.int/news/rife-covid-19-variants-fuel-africas-surg-ing-wave>



## União Africana/CDC África

Segundo o CDC África, 5 milhões de doses únicas da *Johnson & Johnson* e mais 10 milhões da *Pfizer* serão distribuídas através da Covax. Brevemente, a distribuição por país será anunciada.

A União Africana e o seu Centro de Controlo e Prevenção de Doenças (CDC África) estão a dizer aos Ministros das Finanças do continente que têm 15 milhões de vacinas contra a Covid-19 prontas para distribuição.

De acordo com a agência de informação financeira Bloomberg, que cita o documento enviado aos Ministros da Saúde africanos, o CDC África informou que os lotes de vacinas serão distribuídos através da Covax. As doses doadas e agora anunciadas fazem parte do lote de 80 milhões que o Presidente dos Estados Unidos da América (EUA) disse em junho que iria partilhar com vários países e surge depois de várias críticas por parte das nações mais pobres de África relativamente à desigualdade no processo de vacinação.

Enquanto nalgumas partes do mundo, como os EUA ou o Reino Unido, mais de metade da população já está completamente vacinada, em África a percentagem de vacinados pouco passa de 1%, num continente com 1,2 bilhões de habitantes.

<https://www.dw.com/pt-002/covid-19-uni%C3%A3o-africana-tem-15-milh%C3%B5es-de-vacinas-prontas-para-distribui%C3%A7%C3%A3o/a-58178698>

Os boletins **Outbreak Briefs** 76 e 77, trazem muita informação sobre a progressão da pandemia nos diferentes Estados-Membros da União Africana.

[https://africacdc.org/download/outbreak-brief-76-coronavirus-disease-2019-covid-19-pandemic/?ind=1625122467704&filename=AfricaCDC\\_COVIDBrief\\_29June21\\_EN.pdf&wpdmdl=9013&refresh=60e9abfb0213a1625926651;](https://africacdc.org/download/outbreak-brief-76-coronavirus-disease-2019-covid-19-pandemic/?ind=1625122467704&filename=AfricaCDC_COVIDBrief_29June21_EN.pdf&wpdmdl=9013&refresh=60e9abfb0213a1625926651;)

[https://africacdc.org/download/outbreak-brief-77-coronavirus-disease-2019-covid-19-pandemic/?ind=1625845506108&filename=AfricaCDC\\_COVIDBrief\\_06July21\\_EN.pdf&wpdmdl=9192&refresh=60e9a997460ce1625926039](https://africacdc.org/download/outbreak-brief-77-coronavirus-disease-2019-covid-19-pandemic/?ind=1625845506108&filename=AfricaCDC_COVIDBrief_06July21_EN.pdf&wpdmdl=9192&refresh=60e9a997460ce1625926039)

Para acompanhar em tempo real a situação da Covid-19 em África, aconselhamos o painel concebido para identificar países que têm surtos crescentes ou generalizados de COVID-19. Esse painel é altamente sensível e é utilizado como ferramenta para identificar países onde se justifica mais profundidade sobre os dados, o estado da pandemia e onde o apoio técnico em torno da COVID-19 pode ser benéfico. Os níveis dos *hotspots* são atribuídos com base no número de casos e mortes que cada país reporta. Vide: [África CDC, COVID-19 Situation: Dashboard](#)

No entanto, os PALOP continuam sendo prejudicados em termos de acesso equitativo à informação científica já que os boletins epidemiológicos do CDC África (**Outbreak Briefs**), contendo informações tão cruciais quanto necessárias para as ações e medidas de saúde pública, vêm sendo editadas, sucessivamente, apenas em *inglês*, *francês* e *árabe*.

É por isso urgente que as máximas autoridades desses países (os Ministros das Relações Exteriores e da Saúde dos PALOP) se levantem e reclamem junto da União Africana, onde o idioma português é língua de trabalho há muitos anos, para chamar à atenção ao CDC África em cumprir com a sua obrigação em vez de continuar a negar o acesso à informação científica e técnica, produzida e difundida no continente, a um grupo de 6 Estados-Membros que têm o

português como língua oficial. Não há explicações razoáveis, até prova em contrário, para o CDC África continuar a agir desta forma, ignorando este grupo linguístico africano.

### **CPLP E ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS ACP ASSINAM ACORDO DE COOPERAÇÃO**

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a Organização dos Estados de África, Caraíbas e Pacífico (OEACP) assinaram no dia 24 de junho um Memorando de Entendimento para a cooperação futura em vários domínios, como a língua portuguesa.

O Memorando, assinado pelo Secretário-Geral da OEACP, o antigo Ministro das Relações Exteriores de Angola, Georges Chikoti, e pelo Secretário-Executivo da CPLP, Francisco Ribeiro Telles, na sede da CPLP, *“é um ponto de partida”* para as duas organizações trabalharem em conjunto para *“o desenvolvimento”* dos países que representam.

Após a assinatura do documento, Ribeiro Telles afirmou que este é *“o pontapé de saída para uma cooperação intensa entre as duas organizações”* e este memorando vai permitir *“desenvolver a cooperação em múltiplas áreas”*.

Já Georges Chikoti sublinhou, por seu lado, o facto de a OACP ter no seu seio 7 Estados-Membros da CPLP – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste e adiantou que quer fazer *“com que a língua portuguesa seja um dos elementos”* da cooperação com a CPLP.

O responsável destacou ainda o facto de as duas organizações terem *“os mesmos desafios em termos de desenvolvimento”*, nomeadamente a luta *“contra a pobreza”*.

Questionado sobre quais seriam os setores, além da língua portuguesa, em que as duas organizações poderiam desenvolver a sua cooperação, Georges Chikoti deu como exemplos *“questões que têm a ver com o desenvolvimento”*, como **saúde e educação**.

O responsável da OEACP destacou ainda as áreas da defesa e segurança, neste último caso tendo em conta não só o caso de Cabo Delgado, em Moçambique, mas também a *“situação do terrorismo na região do Sahel”*.

O Memorando surge na sequência de uma recente deslocação oficial a Bruxelas do secretário-executivo da CPLP, durante a qual se reuniu com Chikoti.

Hoje, após a assinatura do Memorando, o responsável da OEACP referiu a *“necessidade de recrutamento de intérpretes”*, mas também admitiu a possibilidade do ensino do português dentro da organização como uma possibilidade a estudar.

### **O Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA, 21 Estados-Membros) e a estratégia de acelerar a industrialização**

Apesar do tão propalado potencial de crescimento económico, são predominantes nesta região de 593 milhões de pessoas a pobreza, o desemprego e os baixos níveis de investimento, atribuídos ao baixo índice de industrialização. O valor agregado médio de fabrico (MVA - *Manufacturing Value Added*) em percentagem do PIB, não ultrapassa os 10%, de acordo com os números do Banco Mundial de 2014, em comparação com os 18% do Sudeste Asiático. Isto indica que a região COMESA e o continente africano como um todo necessitam de transformação estrutural através da industrialização. Aliás, no último Seminário Avançado do CRIS sobre *“Produção Local”*, a Dr.ª Mariângela Simão, da OMS (Genebra), apontou a necessidade de um forte fomento de políticas industriais como uma das condições para uma

industrialização sustentável, o que explica por que é que a COMESA considera o desenvolvimento industrial um pilar crítico do Acordo da Área de Comércio Livre Tripartida e da recém-lançada Zona de Comércio Livre Continental Africana.

Segundo os responsáveis da COMESA, este pilar é fundamental para enfrentar as limitações produtivas no sentido da realização de uma transformação inclusiva e sustentável da região; de economias de baixa produtividade que dependem da exportação de produtos primários não processados com pouco ou nenhum valor agregado para economias altamente competitivas que produzam e exportem produtos de alto valor agregado.

Foi com base nessa perspectiva que os Ministros da Indústria da COMESA aprovaram os marcos de referência para a implementação da estratégia industrial regional (*Frameworks for Implementing the Regional Industrial Strategy*). Com esta aprovação, os Estados-Membros formularão políticas semelhantes para maximizar os benefícios locais da industrialização. Da mesma forma, o quadro adoptado de gestão de Zonas Económicas Especiais (ZEE) e de parques industriais, orientará os Estados- Membros na apropriação de estratégias de ZEE e parques industriais a nível nacional.

No comunicado, os Ministros comprometeram-se a assegurar que os quadros e orientações regionais harmonizados são aí aplicados nos respectivos países.

A aprovação dos quadros permitirá assim a plena implementação da Estratégia e Ação de Industrialização da COMESA, que foi adoptada pelos Ministros em 2019, para orientar a transformação económica estrutural da região. Entre a sua componente chave está a promoção da agricultura e a agregação de valor.

A estratégia de industrialização do COMESA está alinhada com a Terceira Década de Desenvolvimento Industrial para África (IDDA3- *Third Industrial Development Decade for Africa*) cujos princípios orientadores incluem: apropriação e liderança governamentais da iniciativa; fortalecimento do ambiente empresarial favorável; sectores prioritários com elevado potencial de crescimento; e fortes parcerias para a mobilização de recursos financeiros e não financeiros a nível bilateral, multilateral e regional.

<https://www.comesa.int/the-4th-comesa-ministers-of-industry-meeting-underway/>

## Goleada da variante Delta? A reposta da Europa à Covid-19

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

Após 10 semanas de queda nos números da Covid-19, a Europa volta a ter crescimento no número de casos, em 10%. Hans Kluge, diretor regional da OMS Europa, já vinha alertando para os riscos da flexibilização das medidas sociais, como a desobrigação do uso de máscara e a permissão para eventos esportivos. Num cenário onde 63% da população ainda não foi vacinada, a preocupação é com a variante Delta, que será dominante em agosto, quando a Europa estará praticamente livre de restrições para receber o verão, que chegará promovendo viagens e mais eventos. Kluge considera grave e inaceitável que a cobertura média vacinal na Região Europeia (53 países) seja de apenas 24% e que metade da população idosa e 40% dos profissionais de saúde ainda estejam desprotegidos. Ele aponta a presença das 3 condições para uma nova onda de excesso de hospitalizações e mortes antes do outono: novas variantes, déficit na vacinação e aumento de contatos sociais.

A **Eurocopa**, citada no pronunciamento de Kluge, foi motivo de debate na OMS e é cogitada como fonte de um possível aumento de casos na população do Reino Unido, notadamente entre os homens<sup>35</sup>. A partida final entre Itália e Inglaterra reuniu mais de 60 mil pessoas, além das aglomerações que ocorreram em residências ou nas ruas. A vitória da Itália, ajudou a dissipar as multidões, num contexto de progressão da altamente contagiosa variante Delta. Ainda assim, Boris Johnson anunciou que o uso de máscara e as regras de distanciamento deixarão de ser obrigatórias a partir de 19 de julho.

O número de novos casos aumenta no Reino Unido, em Portugal e na Espanha. Estudo do ECDC informa que a variante Delta é 40% a 60% mais transmissível do que a Alpha e deve vir associada a maior risco de hospitalizações. Outra conclusão do estudo é que quem recebeu apenas a primeira, de duas doses, está menos protegido contra a variante Delta do que em relação a outras variantes, independentemente do tipo de vacina. Em compensação, o esquema completo de vacinação garante quase a mesma proteção.<sup>36</sup>

Fazendo coro com a OMS Europa, que anuncia a predominância da variante Delta em agosto, o ECDC alerta objetivamente sobre o perigo da flexibilização das medidas sociais e não farmacológicas. O estudo dá conta que, num cenário de redução gradual de 50% das medidas de intervenção não farmacêutica (NPI) até 1º de setembro, espera-se aumento da incidência do Sars-CoV-2 em todas as faixas etárias, com maior incidência naqueles com mais de 50 anos. Os cenários modelados indicam que qualquer relaxamento durante o verão, pode levar a um aumento rápido e significativo dos casos diários, hospitalizações e mortes.

Outro relatório do ECDC, traz uma segunda atualização sobre a Covid-19 em crianças e o papel dos ambientes escolares na transmissão<sup>37</sup>. O documento reconhece que crianças de todas as idades são suscetíveis ao vírus e podem transmitir a doença. No entanto, sugere que crianças mais novas, transmitem com menos do que adultos. Além disso, crianças de 1 a 18 anos apresentam taxas mais baixas de hospitalização e doenças graves. Assim, pondera que, embora

---

<sup>35</sup> <https://br.noticias.yahoo.com/covid-multid%3b5es-sem-m%3ba1scara-vit%3b3ria-145725854.html>

<sup>36</sup> <https://www.ecdc.europa.eu/en/publications-data/threat-assessment-emergence-and-impact-sars-cov-2-delta-variant>

<sup>37</sup> <https://www.ecdc.europa.eu/en/news-events/covid-19-children-and-role-school-settings-transmission-second-update>

o fechamento de escolas possa contribuir para uma redução na transmissão como medida de último recurso, o fechamento em si é insuficiente para prevenir a transmissão na comunidade na ausência de outras intervenções não farmacêuticas. Por outro lado, ainda que a cobertura vacinal esteja aumentando, o estudo alerta para a importância do preparo de alto nível nos sistemas educacionais para o ano escolar de 2021-2022, dado o risco contínuo de transmissão entre crianças não vacinadas.

O Gabinete Estatístico da UE, Eurostat, lançou publicação interativa com dados demográficos da Europa, demonstrando que a UE registrou em 2020 o maior número anual de mortes verificadas em 60 anos, em função da pandemia do coronavírus, o que contribuiu para uma leve redução da população no bloco. Do início do milênio até 2019, a população da UE cresceu de forma constante, principalmente devido à migração. Esta tendência foi interrompida em 2020, quando a população total da UE diminuiu em cerca de 312.000 pessoas (de 447,3 milhões em 01/2020 para 447,0 em 01/2021), provavelmente devido ao impacto da pandemia. De acordo com a Eurostat, os países da UE registraram um total de 5,2 milhões de óbitos em 2020, com um crescimento de 11% em relação a 2019, quando as mortes somaram 4,7 milhões. O número de mortos aumentou em todos os países da UE durante este período, mas particularmente na Itália, com 111.700 mortes, 18% a mais do que no ano anterior. A mesma tendência também se verificou na Espanha (+18%) e na Polônia (+17%), segundo dados da agência europeia de estatísticas. O número de nascimentos também continua em queda. O balanço natural (diferença entre o número de nascimentos e o número de óbitos) é negativo desde 2012 (exceto em 2014, quando foi igual a zero) e vem diminuindo desde 2016<sup>38</sup>.

A presidência rotativa da EU se despediu de Portugal em 1º de julho, quando o posto foi assumido pela Eslovênia, que ao menos no discurso, segue priorizando a construção de uma União Europeia da Saúde, o reforço da autonomia estratégica da UE e a melhora de sua capacidade de garantir medicamentos e dispositivos médicos, facilitando sua pesquisa, desenvolvimento e produção, apoiando a “ambiciosa” proposta de estabelecer uma Autoridade de Prontidão e Resposta a Emergências de Saúde (HERA)<sup>39</sup>. Também compõe a lista de prioridades, a efetiva implementação NextGenerationEU e do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, para facilitar a adoção de planos de recuperação nacionais e acelerar a transição verde e digital.

Contudo, pairam muitas dúvidas e incertezas sobre a condução eslovena do bloco<sup>40</sup><sup>41</sup>. Seu primeiro-ministro conservador Janez Janša, é visto como seguidor da Hungria e da Polônia, no movimento de minar o Estado de Direito e os valores democráticos na UE. Janša é acusado de minar os pilares da democracia de seu país, especialmente a mídia e de usar a pandemia para promover prioridades não relacionadas, como restringir direitos de organizações ambientais, e tentar forçar outras, como dar poder de policiamento aos militares. Matéria do “Político” diz que ele tentou banir o Levica - o terceiro maior partido de oposição da Eslovênia; mudou-se para expulsar ONGs de propriedades estatais; recusou-se a financiar a Agência de Imprensa da Eslovênia, serviço estatal independente de notícias; interferiu com o trabalho do Ministério

<sup>38</sup> <https://ec.europa.eu/eurostat/web/products-eurostat-news/-/edn-20210709-1>

<sup>39</sup> <https://slovenian-presidency.consilium.europa.eu/en/programme/priorities/>

<sup>40</sup> <https://euobserver.com/democracy/152330>

<sup>41</sup> <https://foreignpolicy.com/2021/06/30/slovenia-janez-jansa-trumpian-populist-illiberal-european-council-presidency/>

<sup>42</sup> <https://www.theguardian.com/world/2021/jul/04/imposing-imaginary-values-risks-eu-collapse-slovenian-president-claims>

Público, bem como do Ministério Público Europeu; foi indiciado por acusações de corrupção; e criou um clima de hostilidade - especialmente em relação aos seus detratores - por meio de sua conta no Twitter<sup>43</sup>.

Oligarcas alinhados com o primeiro-ministro da Hungria, Viktor Orbán, compraram várias propriedades da mídia eslovena, incluindo a segunda maior estação de TV comercial do país, a Planet TV. Mais recentemente, a venda do importante portal de notícias Siol.net foi abruptamente interrompida depois que um comprador húngaro em potencial foi superado. De acordo com o “Político”, o modelo húngaro, que os líderes europeus há muito não podem ou não querem desafiar, está se espalhando. Se for permitido que isso aconteça na Eslovênia - e nos próximos seis meses, em Bruxelas - a UE estará abençoando práticas antidemocráticas. Orbán, na sua qualidade de primeiro-ministro húngaro, já prejudicou a capacidade da UE de adotar posições de política externa de princípios (por exemplo, sobre direitos humanos na China) e oferecer boa governança (juntando-se ao governo polonês para se opor à condicionalidade do Estado de direito para Fundos da UE. Apesar dos limitados poderes burocráticos do Conselho da UE, Janša pode agravar esses problemas nos próximos seis meses.

A propósito, a Hungria, movimentou o cenário político da UE ao anunciar um projeto de lei que proibirá a exibição de conteúdos ligados à homossexualidade em materiais educativos, no horário nobre da TV ou em filmes e produções voltados para crianças. O primeiro-ministro holandês Mark Rutte, desafiou o líder da Hungria a retirar a lei ou retirar o país da UE. Janša respondeu que a imposição de uma visão estrangeira pelos Estados membros ocidentais foi o “caminho mais rápido para o colapso” do bloco e criticou o duplo padrão europeu: “Existem diferenças que devem ser tidas em consideração e respeitadas e penso que existe uma divisão clara entre as competências nacionais e europeias. Você não julga uma pessoa com base em valores europeus imaginários, e padrões duplos são usados, então eu acho que este é o caminho mais rápido para o colapso. Até 30 anos atrás, a Eslovênia vivia na ex-Iugoslávia e era supostamente federal. Havia cinco ou seis nações, três religiões, seis repúblicas, duas províncias autônomas e o país se desintegrou por motivos diversos, mas o último prego no caixão foi quando algumas pessoas começaram a usar critérios especiais para si mesmas, aplicando critérios duplos. A UE sem Europa central não é uma união europeia - será apenas uma casca e todos devemos estar cientes disso”, disse ele, conforme o The Guardian<sup>44</sup>.

Para o “Político”, os líderes europeus não devem conceder a Janša a mesma leniência que deram ao seu homólogo húngaro na ocasião de sua presidência rotativa. Alerta para o fato de que Janša está fazendo do Estado de Direito uma prioridade da presidência da Eslovênia, mas o problema é que ele a entende mais como um porrete político do que como um princípio de governança democrática. Assim, a declaração aparentemente inócua no programa presidencial da Eslovênia de que “a UE deve tratar todos os estados membros ... igualmente” deve ser lida à luz da afirmação anterior de Janša de que “[alguns] grupos políticos ... estão abertamente ameaçando usar o instrumento erroneamente chamado de 'regra da lei', a fim de disciplinar os Estados-Membros individuais da UE”<sup>45</sup>.

---

<sup>43</sup> <https://www.politico.eu/article/slovenia-eu-presidency-begins-prime-minister-janez-jansa-european-union/>

<sup>44</sup> <https://www.theguardian.com/world/2021/jul/04/imposing-imaginary-values-risks-eu-collapse-slovenian-president-claims>

<sup>45</sup> <https://www.politico.eu/article/slovenia-eu-presidency-begins-prime-minister-janez-jansa-european-union/>

Em outra matéria sobre o tema, o The Guardian, classifica como difícil, o lançamento da presidência eslovena na quinta-feira, 1/7. Segundo o periódico, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, convidou Janša a informar quando seu governo nomearia dois funcionários para examinar os gastos de bilhões de fundos de recuperação da UE. A Eslovênia não nomeou procuradores para o Ministério Público Europeu, que tem como missão contestar o abuso de dinheiro da UE. Foi confirmado na semana passada que a Eslovênia receberá € 2,5 bilhões do um fundo de recuperação e resiliência da UE, de € 800 bilhões. A promotora-chefe europeia, Laura Codruța Kövesi, descreveu a Eslovênia como um “enorme risco”<sup>46</sup>.

Para o primeiro-ministro esloveno, os membros mais novos da UE - a Eslovênia ingressou em 2004 - estavam sendo tratados de maneira rude pela comissão: “Não somos uma colônia - não somos membros de segunda classe da UE. Insistimos que precisamos do mesmo tratamento. Sim, existem tentativas de que pelo menos os países menores na UE sejam tratados como de segunda classe. Saímos do antigo país do qual fazíamos parte porque fomos tratados como segunda classe”, fazendo alusão à antiga Iugoslávia<sup>47</sup>.

Um dos desafios da presidência eslovena é a negociação em curso na OMC, com vistas à suspensão de determinados direitos de propriedade intelectual relacionados à vacinas anti-Covid. A UE opõe-se à derrogação e a Comissão elaborou a sua própria contra-proposta. O Parlamento Europeu, contudo, votou a favor da renúncia, dividindo as três instituições da UE, com a Comissão e o Conselho de um lado, e o Parlamento (embora nem todo ele), do outro. Este último, é apoiado por centenas de grupos da sociedade civil que afirmam que uma renúncia ajudaria a produzir mais vacinas. A França e a Itália sinalizaram que podem estar abertas a uma renúncia, mas a Alemanha não se manifestou<sup>48</sup>.

Em uma resolução adotada com 355 votos a favor, 263 contra e 71 abstenções, o Parlamento propõe o início das negociações para uma renúncia temporária do Acordo TRIPS da OMC sobre patentes para melhorar o acesso global a produtos médicos acessíveis relacionados ao Covid-19 e para lidar com as restrições de produção global e escassez de suprimentos. Apesar disso, os eurodeputados também apontam para a ameaça que uma dispensa indefinida do Acordo TRIPS representaria para o financiamento da investigação, em particular para investigadores, investidores, programadores e ensaios clínicos. Reconhecem que licenciamento voluntário, know-how e transferência de tecnologia para países com indústrias produtoras de vacinas são a forma mais importante de escalar e acelerar globalmente produção a longo prazo, disseram os eurodeputados. Para resolver os gargalos de produção, os eurodeputados apelam à UE “para eliminar rapidamente as barreiras à exportação e substituir o seu próprio mecanismo de autorização de exportação por requisitos de transparência nas exportações”. Os EUA e o Reino Unido, por sua vez, deveriam “abolir imediatamente sua proibição de exportação de vacinas e matérias-primas”, afirmam<sup>49</sup>.

---

<sup>46</sup> <https://www.theguardian.com/world/2021/jul/04/imposing-imaginary-values-risks-eu-collapse-slovenian-president-claims>

<sup>47</sup> <https://www.theguardian.com/world/2021/jul/04/imposing-imaginary-values-risks-eu-collapse-slovenian-president-claims>

<sup>48</sup> <https://www.politico.eu/article/slovenian-presidency-policy-problems/>

<sup>49</sup> <https://www.europarl.europa.eu/news/en/press-room/20210604IPR05514/parliament-calls-for-temporary-covid-19-vaccine-patent-waiver>



A **Índia** continua sua luta contra o Sars-CoV-2 e suas quatro variantes importantes: o consórcio nacional de genômica SARS-CoV-2 (INSACOG<sup>53</sup>) detectou as variantes Alfa, Beta, Gama, Delta (e Delta Plus) em 35 estados e distritos do país - não há ainda presença da variante Lambda. Até agora (07/07). Além das vacinas produzidas pelo maior produtor mundial, o Instituto Serum, cuja exportação foi suspensa para priorizar a urgência interna, o país está já recebeu doses de vacina Pfizer, através da iniciativa COVAX, e doses da Moderna, doadas pelo governo americano.

Mas o coronavírus não é a única preocupação das autoridades de saúde do país; além do aumento dos casos de fungo negro, que pode ser mutilante e mortal, foram registrados casos de Zika no Sudoeste do país: a primeira paciente é uma mulher grávida de oito meses. Outros casos de Zika também foram registrados no estado do Rajastão, noroeste da Índia, divisa com Paquistão – onde ¾ das terras é deserto. *Aedes aegypti* como vetor.

E como nada na Índia é simples, a pandemia segue revelando as mazelas do sistema de saúde, uma delas: a falta de limpeza nos hospitais – inclusive privados. A falta de higiene está provocando uma onda de contaminação pelo fungo branco *Aspergillus*, que desenvolve infecções pulmonares necrosantes e mortais. O fungo é comumente encontrado em instalações com limpeza e ventilação inadequadas, onde há mofo e materiais contaminados. Conhecido como causador da Síndrome do Prédio Doente, o fungo branco atinge os sistemas imunológicos debilitados<sup>54</sup>. Acionado por uma ONG local, o Tribunal Superior indiano determinou que as clínicas e hospitais devem supervisionar a limpeza e higiene mais severamente.<sup>55</sup> Mal preparados, as clínicas e hospitais estão sofrendo com falta de médicos. Além de poucos – são 90 médicos para cada 100 mil habitantes - eles estão abandonando o trabalho por falta de segurança – virou moda espancar médicos – e sem proteção legal.

A pandemia no **Oriente Médio** segue castigando os países mais devastados pelos conflitos recentes e violências internas, que sofrem com restrições de circulação e falta de acesso a serviços de saúde ou com serviços precários (Territórios Palestinos, Afeganistão, Líbano, Síria, Iraque, Yemen), e com sanções impostas (Irã) de tal forma que em alguns países a COVID-19 é só mais um desafio em meio a uma lista de muitos: desemprego, inflação, insegurança alimentar, falta de energia elétrica, instalações precárias, falta de acesso à educação, mulheres e meninas mais vulneráveis, perdas de familiares, de pertences e de memórias, saúde mental, mutilações.

No **Afeganistão**, as autoridades do Programa Expandido de Imunização tiveram que ser criativas para driblar os ataques do Talibã, que em poucos dias ampliou seu domínio para várias regiões do país. O governo afegão tem usado caminhos comuns de transporte de gêneros como arroz, nos quais ocultam caixas refrigeradas para transportar as vacinas – com risco de perda se o prazo passar dos quatro dias, devido a bloqueios nas estradas. Essa tática tem sido usada desde que o Talibã apreendeu uma remessa de vacina. As autoridades afegãs tiveram que negociar com os líderes do grupo extremista para que a carga chegasse com segurança aos

---

<sup>53</sup> O INSACOG é um consórcio multinacional de Laboratórios de Sequenciamento de Genomas (RGSLS). [https://economictimes.indiatimes.com/news/india/covid-19-variants-of-concern-found-in-174districts/articleshow/84205133.cms?utm\\_source=contentofinterest&utm\\_medium=text&utm\\_campaign=cppst](https://economictimes.indiatimes.com/news/india/covid-19-variants-of-concern-found-in-174districts/articleshow/84205133.cms?utm_source=contentofinterest&utm_medium=text&utm_campaign=cppst)

<sup>54</sup> [Aspergillus fumigatus: características, morfologia, doenças - Maestrovirtuale.com](https://economictimes.indiatimes.com/news/india/bombay-hc-says-government-hospitals-in-maharashtra-must-have-committees-to-oversee-hygiene/articleshow/84205234.cms)

<sup>55</sup> <https://economictimes.indiatimes.com/news/india/bombay-hc-says-government-hospitals-in-maharashtra-must-have-committees-to-oversee-hygiene/articleshow/84205234.cms>

postos. Admirável o otimismo dos coordenadores do PEI, que vêm nessa negociação uma oportunidade de incluir outras vacinas necessárias, como Sarampo e Poliomielite.<sup>56</sup>

**Irã** enfrenta sua 5ª onda e a nova variante Delta<sup>57</sup> - é o país mais atingido do Oriente Médio<sup>58</sup> - e agora precisa lidar com milhares de refugiados vindos do Afeganistão, fugidos do avanço do Talibã – segundo autoridades, a variante Delta foi trazida por eles. Em discurso em uma TV estatal, com um tom pessoal, o atual presidente, Hassan Rouhani (em agosto passará o bastão para o presidente eleito, Ebrahim Raisi), reconheceu que deveriam ter sido mais atentos e cuidadosos e chamou atenção que só cerca de 69% das pessoas seguem observando os protocolos recomendados. Teerã e mais 91 cidades estão classificadas como Zona Vermelha. Viagens internas estão restritas, comércios não essenciais fechados e recomendação de trabalho home office.

O governo atribui a lenta vacinação às sanções americanas, mas para quem acompanhou a pandemia no Irã desde o início, dá para compreender o tom incomum do discurso de Rouhani: por ordem do aiatolá Khamenei, as restrições para controle da COVID-19 demoraram muito a serem colocadas em práticas – houve discurso que Alá protegeria -; e quando o governo começou a se mexer para adquirir vacinas, houve recomendações para evitar as vacinas americanas. O país encomendou à COVAX 16,8 milhões de doses, mas recebeu pouco mais de 4 milhões (AstraZeneca); licenciou para uso público duas vacinas produzidas localmente, incluindo uma em parceria com Cuba; também coopera com a Rússia na produção da Sputnik V.

O país vive um verão escaldante com agravamento da seca e baixa dos reservatórios de água, provocando blecautes que paralisam as indústrias, interrompe as telecomunicações, levando a protestos nas redes sociais e manifestações antigovernistas. O sistema de geração de energia é velho, sem manutenção (aí sim, culpa das sanções) e não acompanhou o crescimento das cidades e novas demandas. O governo iraniano precisou aumentar a importação de energia de seus vizinhos (Turcomenistão, Azerbaijão e Armênia), que também sofrem com a seca e baixa dos reservatórios.<sup>59</sup>

O Ministério das Relações e Expatriados da **Palestina** solicitou ao Conselho de Segurança da ONU que assumam as [responsabilidades legais](#) e tomem medidas para forçar Israel a cumprir o que estipula o acordo do direito internacional<sup>60</sup> e levantar as restrições impostas, principalmente na Faixa de Gaza, cujas restrições severas de movimento impedem que as pessoas se desloquem para obter tratamento médico (pacientes com câncer não têm mais acesso aos tratamentos, por exemplo), ou de receber suprimentos e medicamentos, agravando a saúde da população já tão incapacitada pela Covid-19 e pelos recentes conflitos. Quedas de energia só pioram o precário funcionamento de atividades de atendimento. Os relatórios da

---

<sup>56</sup> [Otimismo engenhoso: Combate ao COVID-19 no Afeganistão | Gavi, a Aliança de Vacinas](#)

<sup>57</sup> [Irã em risco de quinta onda Covid-19 como variante Delta se espalha: Hassan Rouhani - Times of India \(indiatimes.com\)](#)

<sup>58</sup> Com população de mais de 83 milhões, que se somam a milhares de refugiados sírios, afegãos e iraquianos, o Irã já soma 3.355.786 casos e 85.694 óbitos.

<sup>59</sup> [Irã aumenta importações de eletricidade dos vizinhos - Teerã Times \(tehrantimes.com\)](#)

<sup>60</sup> O direito internacional determina que, se um país ocupa um território, ele deve garantir segurança, alimentação, direito à saúde e à educação para a população do território ocupado. Não é o que Israel está fazendo nos territórios ocupados da Cisjordânia e Faixa de Gaza.

ONU e da OMS para o Mediterrâneo Oriental<sup>61</sup> já apontaram a gravidade da situação. Esse foi o quarto conflito

O Banco Mundial estimou o custo de reconstrução de Gaza em U\$ 485 milhões de dólares. Segundo o diretor do BM para Cisjordânia e Gaza, Kanthan Shankar, o desemprego já chega a 50%: 36% dos desempregados são jovens, especialmente em Gaza, e 91% são mulheres<sup>62</sup>. A nova estratégia do Banco Mundial para os territórios palestinos visa a proteger vidas e meios de subsistência e colocar a agenda de empregos na vanguarda de sua estratégia. A situação vem se agravando desde 2007, quando o grupo paramilitar Hamas tomou o poder das forças palestinas e provocou o bloqueio total de Israel.

#### **Situação Territórios palestinos ([Relatório da agência da UNCTAD/ONU](#))**

A política de demolição das casas dos cidadãos e a política de limpeza étnica provocam reações internacionais generalizadas. Em um relatório emitido pela Missão Humanitária das Nações Unidas (OCHA), foi relatado que as autoridades de ocupação haviam demolido pelo menos 421 edifícios de propriedade palestina desde o início deste ano, incluindo 130 edifícios financiados por doadores. De acordo com o relatório, as demolições deslocaram 592 pessoas, incluindo cerca de 320 crianças, em toda a Cisjordânia. Por sua vez, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) considerou a demolição do exército israelense da vila de Homsa al-Fuqa, no norte da Cisjordânia, "uma força para a dignidade humana". O comitê pediu a Israel para garantir que a população palestina viva o mais normal possível nos territórios que ocupa, de acordo com suas leis, cultura e tradições."

A União Europeia ressaltou que a política de assentamento de Israel era ilegal sob o direito internacional, bem como medidas unilaterais como transporte forçado, despejo, demolição e confisco de casas, o que só levaria a um ambiente já tenso e mais violência e sofrimento humano, pedindo às autoridades israelenses que parassem imediatamente essas atividades e fornecessem licenças adequadas para a construção legal e o desenvolvimento das comunidades palestinas.

#### **O Efeito Borboleta<sup>63</sup> da saída dos EUA do Afeganistão – entram em cena novos atores na geopolítica do Oriente Médio**

A saída das tropas americanas do Afeganistão, depois de 20 anos de ocupação, foi fruto de um acordo assinado em fevereiro de 2020, entre EUA, Talibã e governo afegão. O acordo previa a retirada das tropas americanas e da OTAN, de um lado, e, de outro, pelo Talibã, a promessa de cortar laços com Al Qaeda e outros grupos terroristas. Um governo conjunto afegão e talibã seria negociado numa rodada de conversas futura. O acordo foi assinado pelo ex-governo Trump e está sendo cumprido a todo vapor pelo governo Biden - sem muito cuidado, segundo críticos e especialistas no tema. À princípio, a retirada americana está acentuando a crise política e humanitária; o país vive uma onda de violência e já há milhares de refugiados

---

<sup>61</sup> [Relatório A74/22](#) apresentado na Assembleia Mundial da Saúde deste ano de 2021. Em 2015, a agência da ONU, UNCTAD, já apontava a [péssima situação imposta aos territórios](#), após três guerras com Israel (2009, 2012 e 2014). E só piorou após o recente conflito de 11 dias, pelos mesmos motivos.

<sup>62</sup> Isso contribuiu enormemente para o aumento da violência contra mulheres e meninas.

<sup>63</sup> O Efeito Borboleta é uma expressão utilizada na Teoria do Caos para fazer referência à sensibilidade em relação a pequenas perturbações nas condições iniciais. Foi descrito pela primeira vez pelo meteorologista estadunidense, Edward Lorenz, quando trabalhava em equações para modelar a evolução do clima. Segundo o fenômeno, o bater de asas de uma borboleta no Brasil pode desencadear uma sequência de fenômenos meteorológicos que provocarão um tornado no Texas.

que buscaram asilo no Irã e no Tadjiquistão. O Talibã já controla 80 distritos no país e se move para controlar capitais<sup>64</sup>. Por outro lado, a permanência americana no país não garante a paz nem a estabilidade. Não há uma solução simples.<sup>65</sup> E um governo exclusivamente talibã levaria o Afeganistão de volta à idade das trevas; o grupo defende seguir à risca a Sharia, a Lei Islâmica.

Preocupados com a instabilidade na região e crescimento do Talibã, que mantém relações com outros grupos terroristas, os governos de Estados se articulam bilateral e trilateralmente para garantir uma solução pacífica. Por seu lado, o Talibã começa a pensar como governo e entender a importância das relações econômicas e diplomáticas.

### **Irã intermedeia negociação de paz entre Talibã e governo afegão**

O Irã e Turquia vêm protagonizando diversas articulações e reuniões com aliados (e não aliados) na região, buscando um caminho de paz, segurança e cooperação econômica. E o acordo de paz que começa a ser estabelecido entre governo afegão e o Talibã é fruto de muitas idas e vindas e negociações. Antes da cúpula da paz, Turquia, Afeganistão e Irã estiveram reunidos no final de junho para trabalhar o apoio a negociações intra-afegãs, visando um acordo político justo e duradouro. Também acordaram em aumentar a cooperação nos campos de transporte, comércio, energia e infraestrutura. Outra articulação envolveu o Afeganistão e o Paquistão, também negociado pelo Irã.<sup>66</sup>

E o Irã sediou o primeiro encontro entre o alto escalão dos dois rivais, que teve como mediador o Ministro das Relações Exteriores do Irã, Zarif (ele teve papel importante nas pré-negociações), que lembrou aos presentes que eles tomariam decisões difíceis, mas importantes para o futuro do país; também lembrou que o ambiente deve ser inclusivo para todos os grupos afegãos.<sup>67</sup> O Irã conseguiu um grande avanço no processo de paz e contra o terrorismo no país vizinho.



Essa foto é muito representativa, pois até recentemente, autoridades talibãs não admitiam sentar com o governo afegão para negociar. Fonte: [Teerã Times](#)

<sup>64</sup> [India News, India News Live e Breaking News Today | Hindustan Times](#)

<sup>65</sup> <https://english.ahram.org.eg/NewsContentP/4/416739/Opinion/Withdrawing-from-Bagram-.aspx>

<sup>66</sup> [Iran hosts intra-Afghan talks, says Afghans must take 'tough decisions' - Tehran Times](#)

<sup>67</sup> [Irã sedia negociações intra-afegãs, diz que afegãos devem tomar 'decisões difíceis' - Teerã Times \(tehrantimes.com\)](#)

Nesse cenário geopolítico que vai se configurando com novos atores, várias reuniões e conversas foram estabelecidas. A Cimeira de Bagdá reuniu Egito, Jordânia e Iraque e foi assim chamada para receber outros países árabes para estabelecer laços econômicos e coordenar posições políticas.<sup>68</sup> A abertura da cimeira ganhou festa com apresentações das múltiplas culturas iraquianas. O governo do Iraque espera projetos econômicos de grande escala, como a ligação das redes elétricas e oleodutos e uma nova cidade industrial – o governo enfrenta protestos contra os cortes de energia, enquanto o país vive calor de 50°. Mas o importante é que os três países compartilham pontos de vista: a causa palestina; a crise na Líbia, Síria e Yemen; a luta contra o terrorismo. E os três gozam de vantagens em círculos diferentes: a Jordânia tem excelentes relações com os EUA e pode esfriar as tensões entre América e Iraque e, conseqüentemente, diminuir a pressão do Irã sobre o Iraque; o Egito tem boas relações com países europeus; Iraque também pode expandir seu papel na mediação com Turquia; juntos, Jordânia e Egito<sup>69</sup> têm papéis importantes na intrincada e complexa estabilidade entre Israel e Palestina. Mas esse é um outro capítulo, com muitos atores e envolve uma busca mais ampla de paz.

Algumas peças, nesse sentido, começam a ser jogadas. Turquia mantém conversas com o presidente palestino e o novo presidente de Israel, Isaac Herzog. O país de Erdogan tem boas relações com a Europa, principalmente com Alemanha<sup>70</sup>, e se comprometeu a apoiar política e diplomaticamente a palestina nos fóruns internacionais, a contribuir para o combate à pandemia na Palestina (não na Faixa de Gaza), promover turismo e comércio. De seu lado, a Palestina pode hospedar empresas turcas<sup>71</sup> O Rei da Jordânia conversou com o presidente israelense, ressaltando a importância de trabalhar por uma paz mais justa e abrangente, com base em uma solução de dois estados – a ocupação segue com violência – é urgente intensificar esforços para essa solução. Com o novo Primeiro Ministro israelense, concordam em abrir nova página nos laços Israel-Jordânia - Israel vai fornecer água para Jordânia<sup>72</sup>. Qatar, Turquia e China conversam para avançar nos caminhos da Rota da Seda – transporte, energia, infraestrutura.

Ainda é cedo para saber se esses novos arranjos trarão um pouco mais de paz, segurança e retomada econômica para as populações da região. São muitas rivalidades históricas e muitos grupos fundamentalistas. Certas forças regionais desejam perpetuar as tensões. Israel é uma potência, mas não é força de estabilidade regional. A disputa entre Arábia Saudita e Irã; a influência forte, até então, dos Estados Unidos e da Rússia na região, governos teocráticos, financiamentos de grupos de resistência e a rivalidade entre Israel e Irã, que é muito mais complexa do que podemos enxergar, podem fragilizar a evolução do novo cenário. Os novos atores estão empenhados, de fato. Profundos processos de reforma em andamento em várias potências árabes importantes estão enfatizando o desenvolvimento social e econômico e a cooperação regional. A retomada econômica é necessária. Combater os efeitos das mudanças climáticas na região é urgente. A recuperação das estruturas de saúde e de educação é fundamental. Refugiados poderiam ser repatriados e reencontrar familiares.

---

<sup>68</sup> <https://english.ahram.org.eg/NewsContentP/4/416742/Opinion/A-turning-point.aspx>

<sup>69</sup> <https://english.ahram.org.eg/NewsContentP/4/416246/Opinion/Three-in-one.aspx>

<sup>70</sup> [Jansa: &quot;A Turquia está se tornando um dos jogadores mais importantes do Mediterrâneo&quot;; \(trt.net.tr\)](https://www.trt.net.tr)

<sup>71</sup> [Erdogan instrui coordenação total com a Palestina para apoiá-la política e diplomaticamente \(alquds.com\)](https://www.alquds.com)

<sup>72</sup> [Rei da Jordânia recebe telefonema do presidente israelense \(alquds.com\)](https://www.alquds.com)

### **Fórum político de alto nível sobre desenvolvimento sustentável (HLPF)**<sup>73</sup>

Até o dia 15 de julho estará acontecendo (começou dia 6/7) o Fórum Político de Alto Nível, plataforma central das Nações Unidas para o acompanhamento e revisão da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com participação plena e efetiva de todos os Estados Membros das Nações Unidas e Estados membros das agências. O evento inclui a reunião ministerial de três dias do Fórum, convocada pelo Conselho Econômico e Social – ECOSOC, da ONU. Ao final, o HLPF adotará uma Declaração Ministerial como resultado de sua sessão.<sup>74</sup>

Com o tema ***"Recuperação sustentável e resiliente da pandemia COVID-19 que promove as dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável: construindo um caminho inclusivo e eficaz para o cumprimento da Agenda 2030 no contexto da década de ação e entrega para o desenvolvimento sustentável"***, estão sendo discutidas políticas e opções de cooperação internacional que podem controlar a pandemia e seus impactos, e ainda garantir uma recuperação sustentável e resiliente da COVID-19 para retomar o caminho da Agenda 2030. A pandemia trouxe perdas e retrocessos profundos.<sup>75</sup>

Como parte de seus mecanismos de acompanhamento e revisão, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável incentiva os Estados membros a realizar revisões regulares e inclusivas do progresso nos níveis nacional e subnacional, 42 países apresentaram seus relatórios<sup>76</sup>. Entre eles, Afeganistão, Azerbaijão, Butão, China, Coreia do Sul, Dinamarca, Egito, Indonésia, Iraque, Japão, Laos, Malásia, Ilhas Marshall, Qatar, Tailândia.

Como o Afeganistão foi um dos destaques desse informe, pelo início de acordo de paz entre Talibã e governo afegão, segue [aqui o relatório](#) apresentado no Fórum. E [aqui, o relatório](#) apresentando pela Indonésia, que vive seu pior momento na pandemia.

### **A luta contra o terrorismo foi tema de duas grandes reuniões, no final de junho**

A ONU realizou a Segunda Conferência de Alto Nível dos Chefes das Agências Antiterroristas dos Estados-Membros. Em seu [discurso de abertura](#), o Secretário Geral, António Guterres, falou que a luta contra o terrorismo teve avanços importantes, no entanto, a ameaça persistiu e se diversificou. Acontecendo a cada dois anos, a Semana de Contraterrorismo contou com a participação de representantes de governos e entidades da sociedade civil, do setor privado, da academia e parceiros das Nações Unidas.

Grupos terroristas e extremistas e fundamentalistas como Al Qaeda e ISIS (Estado Islâmico) continuam influenciando outros e tentando lucrar com problemas, dificuldades e crises que foram ampliadas com a pandemia da Covid-19 pelo mundo. Continuam a explorar as queixas sociais e os estereótipos de gênero para inspirar atores solitários e cooptar outros grupos. E a perda de território no Oriente Médio (Síria e Iraque) levou-os para a África, onde a dura realidade ajuda a fomentar os movimentos jihadistas<sup>77</sup>: instabilidade política e econômica,

<sup>73</sup> <https://sustainabledevelopment.un.org/hlpf/2021>

<sup>74</sup> <https://sustainabledevelopment.un.org/hlpf/2021#outcome>

<sup>75</sup>

[https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/28587Easy\\_Read\\_Document\\_for\\_the\\_HLPF\\_2021.pdf](https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/28587Easy_Read_Document_for_the_HLPF_2021.pdf)

<sup>76</sup> <https://sustainabledevelopment.un.org/vnrs/#VNRDatabase>

<sup>77</sup> Jihad, em árabe, significa "esforço" ou "luta". No islã, pode significar a luta interna de um indivíduo contra instintos básicos, o esforço para construir uma boa sociedade muçulmana ou uma luta armada contra os infiéis. Os jihadistas acreditam que a luta violenta é necessária para erradicar os adversários do islão e impor a Lei Islâmica, a Sharia.

falta de opção e de oportunidades, pobreza, rivalidades, inexistência de identidade e de pertencimento são fragilidades que facilitam a cooptação de indivíduos e/ou grupos. Por hora, as tentativas na Ásia não têm ganhado força; são individuais.

Exatamente com o mesmo tema, mas com propostas mais concretas, aconteceu em Roma a reunião da Coalizão Internacional na Luta Contra o ISIS<sup>78</sup> que reuniu autoridades de 83 países e de organizações internacionais, com objetivo de impedir a expansão do grupo extremista Estado Islâmico para a África<sup>79</sup>. A diversidade do atores participantes da reunião busca uma coalizão global através da inteligência, diplomacia, ação militar, pressão econômica, aplicação das leis com a finalidade de derrotar a organização terrorista considerada mais bruta. Ficou definido que a coalizão vai criar um Grupo de Trabalho para a África e a força tarefa vai trabalhar em várias frentes: cortes de financiamentos e fundos; exposição da verdadeira natureza do EI, ações militares, entre outras. Mas, se já se sabe as fragilidades que abrem caminho para os jihadistas, atacar as causas dessas fragilidades também seria bom caminho. Mas produzir armas e vendê-las é bom para a economia americana.

### **8ª Conferência Ministerial sobre Mulheres – Organização de Cooperação Islâmica<sup>80</sup>**

A Conferência teve como tema “Preservando os ganhos da igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres à luz da pandemia do Coronavírus e além” e como objetivo maior o lançamento da Organização para o Desenvolvimento da Mulher (WDO) que ganhou sede permanente no Egito. A WDO é a primeira organização internacional, no âmbito da OIC, especializada na promoção e proteção dos direitos das mulheres em todos os estados membros da Organização de Cooperação Islâmica.

A Conferência está ocorrendo em um momento em que o mundo precisa imperativamente de uma maior participação das mulheres nas esferas política, econômica, social e cultural. Discute melhores práticas, as necessidades e os desafios específicos enfrentados pelas mulheres diante da realidade imposta pela pandemia. Os documentos bases para o debate foram: Políticas da OIC para o gênero e o estudo realizado pela comissão independente para Direitos Humanos sobre Gênero e Justiça de Gênero de uma perspectiva Islâmica

### **Vacinação**

Estados Unidos praticando a diplomacia da vacina. Doou 2,5 milhões de dose da vacina para o Paquistão, no mesmo momento que entrega a principal base americana no Afeganistão. O PM paquistanês, Imran Khan, falou no parlamento que não vai autorizar abertura de base americana no país. Afirmou que o Paquistão será parceiro dos EUA para a paz, não para a Guerra. Também doou mais de milhões de doses de vacina para Índia – seu parceiro mais importante contra a China – no mesmo momento que anuncia uma série de sanções a 34 empresas e entidades relacionadas direta ou indiretamente à China, Rússia e Irã, por “atividades contrárias à política externa e aos interesses de segurança nacional”. Tensão aumenta e Índia desloca 25

<sup>78</sup> [Sobre nós - A Coalizão Global para Derrotar o ISIS - Departamento de Estado dos Estados Unidos \(state.gov\)](https://www.state.gov/about-us/press-releases/2020/04/20200414-coalition-against-isis)

<sup>79</sup> [Secretário Antony J. Blinken e ministro das Relações Exteriores italiano Luigi Di Maio em uma coletiva de imprensa conjunta - Departamento de Estado dos Estados Unidos \(state.gov\)](https://www.state.gov/about-us/press-releases/2020/04/20200414-coalition-against-isis)

<sup>80</sup> <https://english.ahram.org.eg/NewsContent/1/64/416809/Egypt/Politics-/Sisi-inaugurates-OIC%E2%80%99s-th-ministerial-conference-o.aspx>

<https://www.gulf-times.com/story/696054/OIC-s-Ministerial-Conference-on-women-kicks-off>

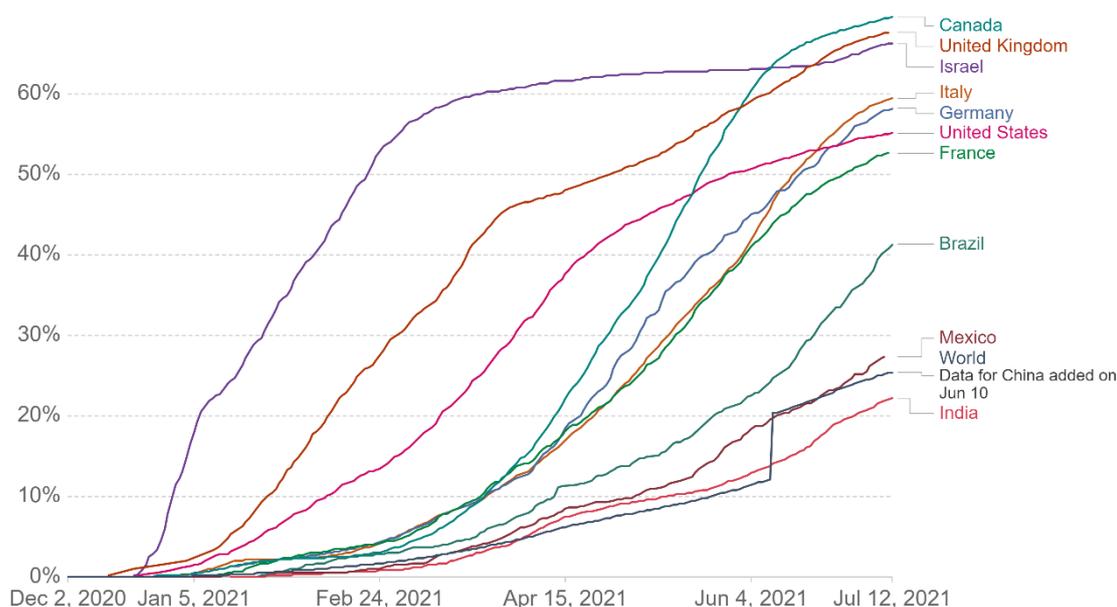
mil soldados para a fronteira com a China. Sua capacidade bélica sustenta o interesse dos EUA em manter a Índia como aliado estratégico contra a China.

O CovaX Facility já distribuiu 95 milhões de doses para 134 países participantes e está alocando vacinas adicionais à medida que os países avançam a vacinação. Nas duas regiões, já receberam vacinas do programa: Camboja, Fiji, Laos, Malásia, Mongólia, Papua Nova Guiné, Filipinas, Samoa, Kiribati, Ilhas Salomão, Tonga, Tuvalu, Vietnã, Indonésia, Bangladesh, Nepal, Timor-leste, Afeganistão, Irã, Iraque, Jordânia, Líbano, Paquistão, Síria, Palestina e Gaza, Yémen.<sup>81</sup>

### Share of people who received at least one dose of COVID-19 vaccine



Share of the total population that received at least one vaccine dose. This may not equal the share that are fully vaccinated if the vaccine requires two doses. This data is only available for countries which report the breakdown of doses administered by first and second doses.



Source: Official data collated by Our World in Data

CC BY

Fonte: [Coronavirus \(COVID-19\) Vaccinations - Statistics and Research - Our World in Data](https://ourworldindata.org/coronavirus-covid-19-vaccinations), dados de 13 de julho – os dados são atualizados diariamente

País	17/05 (óbitos)	31/05	29/06	10/07
Afeganistão	63.412 (2.733)	68.366 (2.869)	117.158 (4.794)	131.586 (5.561)
Arábia Saudita	432.269 (7.147)	445.936 (7.309)	486.106 (7.804)	498.9065 (7.947)
Austrália	29.975 (910)	30.063 (910)	30.562 (910)	31.017 (910)
Bangladesh	780.159 (12.149)	794.985 (12.480)	896.770 (14.276)	1.009.315 (16.189)
Brunei (ASEAN)	232 (3)	240 (3)	259 (3)	266 (3)
Camboja (ASEAN)	21.834 (147)	27.638 (194)	49.255 (575)	59.978 (881)
China	102.720 (4.846)	102.925 (4.846)	103.746 (4.846)	104.019 (4.848)
Coreia do Sul	131.671 (1.900)	183.311 (1.943)	156.167 (2.017)	166.722 (2.038)
Emirados Árabes	546.182 (1.631)	563.215 (1.664)	631.160 (1.807)	648.702 (1.860)

<sup>81</sup> [COVAX vaccine roll-out | Gavi, the Vaccine Alliance](https://ourworldindata.org/covax-vaccine-roll-out)

Filipinas (ASEAN)	1.143.963 (19.191)	1.200.430 (20.379)	1.408.058 (24.557)	1.467.119 (25.816)
Hong Kong	11.825 (210)	11.846 (210)	11.921 (210)	11.949 (212)
Índia	24.684.077 (270.284)	27.369.695 (315.235)	30.316.897 (397.637)	30.795.716 (407.145)
Indonésia (ASEAN)	1.739.750 (48.093)	1.797.499 (49.907)	2.156.465 (58.024)	2.491.006 (65.457)
Irã	2.751.166 (76.936)	2.875.858 (79.384)	3.192.809 (84.127)	3.356.786 (185.649)
Iraque	1.136.917 (15.930)	1.186.309 (16.289)	1.338.604 (17.156)	1.414.925 (17.476)
Israel	839.117 (6.381)	839.418 (6.406)	841.486 (6.429)	845.379 (6.434)
Japão	679.870 (11.424)	735.211 (12.691)	798.129 (14.678)	819.051 (14.896)
Jordânia	722.754 (9.203)	734.039 (9.423)	750.886 (9.743)	755.948 (9.818)
Kazaquistão	412.236 (3.394)	435.104 (3.433)	478.063 (3.527)	508.872 (3.566)
Kuwait	290.801 (1.687)	303.039 (1.751)	353.133 (1.943)	372.549 (2.089)
Laos (ASEAN)	1.590 (2)	1.895 (2)	2.110 (3)	2.630 (3)
Líbano	535.446 (1.631)	539.224 (7.705)	544.520 (7.845)	547.170 (7.871)
Malásia (ASEAN)	470.110 (1.902)	541.224 (2.491)	745.703 (5.108)	827.191 (6.067)
Myanmar (ASEAN)	143.059 (3.212)	143.414 (3.216)	155.697 (3.320)	184.375 (3.685)
Nepal	455.020 (5.001)	542.256 (6.951)	636.916 (9.071)	654.212 (9.362)
Mongólia				136.966 (673)
Nova Zelândia	2.646 (26)	2.670 (26)	2.742 (26)	2.766 (26)
Omã	205.511 (2.193)	213.784 (2.303)	266.536 (3.056)	281.688 (3.371)
Palestina e Faixa de Gaza	303.658 (3.423)	306.795 (3.483)	313.851 (3.561)	315.047 (3.579)
Paquistão	877.130 (19.543)	911.302 (20540)	956.392 (22.254)	971.304 (22.555)
Qatar	213.183 (530)	216.397 (552)	221.810 (588)	223.175 (598)
Rússia	4.883.734 (113.927)	4.977.332 (117.990)	5.428.921 (132.314)	5.688.807 (139.896)
Singapura (ASEAN)	61.585 (31)	61.940 (32)	62.907 (36)	62.978 (36)
Síria	23.693 (1.693)	24.315 (1.750)	25.442 (1.870)	25.766 (1.896)
Tailândia (ASEAN)	101.447 (589)	143.280 (920)	254.515 (1.970)	326.832 (2.625)
Taiwan	1.475 (12)	6.761 (59)	14.748 (643)	15.185 (730)
Turquia	5.106.862 (44.537)	5.220.076 (46.970)	5.420.156 (49.687)	5.465.094 (50.096)
Vietnam (ASEAN)	4.175 (36)	6,314 (46)	16.136 (78)	26.608 (110)
Yémen	6.538 (1.285)	6.696 (1.315)	6.918 (1.361)	6.940 (1.366)

<https://coronavirus.jhu.edu/map.html>

Obs. 1.: Foram incluídos todos os países que compõem a ASEAN.

Obs. 2: As regiões somam juntas mais de 65 países, mas, para análise, o recorte foca os países com maior número de casos ou com melhores resultados de ações tomadas pelas autoridades nacionais.

## **Escolhendo sapatos: A China na Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

**André Lobato**

Como parte da celebração de seu centenário de fundação, o Partido Comunista da China realizou a Conferência “PCCh e Partidos Políticos do mundo”. Líderes de mais de 160 países, 500 partidos e organizações políticas e 10.000 representantes reuniram para discutir o tema "Pela Felicidade das Pessoas: As Responsabilidades dos Partidos Políticos"<sup>82</sup>. Segundo uma lista que pode ser imprecisa, 10 partidos brasileiros: PDT, PSOL, PCdoB, PSB, PCB, MDB, PSL, PSD, PSDB e PP estiveram presentes.

Na conferência, o secretário-geral do Comitê Central do Partido Comunista da China, Xi Jinping, reforçou a visão dominante na China de que os países devem buscar por seus próprios caminhos para a modernização: "Cortar os pés para ajustá-los aos sapatos não levará a lugar nenhum", disse Xi.<sup>83</sup>

Caberá a esses partidos, assim como demais partidos brasileiros, elegerem seus sapatos e seu roteiro de caminhada. Mas preparam-se para o marketing agressivo da concorrência contra o “Made In China”.

Isso porque os EUA estão em uma autodeclarada “Guerra Comercial” em que inúmeros mercados chineses estão sendo reprimidos internacionalmente a partir de uma miríade de instrumentos legais.

A Guerra Comercial se transmuta agora numa espécie de guerra moral, em que alguns países fazem legislações para preservar os direitos humanos dos chineses e, ‘concidentemente’, atingem concorrentes de seus mercados em energia, genômica, rede 5G etc.

Xi disse na reunião que os partidos políticos são “uma força importante por trás do progresso humano”. Qual será o papel dos partidos políticos brasileiros no progresso geral da humanidade? Certamente dar fim à pandemia no Brasil é um exemplo óbvio para os partidos políticos brasileiros.

Sem esperar muito da influência dos sanitaristas no debate global, nota-se os grandes interesses comerciais que todos os países possuem com a China, sendo os Estados Unidos, aparentemente, o mais interessado em falar sobre o vizinho no Pacífico.

A preocupação é compreensível, pois a modernização chinesa põe em risco as margens de retorno do desenvolvimento e da comercialização dos produtos estadunidenses mundo a fora. Lembrem do Iphone desenvolvido e comercializado via Califórnia, mas montado na China. Ou da Amazon e da Alibaba etc.

Não é o caso do Brasil, onde há, de fato, concorrência com os EUA sobre os ganhos no mercado chinês de commodities agrícolas. Então, de forma sintética, o Brasil concorre com os EUA em uma gama de produtos de agregação ‘básica’ e vê Estados Unidos e China como concorrentes entre si, interessados nos mercados brasileiros para produtos de economias mais complexas, como os telefones.

---

<sup>82</sup> <https://www.163.com/dy/article/GEAFR6NU0512DU6N.html>

<sup>83</sup> [http://portuguese.xinhuanet.com/2021-07/07/c\\_1310046436.htm](http://portuguese.xinhuanet.com/2021-07/07/c_1310046436.htm)

Do ponto de vista das formações partidárias, fica a dúvida de como as legendas brasileiras se posicionarão diante das políticas partidárias (democrata ou republicana) dos EUA contra os painéis solares em Xinjiang, a genética das grávidas de Shenzhen ou o tamanho do braço da estação espacial chinesa. Automaticamente os partidos brasileiros irão impedir a cooperação com a China em energia limpa, genética ou na produção de insumos farmacêuticos ativos?

Serão escolhas difíceis não pelo lado de custo, operacional ou de transferência de tecnologia, mas porque o conhecimento do mundo que se tem no Brasil sobre a China está situado no próprio *status quo* que se diz ameaçado pela China.

É o que permite, por exemplo, que Washington bombardeie populações muçulmanas do Mediterrâneo ao Afeganistão, e, logo ali, na vizinha Xinjiang, se transforme num grande sindicato em defesa do salário dos trabalhadores e das suas liberdades religiosas.

Recentemente, por exemplo, a Reuters contou uma história que, confusa, faz entender que mulheres grávidas de todo o mundo estão sendo usadas como arma genética do Exército de Libertação do Povo Chinês. O texto se apresenta como uma investigação jornalística independente. Mas as principais fontes são espiões estadunidenses e as principais evidências são artigos científicos públicos<sup>84</sup>.



Não se deve, entretanto, menosprezar a capacidade das notícias em gerar assimetrias nas concorrências de mercado. Por exemplo, o Pew Research Center mostra uma piora histórica da percepção sobre a China em vários países. Segundo o centro<sup>85</sup>, “a grande maioria diz que a China não respeita as liberdades pessoais de seu povo”. Entre os motivos: “Sensação generalizada de que a China lidou mal (“poorly”) com a pandemia da COVID-19”. Não deixa de ser um alerta contra o uso excessivo de estatística e fontes jornalísticas na análise e avaliação de políticas públicas. De qualquer forma, parece haver um desgaste no crescimento dos desfavoráveis à China do ano passado para cá.

<sup>84</sup> <https://www.reuters.com/investigates/special-report/health-china-bgi-dna/>

<sup>85</sup> <https://www.pewresearch.org/global/2021/06/30/large-majorities-say-china-does-not-respect-the-personal-freedoms-of-its-people/>

## Large majorities in most places have negative opinions of China

% who have an **unfavorable** view of China

	<span style="color: green;">■</span> Most unfavorable <span style="color: blue;">■</span> Least unfavorable																		
	'02	'05	'06	'07	'08	'09	'10	'11	'12	'13	'14	'15	'16	'17	'18	'19	'20	'21	
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	
U.S.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	73	76	
Canada	-	27	-	37	-	36	-	-	-	45	-	48	40	40	45	67	73	73	
Sweden	-	-	-	40	-	-	-	-	-	-	-	-	59	49	52	70	85	80	
Netherlands	-	34	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	43	42	45	58	73	72	
Germany ✓	-	37	33	54	68	63	61	59	67	64	64	60	60	53	54	56	71	71	
Belgium	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	71	67	
France ✓	-	42	41	51	72	60	59	49	60	58	53	49	61	52	54	62	70	66	
UK	-	16	14	27	36	29	35	26	35	31	38	37	44	37	35	55	74	63	
Italy	-	-	-	61	-	-	-	-	64	62	70	57	61	59	60	57	62	60	
Spain	-	21	38	43	56	41	38	39	46	47	55	50	56	43	48	53	63	57	
Greece	-	-	-	-	-	-	-	-	38	37	46	-	37	40	48	32	-	42	

França e Alemanha, muitos argumentam, representam um espaço importante de diálogo, pela influência que possuem na União Europeia. Na semana passada, Macron e Merkel foram convidados por Xi a criarem um mecanismo conjunto para o desenvolvimento africano, com o aumento de capacidade de produção farmacêutica como uma prioridade<sup>86</sup>. Há outros interesses comuns entre China e Europa, e um deles é o desenvolvimento de regulações eficientes para seus mercados.

Do ponto de vista da experiência de regulação entre direitos sociais e direitos individuais, Brasil e China possuem algumas similaridades. Por exemplo, enquanto o FDA pode servir como um fast-track para pesquisas clínicas dentro da China, são os critérios de proteção de dados europeus os usados para a internacionalização de aplicativos como o WeChat.

Brasília e Bruxelas tem ainda problemas comuns. Como o desafio de regular o Facebook “extra-territorialmente”. Em Washington o problema é outro: o quanto usar as empresas como instrumentos de hegemonia e o quanto outras empresas de outros países ameaçam essa instrumentalização.

No caso específico de uma diplomacia da saúde brasileira e das questões de direito público sobre dados privados, para onde o debate se direcionaria? Qual a capacidade instalada do Brasil para armazenar e processar suas próprias amostras, sejam metadados telefônicos ou sequências genéticas? E o quanto as disputas comerciais ameaçam nossas capacidades nacionais de pesquisa científica?

Como no caso da eleição de sapatos, não se trata apenas do modelo de calçado, mas de para onde se quer ir.

<sup>86</sup> <https://asia.nikkei.com/Politics/International-relations/Indo-Pacific/China-floats-Africa-Quad-with-Germany-and-France>

## **Informes sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Informes sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Em **2021**, já foram produzidos **doze** Informes quinzenais. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/41607>

## **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

Desde setembro de 2020, o CRIS também vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 já foram realizados **treze** seminários, que podem ser acessados em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

### **Próximos seminários**

21/07 – Seminário 14 – ***Tratado internacional sobre pandemias ou sobre saúde global?***

29/07 – Seminário 15 – ***Equidade global em saúde: Compromisso impostergável com a justiça social***, em colaboração com o Sustainable Health Equity Movement (SHEM)

04/08 – Seminário 16 – ***Recursos humanos em saúde: dimensão crítica no enfrentamento da pandemia***

18/08 – Seminário 17 – ***Agenda 2030 e pandemia: Os debates no Conselho Econômico Social das Nações Unidas***

01/09 – Seminário 18 – ***Mudanças demográficas, envelhecimento e saúde: Desafio global***

15/09 – Seminário 19 – ***Mulheres na Saúde Global***

29/09 – Seminário 20 – ***Saúde e pandemia: Os debates na 76ª. Assembleia das Nações Unidas***

## FICHA CATALOGRÁFICA

**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ**

**Centro de Relações Internacionais em Saúde**

***Centro Colaborador OMS/OPAS em Saúde Global e Cooperação Sul-Sul***

**INFORME CRIS-FIOCRUZ SOBRE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE**

**Número: 12/21**

***Quinzena 01 a 14 de julho***

**Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS e PEDRO BURGER**

**Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Rio de Janeiro, 14 de julho de 2021.**

**74 pp; il.**

**Bibliografia: Inclui Bibliografias.**

**1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.**